



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

RAFAEL ROSA DA ROCHA

**PROFESSOR FAUSTINO, O “DOUTOR BOTA-MÃO”: um “curandeiro” na  
Bahia do limiar do século XX.**

Salvador  
2015

RAFAEL ROSA DA ROCHA

PROFESSOR FAUSTINO, O “DOUTOR BOTA-MÃO”: um “curandeiro” na Bahia do limiar do século XX.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História Social – da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Professora Doutora Gabriela dos Reis Sampaio.

Salvador

2015

---

R672 Rocha, Rafael Rosa da  
Professor Faustino, o “Doutor bota-mão”: um “curandeiro” na Bahia do  
limiar do Século XX / Rafael Rosa da Rocha. – 2015.  
140 f. : il.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gabriela dos Reis Sampaio  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia  
e Ciências humanas, Salvador, 2015.

1. Medicina popular – Ribeiro, Faustino. 2. Curandeiros – Bahia (Estado) –  
História. 3. Política de saúde. 4. Justiça. I. Sampaio, Gabriela dos Reis. II. Título.

CDD – 362.1

---

**PROFESSOR FAUSTINO, O “DOUTOR BOTA-MÃO”: um “curandeiro” na  
Bahia do limiar do século xx.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História Social da Universidade Federal da Bahia – como exigência para a obtenção do título de Mestre.

---

Professora Doutora Gabriela dos Reis Sampaio  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
(Orientadora)

---

Professora Doutora Beatriz Teixeira Weber  
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
(Examinadora)

---

Professora Doutora Wlamyra Ribeiro de Albuquerque  
Universidade Federal da Bahia (UFBA)  
(Examinadora)

DATA DA APROVAÇÃO

Salvador, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

---

Rafael Rosa da Rocha



ATA E PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

NOME DO ALUNO	MATRÍCULA	NÍVEL DO CURSO
Rafael Rosa da Rocha	213115385	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO		
Professor Faustino, o "doutor botá-mão": um "curandeiro" na Bahia no limiar do século XX		
EXAMINADORAS	ASSINATURA	CPF
Gabriela dos Reis Sampaio (Orientadora - UFBA)	Gabriela R Sampaio	188216365-01
Beatriz Teixeira Weber (UFPM)	Beatriz Weber	329.125.890-91
Wlamyra Ribeiro de Albuquerque	Wlamyra	530.895.615-49

ATA

Aos onze dias mês de maio do ano de 2015, nas dependências da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por **Rafael Rosa da Rocha**, do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, a professora Gabriela dos Reis Sampaio (UFBA), orientadora e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando as demais examinadoras. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu APROVAR o aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

A banca ressalta as qualidades da pesquisa e do texto, bem escrito e bem estruturado, bem como a excelente análise dos dados. O trabalho atende as expectativas de uma dissertação de mestrado.

SSA, 11/05/2015: Assinatura do aluno: *Rafael Rosa da Rocha*

SSA, 11/05/2015: Assinatura da orientadora: *Gabriela R Sampaio*

À dona Dete, mainha, pelo carinho, pela fé e pela força que me servem de referência e inspiração.

## AGRADECIMENTOS

Nesses dois anos de pesquisa, reviravoltas, choros e zangas, voltas por cima, muitas pessoas me acompanharam. Muitas delas alegram meus dias, participaram dos momentos mais felizes, me colocavam para cima, me deram força para chegar até aqui. À família, aos amigos e amigas, de agora ou de outros pousos, cuja frequência afetiva sempre respeitamos, meu sincero agradecimento. Àqueles que porventura eu esqueça – pois às vezes a memória flutua, sintam-se igualmente reconhecidos.

Primeiramente, gostaria de agradecer a orientação segura, competente, serena e paciente da professora Gabriela, fazendo-me evitar caminhos e veredas equivocadas. Agradeço à sua maneira simples de conduzir a orientação, o que possibilitou um diálogo franco e rico.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História da UFBA: aos professores e professoras do Mestrado, sobretudo aqueles que contribuíram academicamente à pesquisa – Antonio Luigi Negro, Luis Nicolau Parés, Maria de Fátima Pires, Marina Regis Cavicchioli, Wlamyra Albuquerque; à CAPES, pelo fomento à pesquisa; a Gilvan, pela desvelo. Sempre muito educado.

Agradeço aos funcionários dos arquivos que frequentei: Biblioteca Pública do Estado da Bahia, setor Periódicos Raros; Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB); Arquivo Municipal de Cachoeira (AMC); Arquivo Municipal de São Feliz (AMSF). Agradeço, especialmente, a Sérgio Farias pela generosidade em abrir seu acervo para mim. Além deles devo agradecer a Agnildo pelo desvelo nas informações prestadas na Fundação Iraci Gama (FIGAM) e a Eliana Batista pela solicitude.

Agradecer às ricas contribuições de Beatriz Teixeira Weber e Wlamyra Albuquerque na avaliação, durante o processo de qualificação. Foram muito agregadoras em seus apontamentos, reflexões e sugestões, no sentido de amadurecer o trabalho em questão.

Aos professores de graduação na UNEB, campus II, devo agradecer pelo incentivo e por participarem, como todos esses a quem agradeço agora, desse processo. Rendo agradecimentos aos professores e professoras: Aldrin Castelluci, André Gattaz, Ari Lima, Carla Patrícia, Celeste Pacheco, Clóvis Ramaiana, Elisa Lemos, Elisangela Ferreira, Iuri Ramos, Ires Muller, Kátia Lorena Almeida, Lúcia Álvares Pedreira,

Luciana Nascimento, Marilécia Oliveira, Maurício Brito, Paulo Santos Silva, Ricardo Moreno, Robério Souza e especialmente Raimundo Nonato Pereira Moreira, pela excelente orientação nos caminhos iniciais da pesquisa.

Agradeço aos leitores atentos de partes importantes de versões deste trabalho: Everton Avelino; Lucas Porto e Marcelo Oliveira. Além de ótimos leitores, são amigos e companheiros para a vida. Agradeço pelas conversas amigáveis e bons conselhos nas horas difíceis.

A incrível amizade que conquistei ao longo desse caminho e que se fez presente intensamente nesta etapa da minha vida: Iracélli Alves. Uma criatura faladeira, carinhosa, arretada, alegre e risonha e, mais que tudo, otimista. Estivemos por muito tempo apoiando um ao outro nos momentos difíceis e nos divertindo e rindo muito nas horas de alegria.

Igualmente, agradeço a Isabelle Alves pelo acolhimento, pelas conversas e carinho. Mais uma irmã que ganhei de presente. Além delas entrei para a família e agradeço carinhosamente a “mamãe” (Célia) e a “papai” (Iraldo).

Rodrigo Amorim, uma pessoa rara que o mestrado me legou em amizade. Ouvi dizer que é difícil construir boas amizades durante esse período. Entretanto, além de uma amizade boa e intensa, “Dig” e sua presença marcante foram fundamentais para mim. A euforia de seus sonhos constantemente me contagiam e alegam os momentos em que compartilhamos.

Cleidson Nascimento, parceiro para todas as horas; Arielson Batista, Esdras Oliveira, Iara, Letícia Silva, Raul Dantas, Thiago Machado pessoas que mesmo distantes fazem parte, com frequência de minhas boas lembranças; aos irmãos antigos Elton Pinto e Anderson Eduardo. Preciso agradecer a estes não só pelo incentivo acadêmico, mas, sobretudo, por nos momentos de fragilidade se fazerem presentes materialmente ou nas lembranças.

Agradeço aos colegas de graduação e mestrado e às pessoas queridas que conheci em minha curta passagem pelo IFBaiano Catu: Alcimar, Daniele, Georgia Xavier, Jacson, Saulo, Rita e aos queridos alunos que muito me alegraram neste período.



Agradeço às pessoas que apareceram em minha vida quase na reta final desta fase: Alcione Conceição; Daniana; Izac; Izaura; Jéssica Castro; John Mercez; Larissa Godinho; Priscila Godinho. O alegre povo de Itaberaba que me acolheu e me integrou.

À *Larinha* que sempre me acompanha para ouvir o canto que as folhas cantam e, de tanto me acompanhar, já sabe me sacudir como o vento faz com a copa das árvores: lapida e alimenta meus sonhos.

Agradeço à dona Dete a quem dedico o mérito que porventura couber a este trabalho. Às minhas irmãs Luciana Rosa, Karina Rosa, Regina Rosa; ao meu irmão Luis Carlos Rosa. Aos meus sobrinhos lindos. Enfim, a tudo que conspirou positivamente para que eu chegasse ao momento de conclusão desta etapa: aquele abraço.

## RESUMO

Esta dissertação discute a passagem de Faustino Ribeiro Junior pela Bahia – um “curandeiro” branco, letrado e de família tradicional – colocando em perspectiva a repercussão que ele causou na sociedade da época. Quando passou pelo Estado, nos idos de 1903, no contexto das reformas urbanas e sanitárias, as elites da sociedade baiana viviam numa constante busca pelo que se queria “civilizado”, “progressista” “moderno” em consonância com o discurso da recém-inaugurada República. Nesse cenário, a presença de Faustino fez com que, de maneiras bastante diferentes, periódicos locais que tinha por marca vinculação a grupos políticos utilizassem de sua imagem para tentar se projetarem no jogo político. O curador foi visto pela Inspeção de Higiene como elemento que representava atraso para a sociedade baiana, perseguindo-o e mobilizando os artifícios disponíveis na época para coagir o “curandeiro”. Tem por objetivo apresentar e analisar, no cenário hostil às práticas de cura não oficiais, como as questões de saúde, jurídicas, políticas e sociais permeavam a atuação de Faustino. Buscamos problematizar tais questões para compreender a relação entre a Inspeção de Higiene, “o governo” e a Justiça.

**Palavras-chave:** Faustino Ribeiro; práticas de cura; saúde; justiça.

## ABSTRACT

This thesis discusses the presence of Faustino Ribeiro Junior in Bahia - a white 'healer', educated and member of a traditional family - intending to show the impact that he caused on the society of the time. When he was in the State of Bahia in 1903, in the context of urban and health reforms, the elites of Bahian society lived in a constant search for what was understood as "civilized", "progressive", "modern" according to the ideology of the recent Republic. In this scenario, the presence of Faustino has made the local newspapers linked to political groups use their image to try to project themselves in the political game. The curator was seen by the Hygiene Inspection as an element what represented delay for the local society, chasing him and mobilizing the devices available at the time to coerce the "healer". This text aims to present and analyze, in the hostile scenario to healing practices, how health, legal, political and social issues have permeated Faustino's action. We seek to discuss such questions in order to understand the relationship between the Hygiene Inspection, the government and Justice.

**Key-words:** Faustino Ribeiro; healing practices; health; justice.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Ilustração 1:</b> Faustino Ribeiro Junior .....	20
<b>Ilustração 2:</b> Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt .....	83
<b>Ilustração 3:</b> Padre José Cupertino de Araújo Lima.....	88

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**AASF** – Acervo Antonio Sérgio Farias (Particular).

**ADFEB** – Acervo Digital Federação Espírita Brasileira (online).

**AMC** – Arquivo Municipal de Cachoeira.

**AMSF** – Arquivo Público Municipal de São Felix.

**APEB** – Arquivo Público do Estado da Bahia.

**BPEB** – Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

**CEAO** – Centro de Estudos Afro-Orientais (online).

**FBN** – Fundação Biblioteca Nacional (online).

**FIGAN** – Fundação Iraci Gama.

**GMB** – Gazeta Médica da Bahia (online).

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>Capítulo I – “DOUTOR BOTA-MÃO”: VERSÕES E CONTROVÉRSIAS ACERCA DE FAUSTINO RIBEIRO .....</b>	<b>20</b>
1.1 – Professor Faustino: uma breve trajetória.....	20
1.2 – Faustino Ribeiro: “curandeirismo” nas páginas do <i>Diário de Notícias</i> . ....	25
1.3 – Muitos discursos, um personagem: Faustino e os periódicos da capital baiana.....	38
1.4 – Ciência, Magia e a arte da política: Embates entre Faustino e Pacífico Pereira.....	46
<b>Capítulo II – O MAGO FAUSTO: SAÚDE, DOENÇA, PRÁTICAS DE CURA E ESPIRITISMO NA BAHIA .....</b>	<b>61</b>
2.1 – Saúde, doença e práticas de cura.....	62
2.2 – “A lenda do dr. Fausto”: Professor Faustino e seu processo de cura, segundo os agentes da Inspeção.....	68
2.3 – Outra leitura para os “poderes curadores” de Faustino. ....	76
2.4 – <i>Faustino Ribeiro</i> : solidariedade e caridade no Espiritismo. ....	81
<b>Capítulo III – OS CAMINHOS DA JUSTIÇA: FAUSTINO E O EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA.....</b>	<b>98</b>
3.1 – Um passeio por Cachoeira, Alagoinhas e Nazaré das Farinhas. ....	99
3.2 – <i>O processo</i> : exercício ilegal da medicina, o discurso político e as artimanhas do “doutor bota-mão” em Salvador. ....	107
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>131</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>134</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>136</b>

## INTRODUÇÃO

No Rio de Janeiro, em 1899, o *Jornal do Brasil* estampava em sua primeira página a seguinte manchete:

Anteontem e ontem continuou a grande romaria de doentes à casa do senhor Ribeiro Junior em busca de alívio para os sofrimentos do corpo.

Ao meio dia era enorme a multidão estacionada nas proximidades da residência daquele senhor.

Entre as pessoas presentes notamos os senhores: general Ramos, marechal Rocha, coronel Fontoura, capitão da fragata Aristides de Pinho, coronel Casiano Colônia e representantes da imprensa.

O doutor Ulysses de Paiva tem acompanhado com vivo interesse os trabalhos do professor Ribeiro Junior assistindo as curas.

Sabemos que pelo senhor diretor gerente da Ferro Carril Carioca foi oferecido ao senhor Faustino uma casa mobiliada e um carro em Santa Tereza.

Também lhe foi oferecida uma fazenda em Juiz de Fora.

Houve três ataques ocasionados pela aglomeração do povo, tendo sido curados instantaneamente.

O marechal Almeida Barreto mandou chamar o senhor Faustino, pondo um carro à sua disposição.

Tem vindo grande número de pessoas dos Estados de Minas, São Paulo e Bahia, para curar-se com o senhor Faustino.<sup>1</sup>

Neste artigo, intencionalmente ou não, o autor divulgava os serviços curativos do senhor Ribeiro Junior. Ao fazê-lo, mostrava como “o professor” era famoso e muito bem relacionado, recebendo pessoas dos mais variados Estados do Brasil. Tratava-se do senhor Faustino Ribeiro Junior, famoso por suas “curas miraculosas” que, anos mais tarde, aportaria na Bahia com o objetivo de realizar suas curas. Mas quem seria aquela pessoa? Como teria atingido tamanho prestígio? Como seria sua relação com pessoas da alta sociedade? Como realizava suas curas? Como ele transitou na sociedade que ansiava pelo moderno, mesmo que reinventado para atender os interesses das elites da época?

O *Diário de Notícias* me deu as principais pistas acerca de “Professor Faustino”, nome com o qual as manchetes relacionadas a Faustino eram apresentadas. Com o tempo, notei que a manchete “Professor Faustino” não tratava de referenciar apenas um professor, mas sim um afamado “curandeiro” de São Paulo que peregrinava pelo país

---

<sup>1</sup> ASSOMBROSO! Forças desconhecidas. Fenômenos a estudar. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 29 set. 1899. p. 1.

realizando suas curas. As pistas que iam aparecendo me conduziram a um volume significativo de fontes jornalísticas acerca de Faustino. Foi a partir daí que o curador afamado, que curava com a imposição das mãos, branco e letrado, começou a se afigurar diante dos meus olhos.

Dos jornais *Diário de Notícias*, *A Bahia*, *Correio do Brasil* e *Jornal de Notícias* da Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB) e do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), uma série de falas acerca da atuação de Faustino, nas mais variadas perspectivas. “Teósofo”, “discípulo de Mesmer”, “sugestionador”, “doutor bota-mão”, entre outros adjetivos, foram dando as pistas para seguirmos os caminhos que Faustino fez na Bahia. Esta foi a documentação primária da pesquisa que me levou ao processo criminal sobre *exercício ilegal da medicina*, impetrado pela Inspeção de Higiene contra Faustino. Isso porque nas páginas dos jornais apareceram alguns trechos dos trâmites do processo que me encaminhou até a seção judiciária do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB).

Começava a se materializar um problema de pesquisa: compreender em que direção caminhavam o pensamento e as práticas jurídicas e médicas em relação às práticas de curas não oficiais na Bahia do limiar do século XX. Para discutir essas questões, passei a pesquisar a trajetória de Faustino. Buscava entender, especificamente o contexto de repressão ao exercício ilegal da medicina. A partir deste estudo de caso foi possível construir um panorama acerca das relações entre práticas de curas oficiais e leigas.

A coexistência entre as artes e ofícios de curar de diversas vertentes era latente no interior da sociedade baiana do período. As perseguições às “feitiçarias” e rituais de cura de africanos e seus descendentes visavam “sanear” e “civilizar” a Bahia, com o objetivo de colocá-la nos caminhos do “progresso”. Com o intuito de modernizar e civilizar a o Estado, segmentos das elites intelectuais se lançaram numa incursão contra o que acreditavam ser sinônimo de superstição e atraso.

A ânsia pela modernização do país já estava presente desde o século XIX, estabelecida de forma conflituosa entre liberais e conservadores. As regras de controle já estavam postas naquele período, e os africanos eram o alvo principal. Assim, para além da realidade urbanística da cidade de Salvador e das memórias de seu “atrasado” passado colonial e imperial, intelectuais e autoridades baianas se lançaram também



contra uma parcela significativa de negros e negras que representavam a sobrevivência dessa memória através de sua cultura e, sobretudo, suas práticas e concepções de cura.<sup>2</sup>

Quando Faustino aportou em Salvador, em julho de 1903, os candomblés sofriam intensa repressão. Nina Rodrigues discutiu, pontualmente, essa questão. Para o médico maranhense, na África as práticas religiosas eram garantidas pelos governos e pelos costumes. Na Bahia, entretanto, eram consideradas “práticas de feitiçaria, sem proteção nas leis.”<sup>3</sup> Além disso, o médico afirmou que, findada a escravidão, os candomblés passaram a sofrer com a “prepotência e ao arbítrio da polícia não mais esclarecida do que os antigos senhores e aos reclamos da opinião pública que, pretendendo fazer de espírito forte e culto, revela a toda hora a mais supina ignorância do fenômeno sociológico.”<sup>4</sup>

A repressão policial, ou as “batidas” aos terreiros de candomblé na Bahia, se manifestavam de maneira quase sistemática, ao longo da primeira metade do século XX.<sup>5</sup> A repressão aos terreiros significava, segundo Braga, a existência uma “indisposição histórica” em relação a outras formas de “expressão religiosa” que não aquelas legitimadas pelo Estado – muito embora laico. A coerção acontecia, sobretudo, diante da emergência de “novas manifestações” religiosas que buscavam espaço no alvorecer da República.<sup>6</sup>

Encaramos a repressão como “quase” sistematizada, porque sistematização, nos termos de Braga, pressupõe a falta de resistência por parte dos candomblés. É sobre este pressuposto que Edmar Ferreira Santos empreende uma análise que desconstrói “o mito de uma repressão sistemática dos candomblés e de uma posição unânime das autoridades”. O autor identifica certas “alianças entre políticos com os grupos religiosos”, mostrando “como os subalternos podiam sabiamente se aproveitar das brechas criadas pelas disputas entre facções políticas rivais”.<sup>7</sup> Nesse sentido, muito

---

<sup>2</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador. (1890-1937)”. *Afro-Ásia*, Salvador, 1998-1999, p. 21-22.

<sup>3</sup> RODRIGUES, Raymundo Nina. “Sobrevivências religiosas, religião, mitologia e culto”. Em: *Os Africanos no Brasil*. [online] Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 264.

<sup>4</sup> RODRIGUES, Raymundo Nina. *Op. Cit.*, p. 264.

<sup>5</sup> BRAGA, Julio. “Candomblé da Bahia: repressão e resistência”. *Revista USP*, n. 18, São Paulo, 1993. p. 54.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 57.

<sup>7</sup> PARÉS, Luis Nicolau. “Prefácio”. Em: SANTOS, Edmar Ferreira. *O poder dos Candomblés: perseguição e resistência no recôncavo da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 14.

embora uma certa “indisposição histórica” justificasse a coerção, não justificava a noção de “sistematização”.

Traduzimos esta “indisposição histórica” como uma manifestação do racismo científico, através das teorias científicas produzidas na Europa entre os séculos XVIII e XIX.<sup>8</sup> Tais teorias chegaram ao Brasil por volta da década de 1870 e foram apropriadas de modo a justificar e assegurar as posições sociais, quando a autonomia senhorial foi abalada pela Lei de 21 de setembro de 1871.<sup>9</sup> Tal incômodo se prolongou para além do século XIX, reproduzindo-se no aparato legislativo e jurídico vigente em boa parte do período republicano.

Foi nesse cenário hostil que Faustino aportou. Assim que chegou e se estabeleceu, buscou se distinguir e demarcar uma área de atuação que o afastava das práticas de cura africanizadas que, à época, eram tidas como “incivilizadas”. Mas isso não foi o bastante para impedi-lo de ter suas querelas com os órgãos de saúde e o judiciário. Muito embora Faustino não se enquadrasse às características tanto físicas quanto culturais de africanos e descendentes, esse ambiente de hostilidade serviu para informar às autoridades como atuar em relação ao curador. Faustino foi, então, listado entre aqueles que exerciam o exercício ilegal da medicina, pois realizava suas curas sem ser diplomado por nenhuma Faculdade de Medicina. Os ingredientes para a caça a Faustino estavam postos: a ânsia por civilizar; um aparato repressor que informava como o fazer e uma legislação que legitimava a prática repressiva.

Ao narrar a história de Faustino Ribeiro e, através dela, refletir sobre as práticas de cura na Bahia, no contexto de 1903, utilizei-me da metodologia descrita pelo antropólogo Clifford Geertz como “descrição densa”.<sup>10</sup> Esse método – um recurso caro também aos historiadores – permite múltiplas possibilidades interpretativas. Foi possível, através dessa abordagem, enxergar uma variedade de acontecimentos em torno de uma única personagem: Faustino Ribeiro Junior. Após buscar os detalhes do caso, pude voltar ao contexto mais amplo e inserir Faustino nos debates da época. Em outras

---

<sup>8</sup> SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. *Afro-Ásia*, n. 23, 1999.

<sup>9</sup> CHALHOUB, Sidney. “Para que servem os narizes?” Em: CHALHOUB, Sidney et al (orgs). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

<sup>10</sup> GEERTZ, Clifford. “Um jogo absorvente: Notas sobre a briga de galos balinesa”. Em: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

palavras, essa abordagem me possibilitou colocar o curador diante de questões políticas, jurídicas, religiosas, de saúde, sem o perder de vista.<sup>11</sup>

Além de ser branco, letrado e filho de família tradicional em São Paulo e embora se tratasse de um afamado “curandeiro” na história da recém-inaugurada República, Faustino ainda não havia sido estudado. Ele foi citado apenas de maneira esparsa em trabalhos sobre a pajelança no Pará e sobre transgressões em Nazaré das Farinhas, na Bahia.<sup>12</sup> Por se tratar de um personagem ímpar em suas características e pela dificuldade em coletar material disperso sobre ele, a “descrição densa” das fontes permitiu inserir Faustino num contexto específico. Para conseguir este objetivo, além de Geertz, foram importantes os trabalhos de João José Reis e Gabriela dos Reis Sampaio, meticulosos em suas análises dos caminhos percorridos por Domingos Sodré e Juca Rosa, respectivamente, cotejando provas, indícios e possibilidades.<sup>13</sup>

Apesar de não se tratar de uma biografia, alguns procedimentos de análises da micro-história foram buscados em alguns momentos. Precisamos jogar com as escalas de análise, partindo do micro ao macro, para levar Faustino a contextos e temas específicos através dos seguintes questionamentos: como era ser um curandeiro branco, letrado e de família abastada? Como os periódicos da época e as instituições sanitárias se organizaram para combatê-lo? Por quais meios Faustino Ribeiro Junior curava? Que relação entretinha com pessoas de renome da Bahia? Em que direção caminhava o pensamento e as práticas médicas e jurídicas em relação a Faustino e quais os artifícios o Professor Faustino utilizou para se defender das investidas médicas?

Buscamos, portanto, enxergar, através dos registros deixados por Faustino Ribeiro Junior, questões de saúde, jurídicas, políticas e sociais que permeavam a

---

<sup>11</sup> A transição entre texto e contexto é apontada por Robert Darnton. Para o autor, o “método antropológico da História” se baseia no princípio de que a “expressão individual” se manifesta dentro de um “idioma geral”. A partir dessa premissa, cabe ao historiador, a partir de suas fontes, desvendar a dimensão sócio-cultural do passado e traduzir o conteúdo das fontes. Essa relação entre expressão individual e idioma geral é o que permite ir do texto ao contexto e voltar ao primeiro, abrindo caminhos até penetrar no universo social de uma época. DARNTON, Robert. “Apresentação”. Em: *O grande massacre de gatos e outros episódios de História Cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1988. p. 17.

<sup>12</sup> AGUIAR, L. S. Quando as regras são transgredidas: Trabalhadores, outros sujeitos e a “legalidade urbana” da cidade de Nazareth (1890-1920). 2014. 196f. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, UNEB. 2014. p. 135; RODRIGUES, S. F. Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1899-1919. 2008. 163f. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

<sup>13</sup> REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

sociedade da época. Temas distintos que atravessa a atuação do curador, mas que são de fundamental importância, pois dialogaram intensamente com objeto e contribuíram densamente para o andamento da pesquisa e da redação deste texto. A narrativa está centrada na trajetória de Faustino e se divide em três capítulos. No primeiro, discuto as imagens construídas acerca do curador: a construção de Faustino nos jornais, as imagens que a sociedade baiana tinha dele e como o próprio curador se via e descrevia nas páginas dos mesmos. A narrativa segue apontando as divergências e contradições do *Diário de Notícias*, além de introduzir as versões que os periódicos *A Bahia*, *Correio do Brasil* e *Jornal de Notícias* apresentavam sobre Faustino.

A prática curativa da qual Faustino lançou mão é o mote do segundo capítulo. Nele vislumbramos como a Inspeção de Higiene encarava as práticas curativas do professor, rotulando-a de “agente pernicioso” que inculcava no “povo” a promiscuidade, a partir de elementos “incivilizados” da superstição. Por outro lado, apontamos como Faustino utilizou de instrumentos para fugir desses rótulos. Como alternativa a leitura da Inspeção sobre o “curandeiro”, passamos a investigar a imposição das mãos na perspectiva espírita – através da Revista Espírita e de bibliografia especializada –, para explicarmos os elementos que influenciavam a prática do curador e como tais elementos europeizados, juntamente com suas características possibilitaram tecer uma rede de relacionamentos na Bahia.

No último capítulo apresentamos a querela entre Faustino e a Inspeção de Higiene através da Justiça. Nesse momento da narrativa é possível perceber as questões que impulsionavam Faustino a se defender, enfrentando juízes, promotores e a própria Inspeção de Higiene. Tecendo uma tática discursiva, Faustino tentava persuadir a lógica jurídica, sobre a liberdade profissional da época que se baseava em princípios do direito positivo, materializada de forma contraditória entre o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891. Vejamos como se desenrolou essa história...

## **Capítulo I – “DOUTOR BOTA-MÃO”: VERSÕES E CONTROVÉRSIAS ACERCA DE FAUSTINO RIBEIRO**

Nesse capítulo, apresentaremos alguns aspectos da trajetória de Faustino Ribeiro Junior em Salvador, a partir dos jornais *A Bahia*, *Diário de Notícias*, *Correio do Brasil* e *Jornal de Notícias*. Além disso, temos por objetivo apresentar os significados que alguns periódicos da capital baiana deram a sua figura e dela utilizaram como mecanismos no jogo político local.

### **1.1 – Professor Faustino: uma breve trajetória.**

[Maria Bárbara] – Meu caro senhor Mundico, hoje em dia já não se acredita em coisa alguma!... Por isso é que os tempos estão como estão – cheios de febres, de bexigas, de tísicas e de paralisias, que nem mesmo os doutores de carta sabem o que aquilo é! Dizem que é “beribéri” ou não sei o quê; o caso é que nunca vi, em dias de minha vida, semelhante diabo de moléstia, e que o tal como chama está matando de repente, que nem obra do Sujo, credo! Até parece castigo! Deus me perdoe!<sup>14</sup>

As linhas acima, escritas por Aluísio de Azevedo (1857-1913), materializadas na fala da personagem, demonstram um segundo plano do enredo da trama de *O Mulato* (1881), marcado pelo tom de denúncia do preconceito racial e da corrupção do clero. Nele, *Raimundo*, o *Mundico* do trecho, figura como personagem principal, é um mulato que, de alguma maneira, ignora sua cor e sua condição de filho de escrava enlouquecida. Rejubila-se por ser doutor, formado em Portugal, mas não consegue lidar com os preconceitos que lhe fazem os maranhenses da alta sociedade de São Luiz. A trama se passa em torno do romance entre *Raimundo* e sua prima *Ana Rosa*.

O trecho em epígrafe refere-se ao momento em que *Maria Bárbara*, a sogra do tio de *Raimundo*, pensando na resistência de *Ana Rosa* em medicar-se diante de seus “quebrantos” (mau-olhado) e se afastando das “superstições” da avó, assevera criticamente à *Raimundo* sua insatisfação com os avanços científicos e o impacto que vinha causando nas gerações daquela época. A personagem não se afeiçoa com os curativos dos “doutores”. As “febres”, as “bexigas”, “tísicas” e as “paralisias” grassavam o Maranhão de Aluísio dos finais do XIX. Nesse sentido, *Maria Bárbara*

---

<sup>14</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O mulato*. São Paulo: Ática, 1988. p. 80.

parece estar criticando a falta de fé das pessoas na capacidade curativa dos curandeiros. Ela atribui a essa falta de fé à difusão das doenças e questiona o lugar da medicina no novo papel de contê-las.

A crítica do narrador, materializada na fala da personagem, não era sem razão. Fora do mundo ficcional, havia uma realidade tensa na qual recorrer a um “doutor” era possível apenas aos segmentos abastados da sociedade. As reclamações da personagem, entretanto, sugerem uma constatação de que a ciência vinha sobrepujando lentamente os processos de cura informados pela tradição, fragmentando-os. Faustino Ribeiro Junior, em suas andanças pelos Estados brasileiros, é uma importante personagem para compreendermos a prosa ficcional de Azevedo, pensando que o contexto da época inspirou e embasou o autor a construir seu romance.

Professor Faustino, como ficou conhecido, nasceu no Estado de São Paulo, no ano de 1870. Na década de 1890, atuou como funcionário público – inspetor escolar – e professor formado pela Escola Normal Superior de São Paulo. Na última década do século XIX, o então inspetor passou a executar “curas miraculosas” apenas com o uso das mãos.



**Ilustração 1: Faustino aos 35 anos. Biblioteca Nacional. *O Malho*. Rio de Janeiro, nº 163, 28 out 1905. p. 43.**

Em 1901, Faustino começou a ser perseguido pelo Juizado Municipal de Campinas, por exercer a medicina ilegalmente. A partir de então iniciou sua peregrinação por outros estados do país executando seus processos de cura.<sup>15</sup> Após as andanças em São Paulo, Faustino Ribeiro seguiu para o Rio de Janeiro para dar suas consultas “miraculosas”. Após passar pela capital federal, onde transitava constantemente entre Minas e São Paulo, Faustino seguiu rumo à Bahia, onde entrou em confronto com a Inspeção Municipal de Higiene, órgão responsável por regular e fiscalizar os serviços de saúde na República.<sup>16</sup>

O contexto pós-abolição no início da República relegou às populações negras um lugar social aquém daquele proposto pelo Regime Republicano. A negação da cidadania, bem como o restrito acesso ao mercado de trabalho, foram constituídos e se materializaram através da racialização das relações sociais.<sup>17</sup> Foi justamente nesse contexto que Faustino Ribeiro Junior (1870-19??) chegou à Bahia, em 1903, desembarcando do paquete *Belgrano* em 8 de julho.<sup>18</sup> Naquele período, os viajantes que chegavam à Bahia, assim como Faustino, se deparavam com uma deslumbrante vista enquanto aportavam. A falha geográfica que delineava a costa soteropolitana e os limites entre a parte alta e a parte baixa da cidade se destacavam. É bem provável que Faustino Ribeiro Junior tenha se encantado, do paquete<sup>19</sup>, com esta vista que, se de longe, delineava a beleza da praia de Salvador, por outro maquiava um contraste com cenas insalubres.

A população de Salvador vivia assolada pelas memórias das epidemias de cólera em 1855<sup>20</sup> e de gripe em 1890<sup>21</sup> e 1895<sup>22</sup>, que reordenaram as relações sociais e alteraram alguns hábitos e costumes. Quando ocorriam epidemias, o medo do contágio e

---

<sup>15</sup> LIBERDADE profissional em Medicina: O caso do curandeiro Faustino Ribeiro. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, nov. 1903. p. 193-194.

<sup>16</sup> *Ibidem.*, p. 194

<sup>17</sup> Sobre as relações de trabalho no pós-abolição ver: SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *A Negação da Herança Social: africanos e crioulos no âmbito de uma economia em expansão*. 2013. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2013. Sobre as relações raciais em Salvador ver: ALBUQUERQUE, Wlamyra. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. Cia das Letras, 2009.

<sup>18</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 8 jul. 1903, p. 1.

<sup>19</sup> Navio de luxo de alta velocidade, movido a vapor.

<sup>20</sup> DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA, 1996.

<sup>21</sup> RODRIGUES, Nina 1891. p. 550-556 *apud* SOUZA, Christiane Maria Cruz. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Fio Cruz; Salvador: Edufba, 2009.

<sup>22</sup> BRITTO, Alfredo. 1895. p. 234-237. 257-272 *apud* SOUZA, Christiane Maria Cruz. *Op. Cit.*

da morte poderiam desestruturar costumes e modificar ou intensificar alguns hábitos. Entretanto, para além disso, a mudança do regime político no Brasil, de Monarquia para República, pouco alterou a qualidade sanitária de vida da cidade de Salvador.<sup>23</sup> Casas amontoadas, cortiços, asilos, internatos, ruelas apertadas e mal ventiladas faziam parte do cenário. A Salvador da primeira década do século XX apresentava um espaço constantemente insalubre, comportando poucas moradias com qualidades sanitárias.<sup>24</sup>

A prática curativa de Faustino era a imposição das mãos. Por causa disso, muitas vezes, foi enquadrado como “teósofo”, “discípulo de Mesmer” e “taumaturgo feiticeiro”; todos esses títulos, por seu turno, foram enquadrados na categoria de charlatanismo. Esse enquadramento, muito embora tenha sido criado nos idos da primeira metade do século XIX, permaneceu vivo durante todo o período do século dezenove e boa parte do século XX. Essa categoria, apesar de no cenário baiano enquadrar negros africanizados e suas tradições, não tardou em elencar Faustino como um dos seus, não obstante ser branco e letrado e alegasse desconhecer o proceder de sua “cura milagrosa”, mas que atribuía aos “dons que Deus” colocou em suas mãos, o qual dizia ignorar.

Foi na França no contexto posterior ao Iluminismo que um frenesi científico tomou conta do cotidiano e da mentalidade dos habitantes de Paris que emergiu, de maneira embrionária, o estudo dos espíritos, num cenário onde a ânsia pelo científico se avolumava. Foi, portanto, neste cenário que diversas práticas coexistiam com a crença científicista, mesmo que com forte apelo ao sobrenatural.<sup>25</sup> De acordo com Beatriz Teixeira Weber, a gradual desvinculação entre “ciência e teologia no século XVIII não libertou a ciência da ficção, pois os cientistas precisavam de imaginação fértil para entender os dados revelados pelos novos instrumentos, como os microscópios, telescópios e outros.”<sup>26</sup>

Franz Anton Mesmer (1734-1815) – filósofo, teólogo e médico –, começou a tratar dos influxos dos planetas, sob a influência dos estudos de Isaac Newton, sobre o

---

<sup>23</sup> UZEDA, J. A. *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 1992.

<sup>24</sup> LIBERDADE profissional em Medicina: O caso do curandeiro Faustino Ribeiro. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, nov. 1903. p. 193-194.

<sup>25</sup> DARNTON, Robert. *O lado oculto da revolução*. Mesmer e o final do Iluminismo na França. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

<sup>26</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. “Medicina intuitiva, homeopatia e espiritismo na Revue Spirite – 1858-1869”. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, v. 6, n. 2, 2013. p 63..



corpo humano. Mesmer, no final do século XVIII, – quando as invenções científicas invadiam o dia a dia e o imaginário dos franceses, e muitos buscavam aprovação nas universidades para seus experimentos – <sup>27</sup>, levantou a hipótese de que durante a imposição das mãos havia uma troca de energia vital tênue de natureza magnética entre curador e paciente.<sup>28</sup> Depois de tentar apresentar seu método na Universidade de Medicina de Paris no início dos anos 1780, conhecido como *magnetismo animal*, comparativamente à medicina tradicional, suas proposições foram rejeitadas com desprezo.<sup>29</sup> Talvez porque representasse um retorno à Renascença dos séculos XIV e XVI, em detrimento dos prognósticos científicos arrolados durante o Iluminismo, na Idade Moderna, e seus avanços científicos sobretudo através das contribuições de Carlos Lineu e do Racionalismo.

A imposição das mãos praticada por Faustino, ao que parece, reflexo das reverberações do mesmerismo no Brasil nas décadas de 1840, se enlaça com o Espiritismo Kardecista que chegou ao país, segundo Giumbelli, nos anos 1860.<sup>30</sup> Os kardecistas se apropriaram do mesmerismo para explicar as manifestações de entidades espirituais sobre a consciência. Adré Moriel assevera que, Hippolyte Leon Denizard Rivail (1804-1869), conhecido como Allan Kardec, reconheceu que se interessou pelo magnetismo desde os anos de 1820. Segundo Moriel, citando Kardec, o magnetismo preparou o caminho do Espiritismo e o seu progresso se deu, “incontestavelmente”, devido à vulgarização dos conhecimentos sobre o mesmerismo.<sup>31</sup>

Nas linhas que se seguem, apresentaremos e discutiremos os variados olhares e significados apresentados pelos jornais da capital baiana, sobretudo o *Diário de Notícias*, *A Bahia*, *Jornal de Notícias* e *Correio do Brasil*, acerca da presença de Faustino Ribeiro Junior em Salvador. A discussão em torno das leituras que a imprensa baiana fez sobre Faustino é importante porque abre a possibilidade para se discutir o prestígio alcançado por um “curandeiro” perseguido pela Inspeção Geral de Higiene, instigada por alguns periódicos, e compreender a partir deste viés os embates em torno do jogo político baiano.

---

<sup>27</sup> DARNTON, Robert. *Op. Cit.*

<sup>28</sup> MESMER, Anton. Propositions Concerning Animal Magnetism. Disponível em: <<http://web.archive.org>>. Acesso em: 22/06/2013.

<sup>29</sup> MESMER, Franz Anton. Memoire de F. A. Mesmer. Disponível em: <http://www.pnl-nlp.org/download/mesmer/>. Acesso em 21/06/2013.

<sup>30</sup> Veremos essa discussão mais detalhadamente ao longo dos capítulos II e III.

<sup>31</sup> MOREIL, André. *Vida e obra de Allan Kardec*. São Paulo, EDICEL, 1986. p. 47.

## 1.2 – Faustino Ribeiro: “curandeirismo” nas páginas do *Diário de Notícias*.

Em 8 de julho de 1903 o *Diário de Notícias* anunciava a chegada de Faustino Ribeiro Junior, que se hospedara em uma pensão, à rua Visconde de Itaparica, número 24, no centro da cidade.<sup>32</sup> A presença de Faustino Ribeiro criou, dias após sua chegada, um embate entre ele e o Inspetor de Higiene Pública, o renomado doutor Antônio Pacífico Pereira (1846-1922), amplamente veiculado pela imprensa. Esse embate e a própria figura de Faustino foram tratados pelos periódicos da cidade de Salvador, dando uma série de referências e imagens que o jornal tinha da capital acerca da política, da saúde pública e das maneiras pelas quais os jornais entendiam que Faustino deveria ser tratado pela justiça.

Entre os finais do século XIX e o início do século XX havia dois grandes jornais que comporiam mais tarde o que José Welinton Aragão chamou de Grande Imprensa: *Diário da Bahia* e o *Diário de Notícias*. Esses periódicos eram concebidos como uma empresa de comunicação de caráter industrial que comercializava a informação, vendiam notícias e tinham como base a publicidade e veiculação da ideologia dos grupos abastados.<sup>33</sup> Difundir as ideias dos grupos dirigentes – o *Diário de Notícias* veiculado a Luiz Viana e o *Diário da Bahia* a Severino Vieira –, tornava visível o vínculo político entre os jornais e os agentes públicos do período, muito embora simpatizassem com os pressupostos da neutralidade para garantir credibilidade diante de seu público.

O *Diário de Notícias* de circulação vespertina, de domingo a domingo, foi fundado no ano de 1875, em 13 de março, pelo português Manuel da Silva Lopes Cardoso. A proposta inicial do periódico divergia daquela que o orientou quando voltou a circular em 1903. Em sua primeira fase o órgão alegava ser “rigorosamente noticioso”, desvinculado dos partidos ou facções políticas. As notícias eram a única fonte de renda do português.

Em 23 de junho de 1887, Manuel Lopes Cardoso faleceu, mas o periódico continuou a funcionar por mais dez anos, agora sendo editado por Eduardo De

---

<sup>32</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*, Salvador, 8 jul 1903, p. 1.

<sup>33</sup> SANTOS, J. W. A.. Formação da grande imprensa na Bahia. 1985. *Dissertação* (Mestrado em Ciências sociais), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1985. P. 5.

Vecchia.<sup>34</sup> A pretensa neutralidade em relação às questões políticas foram mantidas. Em 1898, o *Diário de Notícias* foi arrematado em leilão público, pelo professor Cassiano Gomes, membro de uma sociedade – a qual as fontes não permitem saber o modelo e os termos de funcionamento –, cujo principal acionista era o governador do Estado, Luiz Viana (1896-1900). Esse domínio durou apenas dois anos. O periódico saiu de circulação em fins de 1900, mas voltou às bancas, quando foi comprado pelo coronel Vicente Ferreira Lima do Amaral, voltando a circular em 16 de março de 1903, tendo como redatores Virgílio de Lemos, Odilon Santos e Xavier Marques.<sup>35</sup>

Em seu editorial de retorno, quando voltou a circular, o *Diário*, em 17 de março de 1903, deixou transparecer sua concepção entre o que era ser uma “imprensa neutra” e “independente”. De acordo com a nota,

[Neutra] é uma imprensa sem iniciativa, sem atividade, sem direito de fiscalização, indiferente, nula. [...] [A] imprensa independente [...] é autônômica, capaz de exercer com amplitude as três funções capitais de instruir, fiscalizar e orientar ciente e consciente dos seus direitos e deveres.<sup>36</sup>

Oficializando de alguma maneira seu novo posicionamento, o editorial deixava claro que estar ligado a um partido político, ou mais especificamente a um chefe político, não significava perder a independência. Periódicos como este circulavam para um número restrito de leitores, principalmente das pessoas que compunham os grupos dominantes. Isso gerava, portanto, uma demanda de dependência mútua de opiniões.

O *Diário de Notícias* foi um dos periódicos que mais se empenhou na empreitada jornalística sobre Faustino e muitas vezes pareceu se contradizer em suas concepções. Em um primeiro momento, 8 de julho de 1903, anunciou a chegada do curador, do Rio de Janeiro, em um pomposo navio alemão, o *Belgrano*. Enfatizou a fama e celebridade dele, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, por suas curas “hipno-psíquicas”, além de informar o novo endereço do Professor, que ocuparia uma pensão na rua Visconde de Itaparica, número 24.<sup>37</sup>

<sup>34</sup> REIS, M. L. A.. A cor da notícia: discurso sobre o negro na imprensa baiana. 1888-1937. 2000. 156f. *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2000. p.22.

<sup>35</sup> SAMPAIO, Consuelo Novaes. “Verbete biográfico. *Diário de Notícias*”. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 07 de abr. de 2012.

<sup>36</sup> DIÁRIO de Notícias. Salvador, 17 mar. 1903, p. 1.

<sup>37</sup> DIÁRIO de Notícias. Salvador, 8 jul. 1903, p. 1.

A chegada apoteótica num navio internacional, a fama em outros estados por suas curas são alguns dos elementos utilizados para construir a imagem de Faustino em seu primeiro momento na Bahia. Vender a figura do curador parecia ser o objetivo primeiro do periódico baiano, juntamente com o espaço de publicidade da primeira página do *Diário*. O endereço onde residiria Faustino funcionaria como um recurso do anunciado, definindo o espaço onde deveria ser buscado.

Algumas semanas após o anúncio da chegada do “curandeiro” que tanto “celebrizou-se” no Rio de Janeiro e em São Paulo, era possível perceber a receptividade com que a população soteropolitana o tinha acolhido. Hospedado no centro da cidade, um número bastante significativo de pessoas buscava Faustino Ribeiro Junior para curar suas moléstias. Segundo a matéria, o povo “se aglomera na frente do prédio chegando até a interceptar o trânsito.”<sup>38</sup>

Difícil mensurar a quantidade de pessoas que demandavam os “poderes curativos” de Faustino, pouco tempo depois de sua chegada, sobretudo porque a notícia veiculada fazia parte dos espaços de anúncios publicitários no *Diário de Notícias*. Não se sabe se a publicidade do “curandeiro” era paga por ele mesmo ou algum admirador, o que demarcava principalmente as características comerciais do periódico. Por outro lado, é possível que, dependendo das dimensões da rua, cujas características fundamentais – não sendo uma das avenidas principais do centro – eram os enfiamentos, um número não tão grande de pessoas bloqueasse ou dificultasse o acesso. Em outras palavras, mesmo sendo uma estratégia publicitária, a passagem de Faustino por Salvador criou uma demanda da população por sua cura, o que demonstra, de alguma maneira, o funcionamento excludente e pouco convincente das práticas médicas oficiais.

A presença de Faustino nos jornais da época é, num contexto de insalubridade e má nutrição, representativa da fragilidade dos serviços médicos oficiais e da concorrência que as instituições médicas ainda sofriam no início do século XX, com o universo da “crença” e da “superstição”.<sup>39</sup> Foi durante a administração de Luiz Viana (1896-1900) que passaram a acontecer as visitas domiciliares de desinfecção e pesquisas bacteriológicas; estas foram ampliadas no governo de Severino Vieira (1901-

---

<sup>38</sup> DIÁRIO de Notícias. Salvador, 30 jul. 1903, p. 1.

<sup>39</sup> Sobre a disputa no campo médico ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

1904).<sup>40</sup> Os periódicos locais, sobretudo o *Diário de Notícias*, lucraram bastante com a presença de Faustino, visto que as notícias veiculadas nos espaços publicitários eram constantes nesse periódico. A demanda do curador pela publicidade no *Diário*, entretanto, teria um custo que de alguma maneira marcaria a imagem do jornal.

No dia 12 de setembro de 1903 o *Diário de Notícias* lançou uma nota em espaço editorial expressando a opinião institucional do jornal. De acordo com a notícia, os admiradores de Faustino difundiam, a partir de suas virtudes curativas, que o *Diário* estaria de acordo com as práticas exercidas pelo curador. Foi preciso então que o periódico ressaltasse seu posicionamento diante de tal afirmativa, declarando “ser inexata semelhante afirmação, acrescentando ainda que as apreciações elogiativas [sic] que têm sido editadas nesta folha a seu respeito são meros RECLAMOS, publicados em espaços não editoriais do jornal, por conta exclusiva dos interessados.”<sup>41</sup>

O *Diário de Notícias*, vinculado a Luiz Viana (1846-1920), fazia oposição – após a cisão no Partido Republicano com o governador Severino Vieira (1849-1917) – ao *Diário da Bahia*, que pouco se mobilizou diante da passagem de Faustino, talvez por ser o órgão oficial do governo em 1903, e/ou por não necessitar da publicidade para funcionar. Nesses termos, qualquer ranhura na imagem do *Diário de Notícias* poderia comprometer seu papel na política local. Isso porque a materialização do discurso jornalístico<sup>42</sup> não se afastava dos pressupostos da modernidade pregados pelas elites da época.<sup>43</sup> Nesses termos, a retratação tem a ver também com o alinhamento das ideias do periódico com a perspectiva civilizadora e moderna da recém criada Inspeção de Higiene. Na busca por se isentar do alinhamento com Faustino é que o editorial afirma,

Tais *reclamos* nem sequer passam sob as vistas da redação antes de serem estampados, como sucede a tudo o mais que entra no rol dos anúncios e correspondências pagas.

Afim [sic] de evitar estas e outras interpretações errôneas, cientificamos ainda uma vez o público de que quaisquer publicações mantidas entre duas linhas ou traços finos, em cima e em baixo,

<sup>40</sup> ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus Governadores na República*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, UEFS Editora, [1923] 2010. p. 122; 149.

<sup>41</sup> DIÁRIO de Notícias. *Salvador*, 12 set. 1903, p. 3.

<sup>42</sup> De acordo com Consuelo Novais Sampaio o jogo político na República era uma extensão, “acomodação”, da política imperial. Nesses termos, o discurso jornalístico, peças fundamentais na política da época, se apresentava também como uma extensão da política imperial. SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Estudos Baianos, 1978. p. 45.

<sup>43</sup> Sobre a modernização de Salvador ver: LEITE, R. C. *Op. Cit.*

pertencem ao número das publicações ineditoriais, com as quais nada tem que ver a redação.<sup>44</sup>

Nesse exato momento, começaram os ataques políticos cujo alvo era o governo. O principal instrumento da oposição para atacá-lo foi Faustino Ribeiro Junior, sobretudo porque o curandeiro estabeleceu uma relação de proximidade com o governador, Severino Vieira, como veremos ao longo do texto. No cenário político da Bahia, entre os anos de 1901 e 1906, o unipartidarismo imperava, materializado na fundação do Partido Republicano da Bahia, com aspirações da “burguesia agrocomercial”. Segundo Consuelo Novais Sampaio, a ascensão de Severino Vieira ao governo, em 1900, tornou inevitável a cisão entre *vianistas* e *severinistas*. Este processo de separação fez a oposição, “também combatida”, aliar-se à corrente *severinista*. Foi esse conflito que fez surgir em 1901 o PRB.<sup>45</sup>

O contexto do unipartidarismo não significa que não houve oposição ao governo. O *Diário de Notícias*, dentre outros periódicos, foi fundamental nessa empreitada e Faustino Ribeiro Junior, de alguma maneira, um de seus instrumentos de atuação, como veremos na seção seguinte. Algumas semanas antes da retratação, o posicionamento ostensivo em relação ao curandeiro começava a se delinear. No dia 3 de agosto de 1903, o *Diário* se posicionou, mesmo que fora de suas manchetes, acerca da atuação de Faustino Ribeiro. Segundo a notícia,

o Sr. Faustino mantém aberto um consultório, aceita chamados para domicílios, cobrando honorários, alguns até exorbitantes, como os das visitas *médicas* que arbitra em 50\$000, além dos 20\$000 do carro que o conduz, e tudo isto sem pagar impostos, sem prestar a mínima satisfação à higiene e à polícia.<sup>46</sup>

Satisfação à higiene e à polícia significava, entre outras coisas, ser diplomado em uma das Faculdades de Medicina do país ou ter diploma convalidado e permissão para exercer arte de curar. Nesses termos, o articulista segue afirmando sua posição: “este senhor não é diplomado por nenhuma faculdade da República, e como tal, se acha incurso em criminalidade perfeita e salutarmente prevista em o nosso vigente código penal.”<sup>47</sup>

<sup>44</sup> DIÁRIO de Notícias. *Salvador*, 12 set. 1903, p. 3.

<sup>45</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Op. Cit.*, 1978. p. 45.

<sup>46</sup> DIÁRIO de Notícias, *Salvador*, 3 ago. 1903. p. 5; Os valores corresponde em valores aproximados a R\$ 2,800 e R\$ 1,120 respectivamente. Sobre a conversão de valores ver: REAL - histórico. Disponíveis em: [http://www.portalbrasil.net/economia\\_real\\_historico.htm](http://www.portalbrasil.net/economia_real_historico.htm). Acesso em: 26 mar. 2015.

<sup>47</sup> *Ibid.*

As acusações do periódico não pararam por aí. Além da prática ilegal da medicina, propalou que Faustino Ribeiro estava associado ao espiritismo, estando sujeito a ser enquadrado por outro artigo do Código Penal. A Lei de 1890 visava, de alguma maneira, coibir as crenças em atividades extrafísicas, que não pertenciam ao universo científico, como o magnetismo, a transmissão de energia<sup>48</sup> e, mais imediatamente, o universo da crença africanizada que fincava o país no “atrasado passado colonial”, segundo as concepções da época.<sup>49</sup> Isso não se distingue do contexto de crença do século XIX, sobretudo, no caso de Faustino e do Espiritismo. Pois, segundo o articulista,

filiado nesta seita, de que se vale para inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, o fato bem expressivo de [...] ter colocado no seu consultório do Rio de Janeiro e S. Paulo diversos quadros com dizeres ou máximas espíritas.

Ora, em tais condições, está o Sr. Faustino incurso no artigo 157.

[...]<sup>50</sup>

O espiritismo, tal qual aponta a matéria, era enquadrado no Código Penal de 1890. O código foi instituído pelo decreto 847 de 11 de outubro daquele ano. Segundo Emerson Giumbelli, foi “o primeiro conjunto de leis a definir a nova ordem jurídica associada ao nascente regime republicano.”<sup>51</sup> De acordo com o artigo 157, quem praticasse o espiritismo, a magia, usasse talismãs e jogos de cartas com fim de “fascinar e subjugar a credulidade pública” estaria sujeito aos rigores da lei. Entretanto, apesar de o Código Penal enquadrar o espiritismo como uma infração sujeita à pena, a Constituição de 1891, contrariamente, liberava as atividades religiosas.<sup>52</sup> Justamente por esses termos que Ana Lúcia Schritzmeyer afirma que o código penal de 1890 foi elaborado às pressas e recebeu muitas críticas por sua orientação excessivamente clássica, muito pouco preocupado em contemplar as formulações da criminologia positivista.”<sup>53</sup>

---

<sup>48</sup> DAMAZIO, Sylvia. *Da Elite ao Povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

<sup>49</sup> ROCHA, R. R. O feiticeiro: a representação da cultura negra em Xavier Marques. *Trabalho de Conclusão de Curso*. (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas. 2012.

<sup>50</sup> DIÁRIO de Notícias. Salvador, 3 ago. 1903. p. 5.

<sup>51</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Cuidado com os Mortos: Uma história da Condenação e Legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional: 1997. p. 79.

<sup>52</sup> Sobre isso ver: GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.*

<sup>53</sup> SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Sortilégio de saberes: curandeiros e juízes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

A criminologia positivista surgiu buscando proteger a sociedade contra a ação dos “delinquentes”, dando-se prevalência aos direitos sociais em relação aos individuais.<sup>54</sup> No Brasil, os ideais positivistas foram apropriados pela Medicina Legal, a partir de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), defensor das ideias de pureza da raça e combate a miscigenação, encarando-a como o principal motivo da degeneração da “raça brasileira”. O médico maranhense realizava pesquisas baseadas na antropologia criminal do médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909).<sup>55</sup>

Entretanto, de uma maneira ou de outra, o que estava em jogo em relação ao espiritismo atribuído a Faustino era sua capacidade de angariar adeptos pelos estados por onde passou e pelos vários espaços da Bahia como Alagoinhas, Catu, Nazaré e Cachoeira<sup>56</sup>, ou “inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis”, como afirmou o colaborador do *Diário de Notícias*, baseando-se no Código Penal.

Tal capacidade estava diretamente ligada a aceitação de Faustino entre os sujeitos sociais da época. Nikelen Acosta Witter afirma que os curandeiros de uma maneira geral estão inseridos em um espaço onde a crença já estava estabelecida e os doentes tinham autonomia sobre seus corpos.<sup>57</sup> Em outras palavras é possível inferir a partir daí que há uma relação de circularidade entre o universo da crença e o curandeiro. Dito de outro modo, não é a crença ou a superstição da população que cria o curandeiro, o feiticeiro e os praticantes da medicina alternativa. Havia na realidade uma troca constante entre curadores e curados.

Acreditamos que a literatura pode nos ensinar algumas lições acerca das crenças disseminadas entre a população. A narrativa que se segue é um trecho do romance do literato nascido na Ilha de Itaparica, Xavier Marques (1862-1941). Trata-se de um diálogo entre *Eulália* e *Amâncio*, personagens centrais de *O feiticeiro* (1914/1922),

---

<sup>54</sup> RODRIGUES, Renata. *As faces do Positivismo Criminológico: o criminoso de Lombroso e a sua correlação com o conto "O Alienista" de Machado de Assis*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2014.

<sup>55</sup> Sobre a recepção e o desenvolvimento das teorias raciais ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>56</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 3 set. 1903. p. 1; PROFESSOR Faustino – O Popular. *Diário de Notícias*. Salvador, 11 nov. 1903. p. 5; FLAUTEANDO. *Correio do Brasil*. Salvador, 14 out. 1903. p. 1; CURAS Milagrosas. *A Ordem*. Cachoeira, 24 fev. 1900. p. 2; PROFESSOR Faustino (Nazaré). *A Bahia*. Salvador, 17 ago. 1903. p. 2.

<sup>57</sup> WITTER, N. A.. “...os que não puderam se tratar em suas casas”. Em: Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). 292f. *Tese* (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2007.



[Eulália] Enquanto esperávamos, de longe, à porta da casinha, ouvíamos aquele batuque interminável, lá nas brenhas, no meio de uma grande solidão... [...]

– Imaginação para o horrível... Nervoso... Efeitos dessas histórias tétricas que nos contam desde a infância [...] Nós todos vivemos mais ou menos assombrados por estes espectros, pelo negro e o seu feitiço.

– Também crê no feitiço?

– Sim e não. Uma “cousa feita” nunca é de todo inócua.

– Mas o que é o feitiço?

– É uma cousa que se faz antes para o mal do que para o bem do enfeitado...

– Com beberagens, comidas, venenos...

– Esta é a ideia comum que se faz da “cousa feita”. É toda material. Mas isso é a maldade, a perversidade, o crime de todos os dias. Os efeitos mais poderosos do feitiço são sutis e vão diretamente à alma. Olhe, Lali, se a pessoa a quem eu estimo ou sou indiferente me arma um feitiço, desde o momento em que desconfio, a minha perturbação não se define, a minha repugnância por essa pessoa excede a tudo quanto é sentimento de antipatia e de aversão. Adoeço sem que fisicamente sofra. O ódio e o terror combatem dentro de mim. Se o ódio envenena, o terror mata. Em certas almas o feitiço é o pai do pavor... [...] É este o poder dos feiticeiros, de quem muitos riem, mas todos se temem. É por isso que eu digo: nós somos governados pelo feiticeiro.<sup>58</sup>

Marques utilizou da obra ficcional para representar a Bahia no contexto das últimas décadas do século XIX e início do século XX a partir de uma perspectiva regionalista. Em *O feiticeiro*, a preocupação do narrador foi dar sentido aparentemente mágico às descrições dos rituais de candomblé. Nele, uma “moça de família” – *Eulália* – angustia-se por ter recorrido aos rituais do candomblé para resolver seus problemas sentimentais. Há no texto dois universos culturais distintos, intermediados pelo Ogã *Paulo Boto*, em uma sociedade na qual tanto uma frágil moça envolta em conflitos morais, quanto um “assombroso” africano com seu “riso canino”, eram personagens possíveis.

No ogã, *Paulo Boto*, personagem criada por Marques para representar o intercâmbio entre o mundo branco e o mundo negro, é possível perceber uma semelhança entre o que o narrador da ficção criticava e o que os periódicos da época, como veremos no tópico seguinte, criticavam também. A diferença fundamental é que, apesar de tanto Faustino quanto *Paulo Boto* serem brancos, letrados e pertencerem a outro grupo social, com maior prestígio, a personagem do romance não denunciava sua

<sup>58</sup> MARQUES, Xavier *Op. Cit.*, 1975, p. 72-73.

posição, relacionando-se com o mundo negro e suas práticas de forma silenciosa, possivelmente para não ser mal visto pela sociedade da época. Faustino por sua vez, atuava de forma pública, acreditando, talvez, que por não praticar uma arte de curar africanizada, nem lançar mão de ervas, talismãs e afins, não sofreria as consequências impostas pela Inspeção de Higiene e pela Justiça.

O diálogo citado versa sobre as aflições e tensões geradas pelos rituais africanos e demonstra a importância do feitiço, ou o medo que gerava nas camadas médias do período. Muito embora não se descarte outras possibilidades, o governo do feitiço é um dos fatores principais na narrativa de Marques para compreendermos a relação de pessoas de classes abastadas com os africanos feiticeros, curadores. Para *Lali*, os rituais eram assombrosos e atormentavam-na os vultos de feiticeros alucinados. *Pomba* é uma amiga próxima de *Eulália*, e muito embora tente negar os conhecimentos que emanam de suas origens, entra em transe quando os batuques começam a rufar. É sob a influência da amiga que *Lali*, ansiosa pelo retorno de *Amâncio* recorre aos ritos misteriosos do “feiticero”, por ter ele partido para o sertão, devido à derrota nas eleições.

Mesmo que o narrador de *O feiticero* estivesse falando da influência da religião afro-brasileira na vida de pessoas brancas de classe média, sua narrativa nos serve para pensarmos a realidade que Faustino encontrou quando aportou na Bahia. Afinal, a literatura também tem um papel significativo na criação e difusão de representações sociais e nos ajuda a pensar quão o contexto religioso era propício para proporcionar à população uma apropriação dos significados do espiritismo atribuídos a Faustino, devido às dinâmicas do catolicismo popular e as religiões afro-brasileiras davam a sociedade da época.

Muitas pessoas deste período, em seu dia a dia, se valiam de práticas domésticas para cuidar dos doentes: chás, vomitórios, purgativos, resguardos alimentares, simpatias, segredos de velhas parteiras, regiam os hábitos das pessoas. Segundo Venézia Durando Braga Rios, “o povo, no seu saber ancestral, tinha aprendido a lidar com as doenças comuns; os médicos pareciam não saber lidar com as doenças epidêmicas ou endêmicas.” Muitos dos procedimentos médicos “estavam

amparados nos chás, emplastros, sinapismos, fricções etc. e, numa apreciação distanciada, pouca diferença se faria entre as duas práticas.”<sup>59</sup>

Mas o “saber ancestral” não era muito bem visto pelas autoridades da época. Quando Faustino aportou em Salvador, a Bahia já era o lugar do feitiço. Os periódicos e seus articulistas já sabiam o que dizer acerca das práticas de cura de Faustino, por estarem inseridos em uma sociedade cheia de feiticeiros e curandeiros. Se pudéssemos colocar uma frase nos escritos de Faustino, essa frase seria: “Não me confunda com eles”. O professor estava num campo minado pelas crenças de Salvador. É possível perceber um curandeiro que não era baiano, não era negro e estava procurando se descolar das curas afrobrasileiras. Mas aportou num ambiente onde as principais questões eram as práticas de cura afro e os candomblés eram constantemente hostilizados.<sup>60</sup> Esse cenário hostil permite-nos entender melhor o ambiente no qual Faustino chegou a Salvador e, de alguma maneira, nos permite entender a perseguição que sofreu.

Faustino estava confundido os sinais para os médicos. Ou seja, ele embaralhava algo que parecia muito bem esclarecido e definido para as elites de Salvador. No pensamento das elites da época, somente negros africanos eram crédulos e supersticiosos e inculcavam nos brancos da alta sociedade tais credulidades. Faustino tais certezas. Isso porque, para os médicos e juristas brasileiros, importando teorias europeias do século XIX, acreditavam os “crédulos em fenômenos mágicos e religiosos eram ou primitivas vítimas de seu próprio atraso cultural ou civilizadas vítimas de poderosos charlatães e instituições [...] embrutecidas.”<sup>61</sup> No caso da Bahia, que andava às voltas com o elevando número de negros e práticas africanizadas, Faustino fugia a regra sendo branco, letrado e com uma rede de relacionamento bastante densa.

---

<sup>59</sup> RIOS, V. D. B. Entre a vida e a morte: medicina, médicos e medicalização na cidade de Salvador, 1860 – 1880. 2001. 186f. *Dissertação* (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2001. p. 34.

<sup>60</sup> Sobre repressão ao candomblé na Bahia ver: RODRIGUES, Raymundo Nina. *Os africanos no Brasil*. [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010; BRAGA, Julio. *Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia*. Salvador: CEAO/EdUFBA, 1995.

<sup>61</sup> SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore. *Op. Cit.*, p. 25.

Nesse cenário, o periódico *A Bahia*<sup>62</sup> desferiu seu golpe contra a superstição popular associando-a ao grande sucesso que o “bota-mão” obteve em sua passagem por Salvador. De acordo com o articulista,

Com estranha anomalia, e sempre com crescente curiosidade, se vão desenrolando aqui os fatos que se propalam das fantásticas tentativas deste inesperado e já famoso curandeiro. Simples impulsos de um espírito crente convicto de força, de um dom sobrenatural, apto a realizar intensas e rápidas sugestões, ou impávidas manipulações de magia ou do sortilégio: o que é certo é que, a credence geral já se avoluma muito em torno do explorador.

[...]

Que importa realizem-se estas na ventura com que os candomblés festejam o santo do dia, ou em práticas charlatanescas com que profissionais conhecidos apregoam também a excelência de seus métodos de hipnose para todas as curas?

[...]

Entre uns e outros, entre o atordoamento dos candomblés e os passes do hipnotismo, um lugar de honra não pode ser recusado ao professor Faustino, como elemento de transição, entre o fetichismo e o ocultismo.

[...]

**Não seria possível recusá-las, nem impedi-las em nosso meio, onde as superstições de todos os gêneros se alastram em todas as camadas sociais.**

Certamente que estas irmanadas pela feitiçaria de muitos e pelas revelações de outros, agravadas pelas condições gerais de desânimo e decadência, pela nosologia [sic] de tamanhas misérias que perpassam como sombras aterradoras da magia negra, os fatores a exteriorizarem os fluídos que se desprendem das mãos do inconsciente taumaturgo, ou da catálise de seus espíritos invocados.<sup>63</sup>

Com superstição e tudo, o que estava em jogo para o articulista de *A Bahia* era a relação entre as práticas do “mago Fausto” e os rituais do candomblé. A diferença fundamental entre ambas residiria na ausência de ritos, imagens, substâncias, cânticos, bebidas no procedimento curativo de Faustino, que estariam presentes no candomblé. Nesses termos, Faustino teria um “lugar de honra” como elemento de transição entre o fetichismo e o ocultismo, o que conferia a ele características necessárias para se

<sup>62</sup> O periódico pertencia a José Marcelino de Sousa (1848-1917), governou a Bahia entre os anos de 1904 e 1908. Marcelino foi indicado por Severino Vieira para a sucessão do governo do Estado, nas eleições de 15 de novembro de 1903. José Marcelino foi indicado devido à negativa de Senhor Paula Guimarães, candidato do “coração” de Severino Vieira, segundo Antonio Aragão, como candidato do Partido Republicano. Essa indicação é mais um indício de que o jogo político não consistia em todo numa “acomodação”. Isso porque, parte da população também sabia pressionar os políticos, como aconteceu na “guerra do comércio”, motivada pelo aumento nos impostos sobre o álcool, os comerciantes se reuniram e protestaram contra o tributo, sob os fundamentos de extorsão. Grande número dos comerciantes cumpriu a deliberação da Associação Comercial e durante os dias 25, 26 e 27 de novembro permaneceu com as portas fechadas. ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz. *Op. Cit.*, p. 154; 157;

<sup>63</sup> O PROFESSOR Faustino e a Inspetoria de Higiene. *A Bahia*. Salvador, 19 out. 1903. p. 1. [Grifos nossos.]

enquadrar enquanto mobilizador e difusor dos sujeitos sociais “supersticiosos” de Salvador.

Perspectivas como a de Donald Warren Jr. compreendem uma aproximação entre as práticas religiosas africanizadas e o espiritismo que imputavam a Faustino. O autor traz nessa abordagem uma contribuição relevante para compreendermos a receptividade das ideias da doutrina vinda da Europa. Ele enfatiza que a maioria dos espíritas brasileiros privilegiavam seus aspectos religiosos, em detrimento do científico – ideia revisitada e questionada por Emerson Giumbelli.<sup>64</sup> Isso teria a ver com a extensa presença de “médiuns curadores” e com o fato de os “espíritos desencarnados” poderem ser, nos degraus da hierarquia evolucionista da doutrina Espírita, equiparados a ‘santos católicos’ – se “superiores” –, ou a ‘almas penadas’ – se “atrasados”.<sup>65</sup> Na concepção do autor, essa seria a perspectiva que aproximaria as práticas espíritas e aquelas envolvendo tradições africanas e as do catolicismo popular.<sup>66</sup> Ou, em outras palavras, o universo da crença no Brasil lastreava os caminhos por onde Faustino passava ao longo de sua trajetória enquanto curador.

Nos termos propostos por esse cenário foi que o *Diário de Notícias*, modificando ou deixando claro seu posicionamento acerca da passagem do peregrino, trouxe à tona os artigos do Código Penal e “recomendou” “o Fausto” à Justiça. Segundo o articulista,

Recomendamos, portanto, o professor Faustino Ribeiro Junior aos exmos. Srs. Drs. Antonio Pacífico Pereira, diretor de higiene, e João Pedro dos Santos, secretário de segurança pública, para que, apurada a verdade, tornem efetiva a ação penal em que indubitavelmente está incorrendo este cidadão.<sup>67</sup>

---

<sup>64</sup> Segundo o autor, os trabalhos produzidos sobre o Espiritismo no Brasil concluíram que “a complementaridade originária entre ciência e religião não conseguiu ser mantida abaixo da linha do Equador, onde se debateriam, inconciliáveis, intelectuais e místicos. [...] Nesse sentido, parece-me mais interessante esboçar, através de suas categorias e raciocínios básicos, um campo comum no interior do qual os espíritas transitavam, reafirmando que isso pode ser conseguido a partir da tematização do par ciência e religião em suas variadas e complexas articulações. [...] Percebemos que ciência e religião aparecem, em primeiro lugar, para designar personagens e lógicas antitéticas. De um lado, a força milenar da Igreja Católica, construída em torno de 'dogmas' e 'formalismos', sempre oposta ao conhecimento obtido pela 'experiência' e pela 'observação'. De outro, a ciência nascente, 'positivista' e materialista, a quem coube a virtude de trazer à humanidade a verdade sobre a natureza e os homens, ao preço, contudo, do desprezo a tudo que possa ultrapassar o limiar do visível. Como tais, ciência e religião seriam duas forças em luta constante, e a clara vantagem com a qual estava dotada a primeira estaria fazendo com que a humanidade se encaminhasse para a descrença e o materialismo.” GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.*, p. 69; 77.

<sup>65</sup> WARREN JR, Donald. “Spiritism in Brazil”. *Journal of Inter-American Studies*, Vol. 10, No. 3, Jul., 1968. (pp. 393-405).

<sup>66</sup> *Ibid.*, p. 19.

<sup>67</sup> *Ibid.*

A recomendação se deu porque era “incrível que numa capital civilizada se permitam coisas tais!”. Esse discurso, que se fazia presente em outras capitais e inclusive na Corte, era recorrente para atacar as práticas que atrasavam uma “capital civilizada” como Salvador. Criar oposição a esse discurso, ou se posicionar dubiamente em relação a ele significava se colocar e se igualar, também, aos que se colocavam como um entrave ao que se queria como civilização e progresso. Em relação às questões financeiras e materiais a Bahia vivenciava um momento de crise financeira durante o governo de Severino Vieira. As limitações orçamentárias, dentre outros fatores da política local, impediam as reformas urbanas com intuito modernizador tais quais ocorriam no Rio de Janeiro. Em Salvador, tais mudanças só começaram a acontecer anos mais tarde no Governo de José Joaquim Seabra (1855-1942), entre os anos de 1912 e 1916.<sup>68</sup>

Por outro lado, se não era possível “modernizar” e “civilizar” os espaços no plano urbano e material, no campo das ideias tal questão já se apresentava no pensamento das elites locais, muito antes da passagem de Faustino por Salvador. Havia o desejo de modernizar as relações sociais, circunscrevendo, sobretudo, os afrodescendentes, porquanto sua presença em grande número na Bahia reiterava a ideia de que eram eles, a partir de suas “crendices” e “superstições”, os principais responsáveis pelo atraso, pela insalubridade e pela difusão de práticas culturais “incivilizadas”. A ânsia pela modernização do país já estava presente desde o século XIX, mesmo que estabelecida de forma conflituosa entre liberais e conservadores. No início do século XX, tal discurso se projetava como um dos principais caminhos, ou o discurso de estreia, para a República. Em outras palavras, as regras de controle já estavam postas no XIX e o africano era o alvo principal. Não obstante ser relacionado a essas práticas, por alguns periódicos baianos, Faustino nos permite tecer algumas reflexões acerca das distinções de classe entre o espiritismo e as práticas religiosas afro-brasileiras, como o candomblé.

Nas narrativas de Xavier Marques, em seu romance *O feiticeiro*, Marcelo Souza Oliveira aponta como o literato itaparicano já havia materializado sua crítica ao trânsito de pessoas brancas e de classe média entre os dois universos sociais e religiosos. O personagem *Paulo Boto*, ogã do terreiro de *Pai Elesbão*, é a figura que mais representa

---

<sup>68</sup>LEITE, R. C. *Op. Cit.*, 1996.

a circulação de pessoas entre as o mundo “africanizado” e o “civilizado”. E muito embora esses mundos fossem um só, intelectuais baianos teimavam em separá-los a fim de trilhar os caminhos do progresso europeu.<sup>69</sup> João José Reis tratando do caso de Domingos Sodré, já apontava em meados do século XIX a relação de pessoas de classe abastada com o sacerdote africano.<sup>70</sup> Gabriela Sampaio argumenta que havia vários indicadores segundo os quais integrantes das elites políticas e econômicas da Corte mantinham relações com o pai de santo Juca Rosa.<sup>71</sup>

### 1.3 – Muitos discursos, um personagem: Faustino e os periódicos da capital baiana

Frequentemente, nos discursos jornalísticos, “curandeiros” e “feiticeiros” eram noticiados nas páginas policiais. De maneira ostensiva eram hostilizados em nome da tríade evolucionista: civilização, modernidade e progresso. Em nome da hierarquização das raças os africanos e aqueles que penetravam em seu universo, independente da classe social, eram vistos como vítimas dos incivilizados que atravancavam a evolução da sociedade. Entretanto, o caso de Faustino nos traz algumas características que fogem desta premissa, visto que a prática curativa que utilizava tinha, de alguma maneira, origens na Europa.

Faustino mobilizou de maneira diferente quatro periódicos da cidade do Salvador. O *Diário de Notícias*, que começou sua abordagem de maneira dúbia; os periódicos *A Bahia* e *Correio do Brasil*, na linha de ataque contra as práticas do “doutor bota-mão” e o *Jornal de Notícias* em sua defesa. É justamente a partir desses periódicos que surge a possibilidade de vislumbrarmos alguns pontos da distinção que havia entre o candomblé e o espiritismo. Nos parágrafos que se seguem, veremos os caminhos que o defensor do “mago Fausto” trilhou na tentativa de convencer o público leitor de sua pureza.

A violência com que o poder público brasileiro executava as leis e projetos de saneamento repetia, na evidência de uma tentativa disciplinadora dos médicos, a forma tradicional da relação de dominação. Assim é que Maria Helena Souza Patto argumenta

---

<sup>69</sup> OLIVEIRA, M. S.. Xavier Marques entre os interpretes do Brasil: raça e nação na Primeira República. 2013. 241f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2013.

<sup>70</sup> REIS, João José. *Op. Cit.*, 2008.

<sup>71</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.*, 2009. p. 141.

que as “ações repressivas em nome das medidas higiênicas [...] eram realizadas quase sempre sob a coordenação do secretário de polícia, a quem cabia vigiar usos e costumes, aplicar multas, promover despejos e dar voz de prisão aos infratores.” De acordo com a autora, as ações de higiene foram marcadas pela “repressão grosseira”, tendo na polícia a presença mais concreta do Estado próxima ao povo.<sup>72</sup>

Entretanto, outros autores relativizam esta posição. Gabriela dos Reis Sampaio afirma que a Higiene e o Estado não compunham blocos homogêneos e coerentes. Muitas vezes entravam em atrito. Para além dessa perspectiva que enxerga a heterogeneidade na relação entre Higiene e Estado, a autora aponta uma “grande disputa e rivalidade no interior da classe médica”.<sup>73</sup> Circundado por essas instituições, permeadas ora divergências, ora por consensos, Faustino Ribeiro Junior teve quem saísse em sua defesa.

Essa história começou com a negativa do jornal *A Bahia* de publicar a carta de um missivista que tinha por iniciais E. C. A nota editorial do periódico, direcionada ao missivista, justificava a não publicação afirmando que: “A sua carta vai ficar reservada para quando formos à casa do professor Faustino. E de lá voltarmos convencidos de seu grande poder curador, se bem que muito nos mereça a palavra de E. C.”<sup>74</sup> Tratava-se de uma réplica de E. C. a um texto de *Epaminondas*, pseudônimo de um árduo defensor de Faustino no *Jornal de Notícias*.

Não conseguindo publicar sua missiva em *A Bahia*, E. C. submeteu-a ao *Diário de Notícias* que a publicou na íntegra. Segundo o missivista,

Ilustres srs. Redatores do *Diário de Notícias*: o artigo de *Epaminondas*, inserto nas colunas do *Jornal de Notícias*, em defesa do professor Faustino Ribeiro Junior me obriga a escrever-nos [sic] esta missiva.

O meu humilde nome tem servido de graves censuras e a minha reputação tem sido atada ao poste de todas as invectivas e calúnias.

Felizmente a ressaca dos ápodos não pode alvejar a minha consciência.

Frisando as mentiras assacadas [sic] contra o professor Faustino, diz *Epaminondas*:

<sup>72</sup> PATTO, Maria Helena Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. *Estudos Avançados*, v. 35, nº 13, 1999. p. 183.

<sup>73</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.*, 2001. p. 38.

<sup>74</sup> O PROFESSOR Faustino, carta de E. C. *A Bahia*. Salvador, 30 jul. 1903. p. 1.



“6ª Que culpa tem o professor que em seu nome se façam explorações imorais? Que culpa tem ele ainda que os adeptos das diversas seitas o proclamem como confrade, pelo interesse da propaganda?”

É necessário que *Epaminondas* declare, quais os cidadãos que têm feito *explorações imorais* e quais os nomes dos adeptos das diversas seitas que proclamam o professor Faustino como confrade pelo interesse da propaganda.

*Epaminondas* que deve amar a verdade terá a gentileza de satisfazer o meu justo pedido, orientando ao mesmo tempo o público, separando o joio do trigo.

Sou, srs. Redatores, com todo o respeito e simpatia vosso ex-corde e leitor.<sup>75</sup>

O texto ao qual a carta faz referência, entretanto, embora rico em detalhes da postura do periódico, não nos esclarece realmente quem era E. C. haja vista que não cita nomes, nem faz referências indiretas. Entretanto, um passeio pelos arquivos e bibliotecas de Salvador possibilitou desvendar quem era o sujeito por trás da sigla.<sup>76</sup> Tratava-se de Eduardo Augusto Carigé Baraúna (1851-1904)<sup>77</sup>, um renomado abolicionista que atuou nos fins do século XIX em Salvador. Se Carigé se ofendeu, é bem provável que *Epaminondas* estivesse relacionando sua atuação enquanto abolicionista às crenças da população inferido que Faustino era uma pessoa de reputação ilibada e que não tinha culpa que “em seu nome se façam explorações imorais”.

Dias antes, o *Jornal de Notícias* já havia mostrado sua simpatia a Faustino em detrimento do *Diário*. A matéria do *Jornal de Notícias*, por ser grande e dispor de muitas informações, será fragmentada para melhor fluidez da análise. De acordo com *Epaminondas*,

<sup>75</sup> O PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 27 ago. 1903. p. 3.

<sup>76</sup> CARIGÉ, Eduardo. Professor Faustino. *Diário de Notícias*, Salvador, 12 ago. 1903. p. 2.

<sup>77</sup> De acordo com Ricardo Tadeu Caires Silva, Carigé, nos fins do século XIX, “vivia de imprensa”, mais especificamente das reportagens que fazia para a *Gazeta da Tarde*, órgão abolicionista de propriedade de Pamphilo de Santa Cruz. Nas páginas desse periódico, sob o pseudônimo de Martilius, ele escreveu as Cartas ao Imperador. Considerado pelos coevos como o principal líder abolicionista baiano, Carigé era sem dúvida a personagem mais ativa da Sociedade Libertadora Baiana, da qual se intitulava “procurador”. E foi nesta condição que ele agenciou não só a moção de centenas de ações de liberdade como também peitou de frente poderosas famílias baianas para defender os interesses dos escravos. [...] Em 1904, Eduardo Carigé administrava, em sociedade com Thomé Moura e Anselmo Pires de Albuquerque o Teatro São João, o que havia sido arrendado junto ao governo. Para o teatro, escreveu diversos trabalhos, entre os quais os dramas *O Roupeta*, *Cabral* e *A Plebéia*. Além disso, também era funcionário público, e exercia o cargo de Diretor da Biblioteca Pública Municipal. SILVA, Ricardo Tadeu. “Eduardo Baraúna Carigé (1851-1905): o Antônio Bento baiano”. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, 2011; SANTOS, Aline; SILVA, Ricardo Tadeu Caires. “Notas de pesquisa sobre a vida do abolicionista Eduardo Augusto Carigé Baraúna (1851-1905)”. *XV Seminário de História*. Paraná, 2012.

Tardamente surgiu o *Diário de Notícias* contra o professor Faustino Ribeiro Junior. Dissemos tardiamente, porque se dele se tivesse ocupado logo que aqui chegou, talvez calassem no espírito público as alusões caluniosas e injuriosas, assacadas contra o referido professor, que, se não é santo, tem, entretanto, as qualidades dos santos: extrema bondade, carinho para os sofredores, humildade, paciência e abnegação, conservando sempre o espírito na região serena da paz e do amor, mesmo no meio dos embates do mal.

O professor responde a todas as agressões com o silêncio que resulta de uma consciência em só ego [sic], evitando sempre bater-se na arena dos interesses e das paixões, onde rastejam as mediocridades espalhafatosas e inconscientes.

Demais, não sabemos que transição foi essa por que passou o **Diário**, quando num dos últimos números prometeu **brevemente publicar uma relação das pessoas curadas!**...<sup>78</sup>

O periódico se ocupa num primeiro momento em atacar o posicionamento do *Diário de Notícias* contra Faustino, alegando que, se tivesse acompanhado Faustino desde a sua chegada, não se posicionaria de tal maneira, caluniando o “mago”. Entretanto, o *Diário de Notícias*, um dia após a chegada de Faustino, em 8 de julho, já estava em seu rastro. Significa mais um elemento de retórica do que um argumento consistente contra o posicionamento do periódico rival, visto que em seguida passa a reverenciar as virtudes morais de santo do curador. Retomando os argumentos contra o *Diário*, em letras garrafais questiona o silenciamento acerca de um anúncio que o periódico havia feito no dia 30 de julho, no qual afirmava que em breve publicariam “uma relação das pessoas que se dizem curadas pelo referido professor”.<sup>79</sup>

Alguns dias antes, o *Jornal de Notícias*, que parecia ter um grupo de simpatizantes de Faustino em seu entorno, listou algumas notícias elogiosas da passagem do “curandeiro” em São Paulo e brandiu contra a postura do *Diário de Notícias* que, ao invés de mandar “pessoa competente de sua digna e independente redação acompanhar e ver o que faz o professor Faustino [...] para esclarecer ao público, declarou-lhe trevas.” Segundo a matéria, assinada por *Os cegos que pedem luz*, parecia que o *Diário*, agradando unicamente aos clínicos e farmacêuticos, desagradaria aos adeptos do professor, que eram em muito maior número.<sup>80</sup> O alerta que o *Jornal* fez não foi sem motivo. Os clientes de Faustino extrapolavam aqueles que ocupavam os espaços

<sup>78</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 11 ago. 1903. p. 2. [Grifos nossos.]

<sup>79</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 30 jul. 1903. p. 3.

<sup>80</sup> O PROFESSOR Faustino e a Imprensa do Brasil. *Jornal de Notícias*. Salvador, 6 ago. 1903. p. 2.

de pobreza de Salvador, chegando aos comerciantes, advogados, promotores e abastados que simpatizavam com a causa do curador peregrino.<sup>81</sup>

Na sequência do discurso dual, de acusação do *Diário* e absolvição do curador, *Epaminondas* continua sua argumentação acusando agora o periódico de instigar a Inspeção de Higiene a barrar os serviços curativos de Faustino.

Foi esse jornal que, apoiando-se num amontoado de inverdades, contra um homem que, longe de praticar o mal, tem feito os maiores sacrifícios em prol dos seus semelhantes que sofrem; foi esse jornal, repetimos, quem instigou a autoridade sanitária do estado a mandar suspender as consultas no gabinete do professor Faustino, atirando no desconsolo e na aflição centenas de infelizes, que estavam recebendo alívio sob o manto protetor do grande filantropo. Impiedosamente rasgaram esse manto, deixando os infelizes sitiados entre dois males terríveis: – a doença e a miséria.

A imprensa, como órgão que orienta a opinião, deve inspirar-se no bem geral, sempre que tiver de ventilar ou discutir os fatos que se desdobram no seio da sociedade.

Infelizmente, porém, o critério jornalístico parece ressentir-se da crise moral que avassala o nosso país. A leviandade, a incoerência, a impiedade constituem hoje **base do programa**. A honra é o alvo preferido.

Nos tempos coloniais da Norte-América, um dos seus governadores, não nos lembramos qual, disse em um relatório que enviou a metrópole: “Felizmente, ainda não tempos imprensa, e Deus nos livre deste flagelo, ao menos por estes cem anos”. Era que naquele tempo os pasquins constituíam uma verdadeira calamidade na Inglaterra.

Não referia-se [sic], por certo, o governador à imprensa sã, que defende os interesses da coletividade social, a causa da justiça, o bem geral; que auxilia os cidadãos no exercício dos seus direitos, que fiscaliza os poderes públicos contra os abusos em suas funções. Referia-se aos pseudo-órgãos da opinião, sem convicção política nem orientação filosófica e que vivem da exploração, do escândalo e da mística ação da verdade.<sup>82</sup>

A crítica a uma imprensa incoerente era o alvo de *Epaminondas*. Em contraste colocava o *Jornal de Notícias* face a face como *Diário de Notícias*, afirmando ser este último um órgão que não se interessava pela coletividade social, nem auxiliava os cidadãos no exercício de seus direitos e que não fiscalizava os poderes públicos contra os abusos em suas funções. Mas talvez não fosse a falta de convicção política e orientação filosófica que fez com que o *Diário* se posicionasse de tal modo em relação a Faustino, instigando os órgãos de higiene à sua “caça”. Pelo contrário, é possível que

<sup>81</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processo Penal. *Recurso Criminal*. Nº 169, Salvador, Bahia, 23 de setembro de 1903. Salvador, 1904. Cx. 551. 80f. s/p.

<sup>82</sup> JORNAL de Notícias, Salvador, 11 ago. 1903. p. 2. [Grifos da fonte.]

justamente as convicções e conhecimento do jogo político local fizessem com que este periódico se posicionasse contra o curador, porquanto fazer vista grossa a um elemento que se colocava como entrave ao discurso de civilização, modernidade e progresso era se afastar, de alguma maneira, do jogo político.

Depois da queda dos *vianistas*, em 1900, o periódico foi vendido ao coronel Vicente Lins do Amaral, só voltando a ser editado em 1903, como foi dito. Naquele período, o *Diário* adotou postura combativa e vigilante, contando com nomes de destaque como Afrânio Peixoto e Xavier Marques.<sup>83</sup> É de se esperar, portanto, que um periódico que tinha em seu proprietário uma das figuras mais consistentes da política no período não quisesse ir de encontro às premissas do jogo político da época. Nesse sentido, atacar a figura de Faustino, ou no limite, tergiversar em torno de sua imagem, significava muito mais a materialização de uma convicção política no jogo vigente do que a falta dela, como apontou *Epaminondas*. Igualmente, visava dar manutenção às características comerciais do periódico, já que o *Diário* também vivia da publicidade.

Após desferir seus golpes contra a “imprensa incoerente”, *Epaminondas* passou a elencar os sete pontos que constituíam mentiras contra Faustino. Dentre eles o número seis que incomodou bastante o abolicionista Eduardo Carigé, por não separar o “joio do trigo”, e foi motivo de sua missiva para o *Diário*. Prossegue sua análise enfatizando as características morais do Professor, e afirmando que

Com relação ao professor Faustino, o Diário [de Notícias] ficou em franca oposição à opinião pública, o que não constitui, por certo, elementos de progresso para um jornal.

O professor Faustino não é homem vulgar; dotado de um espírito superior, de uma vontade enérgica, de um caráter intransigível, [sic] de uma alma equilibrada, é o tipo verdadeiramente moral. Forte e procurando atingir à maior perfeição moral, não se deixa corromper na corrente de ódios e indignação dos fracos.

No íntimo, podemos jurar que o professor já perdoou as ofensas que lhe foram lançadas.

Conhecido em S. Paulo, como jornalista vigoroso e robusto manejador da língua, sabemos que o ilustre professor pode defender-se vantajosamente em qualquer conjectura. Entretanto, na ocasião em que diversos amigos o aconselhavam a rebater as agressões da imprensa, ouvimos de s. s. as seguintes palavras, que nos parecem de um alcance extraordinário: “Deposito a minha confiança em Deus e apoio-me na calma da minha consciência”<sup>84</sup>

<sup>83</sup> Diário de Notícias (1875-1979); ENTREV. ALBUQUERQUE, W.; ENTREV. REQUIÃO, A.; ENTREV. SAMPAIO, A.

<sup>84</sup> JORNAL de Notícias, Salvador, 11 ago. 1903. p. 2.

O enaltecimento das características morais do curador foi uma das armas discursivas utilizadas pelo periódico para a sua defesa pública. Para *Epaminondas*, Faustino era aquele de “alma equilibrada”, de “perfeição moral”, aquele que perdoa e que confia em Deus para acalmar sua consciência. Afirmar a crença em Deus era uma tentativa de aproximá-lo dos católicos e ainda mais: garantir que estes não se voltassem contra as práticas de Faustino.

*Epaminondas* parecia travar um duelo particular com o *Diário de Notícias* usando como canal o *Jornal de Notícias* para desferir suas considerações em favor de Faustino Ribeiro. Entretanto, dias mais tarde um texto seu na mesma linha dos que ocupavam, em sua maioria, as segundas páginas do *Jornal de Notícias*, se materializaria no periódico rival onde colocava a ciência como um entrave à boa caridade de Faustino Ribeiro, em defesa de uma causa que era ao mesmo tempo “do direito e do povo”. De acordo com *Epaminondas* nas páginas do *Diário*,

A inspetoria de Higiene [...] em vez de procurar na ciência, como era de esperar de homens que a cultivam, consoante à civilização e luzes do século, a explicação das extraordinárias e surpreendentes curas que milhares de pessoas atestam haver o professor realizado, prefiro [sic], exorbitando de suas atribuições, abusando do seu poder, coagir o professor em sua liberdade proibindo-lhe o exercício dos atos lícitos que tem praticado.

[...]

Ora, a exigência de diploma científico ou título de habilitação é, evidentemente, um estorvo, um obstáculo, um embaraço ao exercício da profissão.

Isto ninguém negará, nem sofre contestação razoável. Logo, se o exercício da profissão é livre, como o texto consagra, não pode ser ao mesmo tempo dependente da condição de habilitação por título científico. A conclusão é irrecusável.

E por ser constitucional a disposição em que este raciocínio se apoia, segue-se que não pode ser contrariada por nenhuma lei ordinária, assim da União como do Estado.

Assim, é evidente que assiste ao professor Faustino o direito de manutenção de posse.<sup>85</sup>

Para *Epaminondas*, a exigência de um diploma era um estorvo ao exercício da profissão. Essa era a mesma posição do Centro Positivista do Brasil, para essa instituição a caça aos curandeiros só fortalecia o curandeirismo. De acordo com Gabriela dos Reis Sampaio, os positivistas, ao atacarem os privilégios dos médicos, “visavam liberdade para o acesso à ciência e seu desenvolvimento. Acreditavam eles que as academias embaraçavam o desenvolvimento científico, o que atrapalharia a

<sup>85</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 27 ago. 1903. p. 3.

divulgação do positivismo, baseado no progresso da ciência.”<sup>86</sup> Na perspectiva de fazer a ciência progredir que os positivistas encaravam que os curandeiros não deveriam ser perseguidos.

O caso do Rio Grande do Sul é bastante emblemático nesse sentido. Segundo Beatriz Teixeira Weber, alguns médicos fundaram a Faculdade de Medicina de Porto Alegre, nos idos de 1898, como uma estratégia de organizar um ambiente de discussão no estado, com o objetivo de consolidar a “ciência” médica. De acordo com a autora, entre os anos de 1892 e 1928, a administração política da região passou a ser orientada pelo positivismo, o que garantia a liberdade profissional e religiosa. Essa realidade política possibilitou a proliferação de práticas de cura diversas, sem que houvesse prioridade do saber médico formal.<sup>87</sup> Baseando-se na premissa do positivismo ou nas controvérsias entre a Constituição e o Código Penal que *Epaminondas* teceu seus argumentos em relação a Faustino.

Percebemos na defesa acima, que o *Diário* não era mais alvo do defensor de Faustino, ele era o próprio canal usado para desferir golpes contra aqueles que realmente se colocavam contra Faustino: os próceres da ciência. De acordo com Jorge Almeida Uzeda, a mudança de regime político no Brasil, de Monarquia para República, pouco alterou a qualidade de vida em Salvador tanto no aspecto sanitário quanto no nosológico, conforme dito anteriormente.<sup>88</sup> Entretanto, diferente do que o autor sustenta em sua dissertação, na assertiva: a “proclamação da República inaugurou um aparelho de Estado mínimo, [...] totalmente desaparelhado para as funções de garantir saúde à população”<sup>89</sup>, no império já havia um sistema que se estendeu com o mesmo despreparo durante a República.

Cabe-nos questionar o que levou *Epaminondas* a publicar um texto seu em defesa de Faustino no *Diário de Notícias*, periódico que atacava, para defender o próprio Faustino. Cabe questionar também, o que levou o *Diário de Notícias* a aceitar o texto de *Epaminondas* em suas páginas. Por que Faustino não publicava seus informes no *Jornal de Notícias* que o defendia, mas no *Diário* que parecia o atacar? O certo é

---

<sup>86</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.*, 2001, p. 97.

<sup>87</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar: Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Edusc, 1999.

<sup>88</sup> UZEDA, J. A... “Apresentação”. Em: *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930)*. *Dissertação* (mestrado). Salvador, 1992. 156f. p. 10.

<sup>89</sup> *Ibid.*, p. 20.

que a pesquisa histórica não tem respostas para tudo, mas podemos chegar a algumas conclusões, mesmo que parciais, acerca de tais questões. Talvez, *Epaminondas* tivesse “convencido” os redatores do *Diário* com seus argumentos acerca da postura de Faustino e das “mentiras” que circulavam a seu respeito, quando escreveu na perspectiva de desconstruir as sete mentiras contadas acerca do curador. Por outro lado, poderia ser que, enquanto periódico que tinha em seu mecanismo de captar recursos a publicidade, um texto que não atacasse sua imagem, poderia ocupar um espaço não editorial. Nesses termos, na possibilidade de o *Diário de Notícias* ter uma circulação maior do que o *Jornal de Notícias* pode ser um indício da preferência do professor.

#### 1.4 – Ciência, Magia e a arte da política: Embates entre Faustino e Pacífico Pereira

Está nos abismando a credulidade com que o povo da Bahia tem corrido à casa do Sr. professor Faustino, à Rua da Lama, um curandeiro ou um sugestionador que aqui chegou de São Paulo. Diariamente um número infinito de pessoas vai à Rua da Lama, onde espera encontrar a cura para suas enfermidades. É um caso para que chamamos com muito interesse, a atenção e a solicitude do Sr. Dr. Pacífico Pereira, inspetor geral de higiene, a cujo cargo está a fiscalização de semelhante fato.<sup>90</sup>

No dia 29 de julho de 1903, o periódico *A Bahia* alertou em suas páginas sobre a recorrência do público crédulo à casa do Professor Faustino, onde buscava a cura para os mais diversos males. Discurso semelhante ao dos demais periódicos do período e mais especificamente ao do *Diário de Notícias*, como vimos na seção anterior. A credulidade do povo, mais uma vez, encabeçou os discursos jornalísticos. Entretanto, o alvo, nesse período, ainda não era a crença, mas o “curandeiro” ou os “curandeiros” e as práticas que inculcavam no povo, que já seria sensível a tais práticas. Nesse sentido, recomenda ao Inspetor Geral de Higiene, o renomado médico Antônio Pacífico Pereira, que tomasse as devidas providências.

Alguns dias depois, no ímpeto de conhecerem o curador, foram à casa de Faustino com o objetivo de, com observação própria, poderem falar aos leitores do “seu poder sugestivo”. Segundo a notícia,

---

<sup>90</sup> ANTES providenciar. *A Bahia*. Salvador, 29 jul. 1903, p. 1.

Ele referiu-se ao bom acolhimento que o povo, em massa, lhe tem proporcionado, procurando-o todas as horas, com a mesma ansiedade e sempre com grande número. Relatou-nos, calmamente, diversos acontecimentos de sua vida aqui na Bahia, as simpatias de que está gozando.

Desta forma, voltamos convencidos de que as providências que possam ser tomadas pelo poder público, não devem ser violentas e com exagero que se anuncia. **Se há conveniência na intervenção do poder público, no que cremos**, essa deve ser feita refletida e bem pensadamente, porque os fatos podem dar lugar a acontecimentos outros inesperados. A prudência, de acordo com o fiel cumprimento dos dispositivos de lei que se possam aplicar ao caso, não deve ser desprezada, e queremos crer que o poder público tomará as providências que forem precisas sem **exorbitar ou errar**, não dando lugar a que se sucedem cenas virgulares de parte a parte.<sup>91</sup>

Nesta visita, além de levantarem informações que julgavam importantes aos seus leitores, o periódico trouxe à tona, também, uma tensão embrionária entre Faustino e o poder público. Em outras palavras, alfinetar diretamente a imagem do Inspetor Geral de Higiene e indiretamente atingir o Governador Severino Vieira. Isso porque, o posicionamento político de *A Bahia* era de oposição. Assim, as manchetes direcionadas ao curador faziam crer que havia conveniência do poder público em relação a Faustino. Entretanto, muito embora fosse perceptível a atuação de jornais no combate às práticas políticas do governo, não temos dados que demonstrem a eficácia de tal prática opositiva.

Ademais, o periódico de alguma maneira exige um cuidado na intervenção que deveria ser feita para os fatos não saírem do controle, com providências precisas sem exorbitâncias nem erros. Longe de parecer um apreço do jornal à figura de Faustino e sua popularidade, essa perspectiva parece muito mais uma abordagem legalista de freios e contrapesos dentro do judiciário da época, que buscava o equilíbrio no julgamento do curador. Isso sem deixar de lado as intenções acusativas em relação à Inspeção de Higiene, com a aparente anuência do governo. Nesse sentido, ainda construindo as bases dos argumentos com os quais questionaria o trabalho da Higiene Pública, o periódico finaliza as reflexões sobre a visita a Faustino da seguinte maneira: “aguardaremos os fatos, principalmente porque o Sr. Dr. inspetor de higiene [Pacífico

---

<sup>91</sup> O PROFESSOR Faustino uma visita. *A Bahia*. Salvador, 6 ago. 1903, p. 1. [Grifos nossos.]



Pereira] já iniciou as suas providências, sobre as quais, por enquanto nos mantemos silenciosos.”<sup>92</sup>

Antônio Pacífico Pereira<sup>93</sup> era um renomado médico dentro da Faculdade de Medicina da Bahia. Um dos raros cientistas com longa trajetória nos saberes médicos, foi redator e diretor da *Gazeta Médica da Bahia* nos idos de 1868 e posteriormente membro da Inspeção de Higiene Pública. Nesse sentido, os embates entre Pacífico e Faustino figuram um discurso de proteção pujante e violação, respectivamente, dos saberes médicos que proporcionam a leitura das concepções de crença e cura na Bahia republicana do limiar do século XX.<sup>94</sup> Talvez pelo renome e pela trajetória do Inspetor, *A Bahia* não tenha precipitado seu comentário acerca do médico.

O renome e o prestígio que eram conferidos aos juízes da época, entretanto, não foram bastante para impedir a nota de *A Bahia* sobre o doutor Vicente Candido Ferreira Tourinho, pois no dia 24 de setembro o periódico deu nota nas manchetes de denúncia sobre sua retirada do cargo por ser amigo de Faustino. De acordo com o articulista, o “juiz de direito da referida circunscrição, Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho, julgou-se impedido para tomar conhecimento dessa denúncia, alegando ser amigo do professor Faustino.”<sup>95</sup> Não é possível saber a relação de amizade que Faustino Ribeiro detinha no seu ciclo social em Salvador, tampouco do julgamento do Juiz Vicente Tourinho, pois nossas fontes não permitem. Todavia, é possível perceber que o jogo de forças em torno do “doutor bota-mão” se adensava, tomando proporções que extrapolavam a alçada da Inspeção de Higiene e, de alguma maneira, do Judiciário.

Nas páginas de *A Bahia*, aparece um crítico, sob o codinome *Gandier*, para fazer o papel não de acusador de um periódico, mas sim para acusar o próprio governador por receber Faustino, o “doutor bota-mão”, no Palácio da Vitória. Segundo o autor, por trás de seu pseudônimo, nada “temos a ver com a velha fórmula, que é a fé que cura; e os

---

<sup>92</sup> Ibid.

<sup>93</sup> O Dr. Antonio Pacífico Pereira nasceu na Capital da então Província da Bahia a 5 de Junho de 1846 e era filho do industrial Victorino José Pereira e D. Carolina Maria Franco Pereira. Matriculou-se na Faculdade de Medicina, em Março de 1862, tendo feito um curso que ficou tradicional naquele estabelecimento de ensino superior. Por aprovação unânime da Congregação da mesma Faculdade foi laureado com menção honrosa na "Memória Histórica da Academia da Bahia. Recebeu o grau de Doutor em Medicina em Novembro de 1867, tendo sua tese versado sobre - "Diagnóstico diferencial das paralisias e seu tratamento.". Sobre a biografia de Pacífico Pereira ver: PROF. PACÍFICO Pereira: notas biográficas. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, v. 53, nº 5, nov. 1922.

<sup>94</sup> PROF. PACÍFICO Pereira: notas biográficas. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, v. 53, nº 5, nov. 1922.

<sup>95</sup> A BAHIA. Salvador, 24 set. 1903. p. 1.

doentes que se julgam curados pelo professor, o foram por si mesmos, por auto sugestão, o que nos importa é o procedimento de nossas autoridades sanitárias, a revalidação de seus preceitos ou a derrocada de seu prestígio.”<sup>96</sup> O que estava em jogo era o conflito entre a postura do Inspetor Geral de Higiene, Antonio Pacífico Pereira e o governador do estado, Severino Vieira. Foi nessa perspectiva que *Gandier* produziu seu texto, afirmando que

A princípio tentou-se, sob a égide do Dr. Inspetor de Higiene, coibir estas práticas de magia com a vigência do código penal. Foi até um arruído que ia fazendo do curandeiro, uma vítima para o aumento do proselitismo. O feitiço ia se virando contra o feiteiro, e ao mesmo tempo que se anunciava a querela por crime de injúria contra o Dr. Inspetor de Higiene, houve quem afirmasse em grande número no sexo frágil, a inocuidade das mãos do curandeiro em relação às lâminas afiadas de perigosos bisturis. Agora, porém, o curandeiro penetra os umbrais do palácio da Vitória, encontra o próprio governador do Estado entre seus clientes, dóceis, eivados do mesmo fanatismo por seu estranho poder. É o próprio governador quem lhe vem suplicar o misericordioso milagre da cura para sobrinhos, queridos e afagados, tratados da surdo-mudez congênita.<sup>97</sup>

Dito de outro modo, todo o trabalho e esforço de Pacífico Pereira pela eliminação das práticas de “magia” que iam de encontro ao que se encarava como “modernidade” tinham sido minados, visto que o curandeiro foi se tornando vítima. Acreditamos que os termos de *Gandier* façam referência ao *Jornal de Notícias* e à mobilização discursiva que o periódico fez para defender Faustino, aumentando o proselitismo e dando fôlego às crenças de algumas pessoas da época. O feitiço ia se virando contra o feiteiro, sobretudo porque o Professor Faustino estreitava, segundo *Gandier*, as relações com o governador que figurava agora entre um dos seus clientes: dócil, fanático. Duas características significativas para definir os crédulos do período. O fanático é aquele estado psicológico de fervor excessivo e persistente, e era frequentemente associado a natureza religiosa, tal qual Antonio Conselheiro. A docilidade deriva da mansidão e daqueles que assimilam muito bem uma orientação ou obedecem sem opor resistência.

Sem economizar nas palavras, o autor, por trás do pseudônimo, continua a desferir seus golpes contra o governador, agora na tentativa de reverenciar o trabalho do Inspetor que, de alguma maneira, estava sendo desfeito pelo “fanatismo” de Severino

<sup>96</sup> GANDIER. Professor Faustino e a Inspetoria de Higiene. *A Bahia*. Salvador, 19 out. 1903. p. 1.

<sup>97</sup> *Ibid.*

Vieira. Talvez, por mirar alguns indícios desta relação, ou até por ter algum tipo de proximidade com Antonio Pacífico Pereira, o periódico tenha se furtado de emitir uma opinião acerca do trabalho do Inspetor de Higiene no dia 6 de agosto, na chamada *O Professor Faustino uma visita*<sup>98</sup>, muito embora o texto não contenha assinatura de *Gandier*, nem outra qualquer. Assim, oportunamente, aquele era o momento para referenciar o trabalho do grande médico da faculdade de medicina. Segundo o autor,

Nada, portanto, mais crucial e consentâneo que nossa primeira autoridade venha dar público testemunho de nosso fetichismo; é mesmo uma das feições estereotipadas da astrologia. [...] ... Mas, como procederá agora o Dr. Inspetor de Higiene, delegado de confiança do governo do Estado, desde que o cenário do bota-mão é nos salões do governador?... Cada um aceita a medicina a seu talante, e onde falham as drogas, muitas vezes vencem as ervas, lá isto é verdade. Mas certamente que isto não poderá servir de escusas à proclamada hombridade do Dr. Inspetor de Higiene que viu no curandeiro um perigo e um embuste, passível das infrações legais, e simultaneamente por ele ameaçado de processo crime. Di-lo-á sua consciência, di-lo-ão seus nobres colegas, os foros de ciências, os fulgores do ensino, as suas vastas pesquisas de sábio e as intermináveis páginas de profilaxia bubônica ou amarelil, pela campanha porfiada pelas pulgas, muriçocas, contra os ratos e mosquitos, que diante do novo prestígio celebra o renome do curandeiro, só lhe cabe imediato dever pelo abandono da Inspetoria de Higiene.<sup>99</sup>

É bom lembrar que os serviços de desinfecção e pesquisas bacteriológicas<sup>100</sup> implantados durante a administração de Luiz Viana, foram ampliados durante o governo de Severino Vieira, mesmo com as finanças do Estado abatidas por uma crise financeira.<sup>101</sup> Nesses termos, é possível que a mácula que tentavam deixar na figura do governador tenha sido muito mais fruto de uma estratégia política do periódico, não obstante o discurso civilizador que repudiava as práticas “bárbaras”, do que uma tentativa moralizadora e civilizacional, haja vista que as eleições se aproximavam em 15 de novembro de 1903.

A figura do governador estava agora na linha de frente. Era o testemunho vivo e em alta patente do “fetichismo baiano”. Era ao mesmo tempo o contraponto completo, nos discursos de *Gandier*, a Pacífico Pereira, delegado de confiança do governo para a

<sup>98</sup> O PROFESSOR Faustino uma visita. *A Bahia*. Salvador, 6 ago. 1903, p. 1.

<sup>99</sup> GANDIER. Professor Faustino e a Inspetoria de Higiene. *A Bahia*. Salvador, 19 out. 1903. p. 1.

<sup>100</sup> Sobre o desenvolvimento da bacteriologia no Brasil ver: BENCHIMOL, Jaime L. “Domingos José Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil”. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, mar-jun. 1995, p. 67-98.

<sup>101</sup> ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *Op. Cit.*

Inspetoria de Higiene. Assim, diante do embate em que o inspetor viu seu trabalho desacreditado pelo representante máximo do Estado, diante de seus nobres colegas de ciência, deveria imediatamente abandonar a Inspetoria de Higiene. Mas cabe uma questão importante: Severino Vieira era o “testemunho de nosso fetichismo”, por ter, supostamente, recorrido aos serviços curativos de Faustino? No pensamento das elites da época, sim.

Ainda no encalço do governador, o *Correio do Brasil*, em 14 de outubro, questionou em suas páginas a “longa conferência” que Faustino teve com o “Dr. Governador do Estado”.<sup>102</sup> Dois dias depois, com a manchete PERIGO, o *Correio* reiterou seu questionamento afirmando que não havia como não se espantar com a visita do “criminoso curandeiro” para “o primeiro magistrado estadual, o Dr. Governador, com quem longamente conferenciou; qual o assunto dessa conferência? Que pato [sic] foi firmado entre os dois? Eis o que não sabemos.”<sup>103</sup> Foi a partir dessa indagação retórico acusativo empregado no texto que o periódico sugeriu que o estreitamento da relação de Faustino com Severino Vieira estava trazendo perigo para o bem-estar social dos baianos, sobretudo porque não sabiam qual pacto “foi firmado entre os dois” nem o conteúdo da reunião de ambos. Além do anunciado poder de cura, entre os possíveis poderes do “bota-mão” poderia constar algum tipo de benção ou sortilégio que Vieira levasse às suas contendas políticas – algo que para os editores do jornal, poderia ser o maior dos perigos. É possível, assim, que o *Correio do Brasil* estivesse mirando as eleições em 15 de novembro e um lugar na política “personalística” e de “acomodação” da Bahia no período.

Cabe aqui uma reflexão acerca da “política de acomodação”. Em *Os Partidos Políticos na Bahia da Primeira República*, Consuelo Novais Sampaio – em um momento de renovação da historiografia política baiana na década de 1970 – buscou tecer uma perspectiva enfatizando a trajetória dos partidos políticos e não a atuação de suas lideranças.<sup>104</sup> Ela argumenta que diferentemente do que aconteceu na região

<sup>102</sup> FLAUTEANDO. *Correio do Brasil*. Salvador, 14 out. 1903. p. 1.

<sup>103</sup> PERIGO. *Correio do Brasil*. Salvador, 16 out. 1903. p. 2.

<sup>104</sup> Segundo Paulo Santos Silva, na década de 1970, a História Política ganhou novos enfoques e recuperou-se “a temática dos partidos e das instituições políticas para ampliá-la com a inclusão de abordagens que buscaram considerar as experiências das organizações dos trabalhadores e suas tensões de classe nos espaços do jogo oligárquico”. Nesse sentido, “a história política ganhou impulso com os trabalhos de Consuelo Novais Sampaio dedicados às instituições legislativas e aos partidos. [...] Com

sudeste, onde predominou o ideal republicano, na Bahia o liberalismo e o conservadorismo monárquico prevaleceram dando manutenção à ordem oligárquica.<sup>105</sup> De acordo com a autora, a política de acomodação foi marcada pela “fluidez de comportamento, mudanças de crenças e/ou opiniões, fraudes eleitorais, personalismo do poder”, de modo que não resultava, na maioria das vezes, de uma deliberação de boa vontade dos que a ela se conformavam.<sup>106</sup> Nesses termos, quando as circunstâncias se apresentavam favoráveis para os partidos que não estavam no poder, as lideranças se “rearticulavam, elaboravam acordos e arranjos, de modo a evitar que fossem excluídas do poder”.<sup>107</sup>

A primeira questão que nos preocupa é: como é possível lidar com os partidos políticos sem levar em consideração suas lideranças e seus integrantes e a importância destes para o funcionamento de tais partidos? Nesses termos, não seria o ex-governador Luiz Vianna (1896-1900) que após as eleições de 1900, com sua imagem já fragilizada pela “guerra no comércio”, quando viajou à Europa e caiu no ostracismo político retornando alguns anos mais tarde<sup>108</sup>, já um contraponto ou exceção a essa política? Em outras palavras, aqueles que não estavam dentro da máquina política, por interesse em fazer parte dela ou não, voluntária ou involuntariamente, não estavam ressignificando a política num fluxo e refluxo constantes, tais quais os personagens pseudônimos dos periódicos *A Bahia* e *Correio do Brasil*?

---

minuciosas e criteriosas pesquisas, reconstituiu e analisou o Poder Legislativo e os partidos políticos durante a Primeira República. Em sua abordagem do legislativo estadual e da composição dos partidos, relacionou estruturas e conjunturas, atenta ao papel mediador dos indivíduos na condução das instituições nas quais tentavam imprimir suas marcas pessoais, conforme os valores oligárquicos, à época, dominantes. Em suas abordagens, a reconstituição factual associou-se ao exercício de análise do aparato institucional, onde se materializava o jogo político das elites oligárquicas da Bahia. Ao tratar da dinâmica política no âmbito das instâncias legislativas, com explícita interlocução com a Ciência Política, Consuelo Novais Sampaio não descuidou dos fatores econômicos subjacentes ao processo político-partidário. Em sua obra, a história contemporânea entrava em foco de análise. A historiadora chamava a atenção para questões do presente ao discutir instituições da República que, nos anos 1970, se encontravam em estado de amesquinamento pela ausência de condições de funcionamento pleno em função da ditadura em vigor. Nesses termos, enquanto Consuelo Sampaio produzia sua pesquisa, no contexto da Ditadura Civil-Militar, o acirramento das disputas ideológicas materializadas no bipartidarismo e nas tensões políticas proporcionadas pelo regime, provavelmente contribuíram para que a autora lançasse suas questões acerca dos partidos no início da República, sobretudo porque os historiadores escrevem a partir de demandas do presente. Ver: SILVA, Paulo Santos. “Historiografia Baiana nos últimos cinquenta anos”. Em: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro*: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH. São Paulo: Contexto, 2011. p. 91; 92. Para uma leitura mais recente sobre a política que perpassa o período em questão, revelando as tensões que existiam no jogo político local, ver: SARMENTO, Sílvia Noronha. *A Raposa e a Águia*: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República. 2009. 144f. *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2009.

<sup>105</sup> SAMPAIO, Consuelo. *Op. Cit.*

<sup>106</sup> *Ibid.*, p. 21.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>108</sup> ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *Op. Cit.*, p. 126, 127, 143.

As investidas de *A Bahia e Correio do Brasil*, de alguma maneira servem para, pelo menos, relativizar os argumentos da autora de que na realidade política baiana a oposição era “apenas simbólica ou quase inexistente”.<sup>109</sup> Segundo Sampaio, a “oposição verdadeira quase não podia existir, em consequência da falsidade eleitoral e da hipertrofia da autoridade do Poder Executivo, mais precisamente, do Governador do Estado e, sobretudo, do Presidente da República”.<sup>110</sup> Faustino, nesses termos, funcionou como uma peça no jogo político local, onde a oposição que não era representada através de partidos usou-o como artifício para fustigar o governador Severino Vieira, no alvorecer das eleições governamentais de 1903.

Alguns dias antes era o *Correio do Brasil* que havia destilado sua indignação contra, a princípio, como as leis eram encaradas no Brasil. Segundo o articulista era o país dos “papelórios” onde tudo se fazia no papel e “as medidas mais enérgicas e mais extraordinárias [eram] tomadas no que se escreve. Quando é chegada a hora da execução, quando é ocasião oportuna para fazê-las entrar em vigor quem as encontra mais? Ficaram no papel...”.<sup>111</sup> Essa era a abertura do texto que visava, sobremaneira, criticar a atuação da Inspeção de Higiene, diferentemente, de *Gandier* em *A Bahia*. Sob o título “Flauteando”, em letras garrafais, tem entre suas significações “vadiar”, “iludir com subterfúgios” ou “faltar a compromisso” salienta bem as características no texto atribuídas a Faustino e de alguma maneira ao Inspetor de Higiene. De acordo com a notícia, o órgão sanitário só percebeu o que “a Bahia inteira já tinha, havia muito, visto” quando um “considerado órgão da imprensa baiana” lhe chamou a atenção.<sup>112</sup> Após isto, o articulista afirma que,

uma comissão médica, reconheceu que os fatos alegados pelo curandeiro, apenas sendo curadas no decanto consultório mesmeriano aquelas pessoas cujas moléstias eram possíveis de serem debeladas pela sugestão, chamando ainda a atenção para o perigo que havia na promiscuidade de moléstias ali existentes, e pedindo que providências fossem tomadas a fim de ser impedido aquele vergonhoso espetáculo. Esse relatório foi apresentado as autoridades competentes, acompanhado de um luminoso parecer assinado pelo Dr. Inspetor de

<sup>109</sup> A arena política tinha nos periódicos um de seus sustentáculos. À exemplo disso temos que: *A Bahia*, pertencia a José Marcelino de Souza (1848-1917), que seria eleito nas eleições de 15 de novembro; o *Correio do Brasil*, pertencia a José Joaquim Seabra (1855-1942), que iniciava sua carreira política, tendo recentemente aderido ao regime republicano e o *Diário de Notícias*, cujos vínculos eram estabelecidos com Luis Viana (1846-1920), opositor do Severino Vieira (1849-1917), governador em questão, dono do *Diário da Bahia*.

<sup>110</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *Op. Cit.*, p. 21.

<sup>111</sup> FLAUTEANDO. *Correio do Brasil*. Salvador, 14 out. 1903. p. 1.

<sup>112</sup> *Ibid.*

Higiene e abundando nas mesmas ideias de seus subordinados Foi proibida a continuação da estada do consultório aberto a concorrência pública, a pretender processar o Dr. Inspetor de Higiene, o que parece-nos ser vezo atual de todos aqueles que ouvem verdades um tanto amargas, continuou por muito tempo a receber doentes em sua casa à Vitória, como sabemos por doente que lá esteve, e até os seus últimos dias de estada entre nos continuou a visitar a carro todos aqueles que tinham os necessários meios para convenientemente gozarem dessa regalia. E o que faz a repartição sanitária? Por ventura tomou as medidas que devia tomar?<sup>113</sup>

Questionamentos puramente retóricos, pois já se “sabia” da permissividade segundo a qual o inspetor Antonio Pacífico Pereira estava tratando os flauteios de Faustino, crítica que se expandia da Bahia para o cenário nacional e internacional, já que o Brasil era um país do papelório tal qual a França. Dois dados importantes que advinham da França são relevantes nas informações dadas pelo articulista do *Correio do Brasil*, mais especificamente duas palavras, implícitas no texto, que não se sinonimizam no processo curativo do professor: mesmerismo e auto-sugestão.

Franz Anton Mesmer<sup>114</sup>, filósofo, teólogo e médico, como vimos, estudou a influência dos influxos dos planetas sobre o corpo humano. Ele, no final do século XVIII, levantou a hipótese de que durante a imposição das mãos havia uma troca de energia vital tênue de natureza magnética entre curador e paciente, conhecida como *magnetismo animal*.<sup>115</sup> Ao longo do século XIX, essa prática ficou conhecida como mesmerismo e ganhou diversas partes do mundo. A autossugestão, por seu turno, deriva dos estudos de Emile Coué (1857-1926). Ele foi um psicólogo e farmacêutico francês que introduziu um método de psicoterapia, cura e aperfeiçoamento baseado na autossugestão. Coué percebeu que medicamentos dados com indução psicológica positiva funcionavam melhor que remédios isoladamente. Nesses termos, acreditava que

---

<sup>113</sup> Ibid.

<sup>114</sup> O austríaco Franz Mesmer chegou em Paris por volta de 1778 com o objetivo de apresentar a Academia de Ciências um novo tratamento de moléstias. Mesmer afirmava que todas as doenças eram resultado da má circulação de um fino fluído que envolvia os corpos humanos. Chamado de fluído “mesmérico” apresentava-se de maneira um tanto mística, mas também científica, segundo Mesmer. O tratamento tinha por objetivo atingir a harmonia entre homens e coisas. Os tratamentos das doenças valiam-se de luzes, cubas ‘mesmeristas’, eletricidade, magnetismo e uma atmosfera sufocante, que provavelmente causavam as constantes crises epiléticas que acometiam os pacientes, geralmente mulheres. Sobre a atuação de Mesmer na França e sua influência no combate ao Regime ver: DARNTON, Robert. *O lado oculto da Revolução: Mesmer e o final do Iluminismo na França*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>115</sup> MESMER, Anton. *Propositions Concerning Animal Magnetism*. Disponível em: <<http://web.archive.org>>. Acesso em: 22/06/2013.

cada pessoa tinha a solução para o seu próprio problema, mas que precisavam de uma indução para tal.<sup>116</sup>

Distantes temporalmente um do outro, são elementos que também se distanciam em sua aplicabilidade. Poder-se-ia dizer que a imposição das mãos seria o indutor da autossugestão, mas nas concepções de Coué, deveriam ser tratadas paralelamente com medicação. Entretanto, a imposição das mãos não poderia ser considerada de tal modo, pois a técnica do psicólogo francês é discursiva, à base do relaxamento. Dito de outro modo, uma técnica psicológica, a qual era preconceituosamente concebida como superstição. Esse não era necessariamente o caso de Faustino. Mas talvez, advenha daí, indiretamente, a noção do *Jornal de Notícias* e *Gandier* que sugerem que o *Diário de Notícias* e, sobretudo, o Inspetor de Higiene, ao invés de reprimir as práticas curativas do Professor, estudasse-as. Nas palavras de *Epaminondas* e *Os cegos que pedem luz*, respectivamente,

As curas sucedem-se diariamente, e ao em vez [sic] de atacar apaixonadamente o Diário [de Notícias] nada perderia se visse a maneira por que o referido professor pratica as curas e sindicasse dos doentes o que sentiam quando lá entraram pela primeira vez, o que sentem no momento da ação curativa e como se achavam depois. Ninguém se arrepende de proceder com critério e reflexão.<sup>117</sup>

Qual o agente curativo?...

Compete à ciência investigar, descobrir, conhecer, explicar.

Mas a ciência não investiga, aquieta-se; não descobre, imobiliza-se; não conhece, ignora; não explica, deleta.

O que é que cura no magnetismo, ou na hipnose?

O que é a força sugestiva e que agente a produz?

Sabe-o a ciência?...

Si sabe, porque não aplica seus métodos de indução e dedução, para explicar os fenômenos que vê, que apalpa, que se reproduzem e se generalizam, a despeito de todas as denúncias e inquirições?

Porque não desce do pedestal do seu orgulho para ir ao encontro desses fenômenos e surpreender as causas que os determinam?

Porque não se despe de sua vaidade para confessar que o que sabe não explica o que vê, e que, além do que vê, há ainda muito para ver?<sup>118</sup>

A própria ciência, nesses termos, estaria em falha dupla por não buscar esclarecer ou entender os métodos curativos de Faustino e, por conseguinte, demandar processo contra ele. A crítica ao fazer científico da época é bem pertinente, visto que

<sup>116</sup> ÉMILE Coué: *Father of Applied Conditioning*. Disponível em: <http://emilecoue.wwwhubs.com/>. Acesso em: 17/05/2014.

<sup>117</sup> EPAMINONDAS. Professor Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 11 ago. 1903. p. 2.

<sup>118</sup> OS CEGOS que pedem luz. O professor Faustino e a lei. *Jornal de Notícias*. Salvador, 17 ago. 1903. p. 2.



abre espaço para debater como a ciência estava a serviço dos grupos abastados, fazendo distinção entre os grupos sociais. Faustino pertencia aos grupos de elite, o que lhe conferia apoio dos mais diversos segmentos sociais, inclusive de alguns integrantes do *Jornal de Notícias*. Entretanto, isso não o fez ficar imune ao aparato jurídico e à verve discursiva de alguns jornais da imprensa baiana alinhada à campanha higienista que mirava o saneamento dos espaços e dos costumes.

Como o prócere da ciência na Bahia, Pacífico Pereira, não atendeu à demanda que estava explícita no *Jornal*, d'*Os Cegos que pedem luz*, de investigar os procedimentos curativos de Faustino e não atuou de maneira adequada no que diz respeito a represália as atividades de Faustino. O *Correio do Brasil* continuou a destilar seus argumentos contra os “flauteios” de Faustino.

Ela devia [a inspetoria de higiene], desde que o fato era público e notório, desde que todos o viam, chamar a atenção do professor, adverti-lo, fazer testemunhar devidamente o fato, coisa, aliás, fácil, e depois, caso não entrasse nas regras de correção o teimoso curandeiro, cuja ousadia chegará a ponto de escrever e publicar artigos insultuosos ao Dr. Chefe da repartição sanitária, processá-lo convenientemente, fazendo-lhe aplicar as penas exaradas no § 1 do art. 48 do regulamento respectivo e impedindo-o por qualquer forma de exercera profissão médica, requerendo mesmo em casos de necessidade o auxílio das competentes autoridades policiais. Não foi o que se fez: o curandeiro continuou a exercer suas pretensas curas e, portanto, desde esse momento começou a fazer um verdadeiro flauteio à nossa repartição sanitária.

[...]

“O professor permanecerá nesta capital até o fim do mês, não reabrindo, porém, o seu gabinete, por motivo de descanso!” Mas, afinal de contas, o professor Faustino esta flauteando a repartição de higiene, nem outra significação podem ter as palavras que acima transcrevemos; presta-nos bem atenção: ele não reabre o seu gabinete, não é em atenção às ordens da inspetoria de Higiene, não em obediência às mesmas, não é porque receie a aplicação das penalidades da lei, mas simplesmente por motivo de descanso! A nosso ver, isso é o maior insulto que poderia dirigir indispensável força moral de que se deve cercar uma repartição de tão súbito valor: uma declaração dessa espécie, a qual não foi contestada por pessoa alguma, já é reincidência de culpa, merecendo, portanto, as penalidades máximas.

No entanto, a repartição competente não fez o devido reparo nisso, não procurou fazer se aquela afirmação partia do próprio professor. Aliás, a pena aplicável aos casos de reincidência já deveria ter sido importada ao corajoso curandeiro, desde que do alto da imprensa foi feita a confissão de que pelo centro exerceu ele ilegalmente a medicina, apesar da expressa proibição da lei e da repartição de higiene.

Mas não, de boa vontade esta se deixando esta última flautear,

desprezadas as suas determinações, servindo de risonha as suas ordens! Já é muita paciência, na verdade!<sup>119</sup>

Já que Faustino atuava escancaradamente, era dever do Inspetor autuar o curador, fazendo-o testemunhar devidamente o fato e, caso não cumprisse as regras, deveria ser circunscrito pela lei e se preciso fosse, tratado como caso de polícia. Segundo Sidney Chalhoub, a explicação para essa forma de lidar com a diversidade urbana residia na leitura de que haviam classes perigosas. Em específico, no caso do “doutor bota-mão”, na influência e mobilização que o “doutor” exercia sobre elas. Ademais, residia, também, na ideia de que a “cidade pode ser gerida unicamente por critérios técnicos e científicos”<sup>120</sup>

Nesses termos, diante de serviços de higiene precários, muito embora reformados no início do governo de Severino Vieira em 1901, restava como alternativa para disciplinar a “raça bárbara” – ou seja, as pessoas que se mobilizavam em torno de Faustino, sobretudo os negros – a presença da polícia como única e mais concreta ação do Estado junto ao povo. O que não aconteceu com Faustino Ribeiro, pois além do prestígio midiático – negativa e positivamente –, financeiro e também da relação com o grupo político do governador, seu processo curativo era informado pelo espiritismo de bases europeias. Entretanto, escapar da repressão policial, não significava estar isento das prescrições das leis, nem da mira do *Correio do Brasil* que instigava a Inspeção de Higiene como se ela fosse a própria lei. O tom do *Correio* em *Flauteando* era completamente prescritivo, *a priori*, pois Faustino continuou flauteando “à nossa repartição sanitária” ao passo que a mesma “se deixou ludibriar, com muita paciência”.<sup>121</sup>

O articulista do *Correio do Brasil*, na tentativa de instigar ainda mais a querela entre ambos, citou a ousadia do curandeiro ao publicar “artigo insultoso” a Pacífico Pereira. Parece que as farpas discursivas soltas pelos periódicos *A Bahia* e *Correio do Brasil* funcionaram, pois Faustino se pronunciou, mesmo tendo silenciado durante muito tempo, a contragosto dos amigos, no *Jornal de Notícias*. Nas letras do Professor,

Continuando a perseguição odiosa e sistemática contra mim, a pretexto de um delito que não existe, de um fato que já está julgado, e

<sup>119</sup> FLAUTENANDO. *Correio do Brasil*, Salvador, 14 out. 1903. p. 1.

<sup>120</sup> CHALHOUB, Sidney. “Classes perigosas”. *Revista trabalhadores*. Campinas: Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth. SMCS. n. 6, 1990. p. 4-5.

<sup>121</sup> FLAUTENANDO. *Correio do Brasil*, Salvador, 14 out. 1903. p. 1.

côncio de que não estou infringindo a lei, ao contrário, apoiado por essa constituição, que nunca passou de letra morta, protesto energicamente contra o procedimento do sr. inspetor geral de higiene, que sumariamente, sem forma de processo, proibiu-me de ser visitado pelas pessoas de minha amizade, de sair à rua, impondo-me, por último a uma multa iníqua, absurda, vexatória e irrisória.

Trata-se de uma perseguição adrede combinada, e nada mais; de mais uma manifestação do *regime da força*, que em nosso país tem desconhecido todos os direitos, mantendo o povo num verdadeiro estado de escravidão e de miséria.

Não posso submeter a minha liberdade, e, portanto, a minha honra aos caprichos malévolos de autoridades prepotentes.

Custe o que custar, dê no que der, aconteça o que acontecer, hei de continuar a praticar os atos lícitos que tenho praticado, muito embora seja arrastado ao martírio.<sup>122</sup>

Faustino agora se colocava diante de Pacífico Pereira, o que para o articulista do *Correio do Brasil* era insultuoso. Parecia ser nada mais nada menos do que as incitações “odiosas” de *A Bahia*, do próprio *Correio* e, de alguma maneira, do *Diário de Notícias*. O professor julgava-se consciente de que não infringia a lei, referindo-se implicitamente à Constituição que confusamente divergia do Código Penal, dando margem a sua indignação contra a perseguição “odiosa e sistêmica”. Indignado e, talvez, tecendo uma tática diante do que começava se materializar a sua frente – processo crime –, argumentou que não podia submeter sua liberdade e honra aos “caprichos malévolos de autoridades prepotentes”, haja vista que eram perseguições intencionalmente combinadas e nada mais. Não se sabe ao certo a quem ou o que Faustino se referia sobre a combinação de sua perseguição. Talvez às articulações políticas objetivadas pelos periódicos citados, na iminência do pleito eleitoral, e daí uma articulação involuntária entre os periódicos e a Inspeção de Higiene, instigada por eles.

O fato é que Faustino não ficou só no plano discursivo. Ofendido e indignado e talvez compelido pelas incitações do *Correio* e d’*A Bahia*, o “Fausto”, de acordo com o articulista do *Diário de Notícias*, no dia 2 de setembro, “julgando-se injuriado pelo sr. dr. Antonio Pacífico Pereira, Inspetor Geral de Higiene desta capital, apresentou [...] queixa por escrito contra este perante o dr. Cassiano Lopes, afim de ter lugar o respectivo processo.”<sup>123</sup> O processo iniciado por Faustino contra o inspetor era o de injúria. No cenário de disputas que figurava, o professor, de alguma maneira, lançou mão de mais uma arma – os meios jurídicos, dentre sua rede de relações, seu prestígio social e a imprensa –, para se manter exercendo suas atividades. Assim, ao se colocar na

<sup>122</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 29 ago. 1903. p. 2.

<sup>123</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 2 set. 1903. p. 1.

ofensiva, Faustino demonstrou que também poderia atuar no campo escolhido por seus adversários, primeiro recorrendo aos jornais e depois buscando a Justiça.

Na realidade, instigando a querela entre Faustino e Pacífico – afirmou que a repartição de higiene tinha que agir o quanto antes, a fim de impedir que o curador continuasse atentando contra a saúde, sugerindo que o professor era uma ameaça iminente sobre os soteropolitanos<sup>124</sup> – parece que o *Correio* ignorava o “devido processo legal”, cujo mote, para ser considerado válido, seria seguir todas as etapas previstas em lei, o que já vinha sendo feito, mesmo que da forma morosa como se desenrolavam os processos judiciais no período. Mas o caso de Faustino seria uma exceção, como apontaremos no capítulo III.

No dia 3 de agosto o Secretário de Segurança Pública se dispôs a proibir as práticas de cura de Faustino.<sup>125</sup> No dia 7 do mesmo mês, Pacífico Pereira intimou o curador a não continuar a “dar consultas a doentes”.<sup>126</sup> No início do mês seguinte, Faustino foi intimado pelo Dr. Casseano Lopes, em segredo de justiça, à pedido do promotor Dr. Mello Mattos, a fim de saber quem era o autor do artigo publicado no *Jornal de Notícias*, intitulado *O professor Faustino e a lei*.<sup>127</sup> No dia 11 de novembro, iniciou a formação de culpa, quando as provas já haviam sido coletadas para caracterizar a autoria e materialidade de um crime. Foi após a formação de culpa que o Juiz deu a sentença.<sup>128</sup> Em suma, enquanto em outubro o *Correio do Brasil* instigava a querela entre Faustino e Pacífico, atribuindo a este a lentidão das atividades jurídicas, o processo já corria na Justiça. Ora, Pacífico muito pouco tinha a ver com o judiciário.

Enfim, num cenário onde o exercício ilegal da medicina, materializado sobretudo nas práticas de cura alternativas, Faustino Ribeiro Junior, mais do que um personagem controverso pelo prestígio que tinha em sua rede de relações, serviu involuntariamente ao jogo político local ocupando as páginas de periódicos de oposição, dentre eles o *Diário de Notícias*, *A Bahia* e o *Correio do Brasil*. Esses jornais constituíram, no plano em que imperava o unipartidarismo, uma das únicas, senão a única maneira de fazer oposição política, vez que não estavam sobre as asas dos *severinistas*. As querelas discursivas protagonizadas pelo *Jornal de Notícias* de um lado

<sup>124</sup> PERIGO. *Correio do Brasil*. Salvador, 16 out. 1903. p. 2.

<sup>125</sup> ULTIMA HORA. *Diário de Notícias*. Salvador, 3 ago. 1903. p. 5.

<sup>126</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 8 ago. 1903. p. 1.

<sup>127</sup> PROFESSOR Faustino Ribeiro. *A Bahia*. Salvador, 3 set. 1903. p. 1.

<sup>128</sup> PROCESSO. *A Bahia*. Salvador, 12 nov. 1903. p. 1.

e *A Bahia e Correio do Brasil*, de outro, foram fundamentais para chegarmos a essas considerações.

## Capítulo II – O MAGO FAUSTO: SAÚDE, DOENÇA, PRÁTICAS DE CURA E ESPIRITISMO NA BAHIA.

Tem-se celebrando no 2ª distrito de Brotas um feiticeiro, de nome Hortêncio, vulgarmente conhecido por *Caboclo*.

Residente na fazenda Campina, para ali aflui diariamente verdadeira romaria de supersticiosos na esperança de conseguirem a satisfação de realizáveis desejos, sendo sabido que, com os seus sortilégios, arrecada o *Caboclo* de 100\$ a 150\$ por dia.

Não há moléstia crônica ou rebelde que não seja radicalmente curada; não há viúva donzela ou esposa que não possa servir de pasto e lubricidade; enfim para tudo o *Caboclo* possui remédio infalível, até para a felicidade no jogo do bicho, ou de loteria, o famoso feiticeiro tem quebranto.<sup>129</sup>

Na notícia acima, o articulista chamava a atenção para um feiticeiro popularmente conhecido como *Caboclo*. Hortêncio figurou no cenário baiano entre 1908 e 1910. Virou notícia nos mais diversos periódicos como o *Jornal de Notícias e A Bahia*. Para tudo ele possuía “um remédio infalível”. Sujeitos como ele tinham presença garantida nas páginas policiais da época, que clamavam pela preservação da moral e da civilidade na Bahia.

Mas Hortêncio não é uma exceção na história. A história de curandeiros, pais de santo e feiticeiros como ele tem tido ampla visibilidade na historiografia brasileira<sup>130</sup>, sobretudo no que concerne aos embates entre eles e os higienistas, a polícia e a Justiça. Em tais embates, os higienistas, os homens da ciência, tiveram um papel fundamental, haja vista que as tensões surgiam a partir de suas concepções que acreditavam na ideia de que a cidade poderia ser gerida por critérios “técnicos” e “científicos”.<sup>131</sup>

Para Sidney Chalhoub, a questão da saúde pública se resumia às necessidades de promover a higiene das habitações do Rio de Janeiro. De alguma maneira, essa perspectiva, fundamentada em critérios “técnicos” e “científicos”, estava pulverizada pelo país, sobretudo, a partir do advento da República. O problema dessa concepção, para Chalhoub, é que ela implicava deixar de lado outros aspectos relevantes para a

<sup>129</sup> JORNAL de Notícias. Salvador, 14 out. 1908. p. 1; Os valores aproximados, mencionados na matéria equivalem aproximadamente a R\$ 5,600 e R\$ 8,400 reais respectivamente. Ver: REAL - histórico. Disponíveis em: [http://www.portalbrasil.net/economia\\_real\\_historico.htm](http://www.portalbrasil.net/economia_real_historico.htm). Acesso em: 26 mar. 2015.

<sup>130</sup> Ver: CHALHOUB, Sidney et al (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil* – capítulos de história social. São Paulo: Editora Unicamp, 2003; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.*, 2009; REIS, João José. *Op. Cit.*, 2008; REIS, João José; GOMES, Flávio Santos. CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

<sup>131</sup> CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, 1990. p. 4-5.

saúde da população como “a nutrição”, dentre outros fatores.<sup>132</sup> É sob a perspectiva da alimentação e da dieta dos viventes da cidade de Salvador que iniciamos a discussão nas páginas que se seguem.

## 2.1 – Saúde, doença e práticas de cura

Angelina Ceva da Paz, Bolívia, nasceu delicada e doentia. Na sua infância viu-se atacada de uma anemia profunda que acabou de aniquilá-la. Com frequência se encatarroava [sic] e as febres não a abandonavam. Todos os cuidados maternos eram inúteis, se lhe receitavam remédios e mais remédios e a menina piorava. Em tal estado se suspendeu todo tratamento e por indicações do médico administrou-lhe a Emulsão de Scott Legítima. Desde o primeiro frasco se notou uma mudança favorável. A criança começou a adquirir carnes e forças, seu semblante de amarelado se tornou rosado e atualmente a sua saúde é perfeita.<sup>133</sup>

No dia 26 de janeiro de 1904, o *Diário da Bahia*, em sua página de anúncios, trazia um enredo de um caso bastante ilustrativo, aparentemente ficcional, da trajetória doentia de Angelina Ceva, que só teve sucesso quando um médico prescreveu a *Emulsão de Scott*. A *Emulsão*, um composto, rico em vitaminas A e D, formado a partir do óleo do fígado de bacalhau era uma fonte de nutrientes difíceis de serem obtidos na dieta pouco variada dos soteropolitanos.

Algumas semanas antes da publicação do anúncio supracitado, o *Diário da Bahia* veiculou outra propaganda acerca da *Emulsão* – era comum ver publicações desse tipo nos periódicos da época. Segundo a propaganda, o preparado de óleo de bacalhau “levanta a resistência orgânica, contribui para o aumento das forças físicas, priorizando nervos e músculos, regulariza a digestão e estimula o apetite. Sabor agradável e um aproveitamento fácil.” Por fim, não deixava de alertar em letras garrafais a “absoluta eficácia” contra “a anemia, tísica, ‘rachitis’ [sic], enfermidades nervosas, do peito e pulmões, alterações do sangue, dentições difíceis e crescimento rápido.”<sup>134</sup>

A carência das vitaminas A e D, presentes na *Emulsão de Scott*, afetava sobremaneira os tecidos epiteliais de órgãos, mais especificamente dos olhos, e o crescimento do ser humano. Em síntese, a ausência de vitaminas causava problemas de

---

<sup>132</sup> Ibid., p. 15.

<sup>133</sup> DIÁRIO da Bahia, Salvador. 26 jan. 1904. p. 3.

<sup>134</sup> DIÁRIO de Bahia, Salvador. 3 jan. 1904. p. 3.

ordem física e cognitiva. Nesses termos, a *Emulsão* se apresentava como um medicamento contra fraquezas e que, de algum modo, servia para “combater” o estado de subnutrição da população soteropolitana. Isso não explica a recorrência de pessoas a curandeiros como Faustino, mas com certeza, figurava entre os problemas que deveriam ser enfrentados pela Inspeção de Higiene.<sup>135</sup>

De acordo com Nikelen Acosta Witter, naquele contexto, os doentes não pareciam destituídos de poder sobre seus corpos. Sabiam muito bem a quem recorrer em caso de doença. Em contraponto à concepção de paciente que sugere alguém que “foi destituído de todo o poder sobre a sua doença”, eles pareciam “ter liberdade em escolher a quem chamar para curá-los e que tipos de tratamentos seguir ou não seguir”.<sup>136</sup> Entendemos, a partir de Witter, que a falta de médicos e a carência nutricional, não impulsionavam os doentes, *sofredores*<sup>137</sup>, a consultar “feiticeiros” e “curandeiros” como Faustino.

Para Witter, essa é a concepção que se opõe a uma “lógica da falta”, na qual práticas de cura de certas épocas eram explicadas a partir da tripla ausência: “médicos, remédios, serviços de saúde”. Nesses termos, a autora busca entender as práticas de cura como “elementos componentes de um mesmo leque de possibilidade e ação”. E igualmente, mostra que a saúde e a doença são “uma fonte de preocupações cotidiana e não um acaso devido à acidentes particulares ou episódios de cataclismos epidêmicos.”<sup>138</sup> Esses eventos: epidemias, falta de médicos, deficiência nutricional, compunham um contexto, mas não determinam a recorrência dos doentes a curandeiros como Faustino.

---

<sup>135</sup> Sobre a propaganda de medicamentos em periódicos ver: Liane Maria Bertucci que analisa, no cenário da gripe espanhola de São Paulo, o linguajar utilizado pelas propagandas dos remédios chamados oficiais, para tentar resgatar as semelhanças e diferenças em relação a fala classificada como de curandeiros e charlatães. O mote do trabalho da autora é demonstrar como o vocabulário “de curandeiros e charlatães” foi apropriado pelos farmacêuticos e preparadores que vendiam seus medicamentos nas páginas de alguns jornais da imprensa operária paulista, “por induzir a crença no mundo maravilhoso de curas espetaculares”. BERTUCCI, Liane Maria. “Práticas de cura no período da gripe espanhola de São Paulo”. Em: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 198.

<sup>136</sup> WITTER, N. A. “...os que não puderam se tratar em suas casas.” Em: *Op. Cit.*, p. 93-94.

<sup>137</sup> De acordo com Nikelen Witter, dialogando com Roy Porter compreende-se por *sofredores* “o doente, seus parentes e amigos próximos, enfim todos os que se envolviam e se preocupavam com a dor e o destino do enfermo.” WITTER, N. A. “... os que não puderam se tratar em suas casas”. Em: *Op. Cit.*, p. 98.

<sup>138</sup> *Ibid.* p. 98.



De acordo com Mario Augusto dos Santos, a dieta da população baiana das classes baixas era composta pelo “bacalhau salgado”, “feijão dormido”, “farinha de mandioca”, “carne de sertão assada”, “pão de trigo”. Alguns artigos não faziam parte da dieta ou se apresentavam de forma esporádica, como o peixe fresco, galinha e ovos, verduras e o arroz. As condições precárias de pesca não permitiam produção do peixe em larga escala. Ele era consumido pela elite e pelas próprias comunidades de pescadores. Galinha e ovos eram reservados a almoços especiais e na dieta dos moribundos. Verduras só entravam na composição do cozido por pessoas de recursos medianos.

As carnes salgadas alternavam no consumo básico, sobretudo dos trabalhadores. Naquele cenário o dado fisiológico era importante: “sendo o charque e o bacalhau de digestão mais lenta do que a carne fresca, proporcionavam sensação de saciedade mais prolongada, principalmente se as carnes salgadas fossem acompanhadas de pirão de farinha.”<sup>139</sup> Contudo, esses alimentos agiam de maneira danosa sobre o sistema digestivo. O charque, por exemplo, “obrigava o estômago a um fatigante trabalho”, sendo atribuído a carnes secas e salgadas doenças tais quais dispepsias, gastrites, gastrenterites.<sup>140</sup>

Ademais, as comidas salgadas impulsionavam ao consumo constante de água, o que Massimo Montanari chamou, na Europa, referindo-se também ao consumo de carnes de conserva, de “sede crônica”.<sup>141</sup> Na Bahia, nos anos iniciais da República, a água era consumida, sobretudo, de chafarizes públicos para cozinhar e beber. Eram armazenadas em talhas de barro ou cerâmica para conservar fria. A água consumida assim, sem o devido tratamento, foi o “Calcanhar de Aquiles” das epidemias de cólera de 1855 e 1856. Anos mais tarde, o cólera se tornaria endêmico, assolando a população baiana sazonalmente. Além do cólera, a diarreia infecciosa, também contraída através da água mal tratada, grassava Salvador constantemente.<sup>142</sup>

O arroz era prato acessório das classes médias e abastadas. Esse item estava ausente, portanto, da dieta das populações de grupos menos favorecidos. Isso pode

---

<sup>139</sup>SANTOS, Mario Augusto dos. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador: Edufba, 2001. p. 70-71.

<sup>140</sup>SOUZA, Francisco Antonio dos Santos *apud* SANTOS, Mario Augusto da Silva, 2001. p. 78

<sup>141</sup>MONTANARI, Massimo. *A fome e a abundância: História da alimentação na Europa*. São Paulo: EDUSC, 2003.

<sup>142</sup>Ver: DAVID, Onildo Reis. *Op. Cit.*, 1996.

justificar a grande presença do beribéri na Bahia dos anos iniciais do século XX. O beribéri era uma doença de natureza carencial, que resultava em perda e fraqueza de massa muscular, fraqueza gastrointestinais e dificuldades respiratórias. Na Bahia, além da escassez do consumo de arroz que, como vimos, era base complementar da dieta das classes médias e altas – sendo raro nos grupos menos favorecidos –, tem como causa uma alimentação monótona de ingestão elevada de carboidratos através da farinha. Acrescente-se às causas do beribéri o consumo de álcool, as diarreias e vômitos por períodos prolongados que causava a desidratação e também a fraqueza dos músculos.<sup>143</sup>

Segundo Ariovaldo Franco, um dos resultados do consumo de arroz polido, “pobre do ponto de vista nutritivo, foi o número alarmante de casos de beribéri.” Só em 1910 percebeu-se que o beribéri era causado por carência de tiamina ou vitamina B1 e que comer arroz integral seria a solução do problema. Nesse proceder, sugeriu-se adicionar vitamina B ao arroz beneficiado. Essa prática, no entanto, foi mais difundida nos países industrializados, onde o arroz tem menor importância na dieta.”<sup>144</sup>

Medicamentos sugerindo a cura do beribéri povoavam as páginas de anúncios dos periódicos baianos como o *Diário de Notícias* e o *Diário da Bahia*. Liane Maria Bertucci, analisando o cenário da gripe espanhola em 1918, em São Paulo, dá sugestivas pistas para compreendermos a lógica dos anúncios de remédios nos periódicos. Segundo a autora, no “universo estabelecido pela presença da influenza, os remédios muitas vezes eram apregoados como possuidores de mais de uma das virtudes necessárias para o combate à moléstia”.<sup>145</sup> Além disso, Bertucci argumenta que as propagandas exploravam “desde o medo das pessoas em contrair a doença até a alegria daqueles que haviam se livrado da terrível moléstia, produtos e serviços aproveitavam a desgraça representada pela gripe espanhola para tentar ganhar dinheiro.”<sup>146</sup> É possível que mesmo quase quinze anos antes da gripe espanhola, nos idos de 1903, quando Faustino passou pela Bahia, que essa tenha sido a lógica de funcionamento dos anúncios dos periódicos de Salvador, em relação ao cenário nutricional da sociedade.

---

<sup>143</sup> PADILHA, Estela Maura *et al.* “Perfil epidemiológico do beribéri notificado de 2006 a 2008 no Estado do Maranhão, Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 27, n. 3. Rio de Janeiro, 2011.

<sup>144</sup> FRANCO, Ariovaldo. *O Século XIX – O apogeu dos padrões burgueses: a indústria de alimentação*. São Paulo: Editora SENAC, 2004. p. 222.

<sup>145</sup> BERTUCCI, Liane Maria. *Op. Cit.*, p. 204.

<sup>146</sup> *Ibid.*, p. 208.

O *Elixir e Linimento anti-beribericos*, anunciado como “A cura do beri-beri no foco”, propagou que “qualquer que seja a forma ou gravidade do beribéri, não reaparecendo mais, sem as tormentosas mudanças e os incontáveis banhos salgados”. Como vimos, o beribéri se desenvolvia devido a carência de vitamina B e tinha como consequência a fraqueza muscular e problemas intestinais. Entretanto, o anúncio deixa a ver que o *Elixir* era um experimento baseado em tentativas e erros, visto que, possivelmente, desconheciam a natureza do transtorno, materializando-se como uma alternativa aos banhos salgados. Para reafirmar e dar legitimidade ao medicamento o anunciante veicula sua marca aos “distintos” médicos dos hospitais e enfermarias militares.<sup>147</sup>

Havia entre os hospitais aqueles que funcionavam de maneira temporária em momentos de crise, como o *Mont Serrat* e os regulares em seu funcionamento. Segundo Christiane Cruz e Souza, dentre eles estavam o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, o Hospital Militar e o Hospital Português. Tais hospitais eram vistos com desconfiança pela população, e com desgosto por parte dos médicos que ali trabalhavam. Para a autora, o povo pobre acreditava que esses espaços eram “antes de morte do que de cura” e os “médicos criticavam as péssimas condições de higiene do ambiente e da alimentação hospitalar, as quais predispunham os enfermos a outras doenças, acelerando a sua morte.”<sup>148</sup>

Convivendo lado a lado com essa realidade, compondo um mesmo leque de possibilidades de ação, estava a cura através das crenças e tradições religiosas. A presença de “feiticeiros” e “curandeiros”, como Faustino, constituiu-se a partir dos tempos da fisicatura<sup>149</sup>, como um grande encaixe para os médicos higienistas do limiar do século XX, que idealizavam a modernidade baseada no modelo europeu e continuavam como uma saída para a maioria da população. A crença religiosa e o medo dos hospitais, pouco eficazes que não dialogavam com a realidade dos que o buscavam,

<sup>147</sup> DIÁRIO de Notícias, Salvador. 10 de out. 1903. p. 2.

<sup>148</sup> SOUZA JUNIOR, Custódio Moreira, 1886, p. 62 *apud* SOUZA, Christiane Maria Cruz, 2009.

<sup>149</sup> A fisicatura era o órgão que regulava as práticas médicas no Império – entre 1808 e 1828. Licenças e cartas eram obrigatórias para quem exercesse atividade relacionada às artes de curar. Entretanto, já era possível notar aí uma hierarquia entre as práticas terapêuticas populares e a medicina oficial. Apesar da hierarquização, tornar oficial as práticas de cura populares significava reconhecer aquele saber como legítimo. Isso permitia a inclusão dos terapeutas populares entre aqueles que tinham autorização para exercer atividades de cura. Sobre essa questão ver: PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. Em: CHALHOUB, Sidney et al (orgs.). *Op. Cit.*, 2003.

fizeram com que as pessoas continuassem a recorrer a feiticeiros e curandeiros, recorrendo à medicina oficial nos últimos casos.

Arelada a essa conjuntura, na qual a ciência médica buscava fincar seus pilares saneando os espaços, controlando as habitações e os costumes, ignorando, todavia, o estado constante de subnutrição da população local, a reinvenção das concepções de civilização e progresso davam legitimidade às ações da Inspeção de Higiene. Jorge Carreta, entretanto, abordando as controvérsias científicas no limiar da República, aponta no cenário da febre amarela e da varíola – concordando com Gabriela Sampaio e Jairo Benchimol –, que mesmo desenvolvendo técnicas bacteriológicas e sorológicas para combater tais enfermidades, havia divergências acerca dos procedimentos adotados para esse fim dentro do próprio grupo médico.<sup>150</sup> Se havia desacordo acerca dos procedimentos dentro do próprio grupo, fora dele o cenário era ainda mais heterogêneo. Nesses termos, não eram poucos os que figuravam em confrontar essa realidade idealizada pelas elites médica e intelectual. Sambas, batuques, carnavais, candomblés, feiticeiros e curadores – tal qual Faustino – circundavam e confrontavam o discurso que se queria impor.<sup>151</sup>

Esse era o cenário de Salvador no início do século XX. A cidade estava frente a um constante e quase que perene mal-estar, a um estado de subnutrição que passou a ser – usando os termos de Montanari – “assimilado” fisiologicamente como uma condição normal de vida<sup>152</sup>, mas ignorado pelos órgãos de saúde. Nesse sentido, Montanari afirma que “a monotonia do regime alimentar” configura sempre um perigo para a sobrevivência dos indivíduos. Não somente devido uma dieta variada que “é a única que permite um desenvolvimento equilibrado do organismo”; “mas porque a própria garantia de comida, a possibilidade de obtê-la cotidianamente é tanto mais assegurada quanto mais diversificado o leque de recursos disponíveis.”<sup>153</sup>

Faustino Ribeiro Junior, e outros tantos feiticeiros e curandeiros, foi um personagem fundamental para pensarmos a situação da sociedade baiana dos anos iniciais do século XX. A carência alimentar endêmica se apresentava, no dia a dia da maior parte das pessoas de Salvador, relacionada a uma crise geral de saúde que

<sup>150</sup> CARRETA, Jorge Augusto. “Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. v. 18, n.3, jul.-set. 2011, p.677-700.

<sup>151</sup> FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Op. Cit.*

<sup>152</sup> MONTANARI, Massimo. *Op Cit*, p. 164.

<sup>153</sup> *Ibid.*, p. 175-176.

figurava ao lado de outros fatores como a insalubridade das habitações, epidemias, endemias, a carestia e a falta de médicos. Esse era o cenário que a Inspeção de Higiene tinha que enfrentar com muito esforço para satisfazer sua ânsia “modernizadora”. Muito embora tal realidade não pavimentasse os caminhos para que Professor Faustino tivesse espaço de atuação, o colocava também como um entrave para o projeto modernizador das elites da época. Tal condição foi suficiente, dentre outros fatores, para que o “curandeiro” entrasse em confronto com Pacífico Pereira.

## **2.2 – “A lenda do dr. Fausto”: Professor Faustino e seu processo de cura, segundo os agentes da Inspeção.**

Faustino entrou em confronto com a Inspeção Municipal de Higiene, dirigida pelo renomado doutor Antônio Pacífico Pereira que se empenhou em combater as práticas de cura do “mago Fausto”, pois Faustino Ribeiro “dificultava o trabalho da higiene pública.”<sup>154</sup> O que estava em jogo era a legitimidade do saber científico, atrelado a imagem do Antonio Pacífico, mas também um risco ao projeto modernizador<sup>155</sup> que, mesmo permeando boa parte do século XIX, materializava-se no discurso de inauguração da República.

O processo curativo empregado pelo “Fausto” alardeou a Inspeção de Higiene, que logo se pôs a investigar os seus procedimentos de cura. Enviou, portanto, dois ajudantes à residência de Faustino Ribeiro, na Rua Visconde de Itaparica, no centro da cidade, para verificar suas práticas curativas.<sup>156</sup> Quando lá chegaram, encontraram uma multidão de pessoas amontoadas nos corredores e nos vários cômodos que perfaziam a residência onde habitava o curador peregrino. Segundo os relatores de observação,

<sup>154</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*, Salvador, 8 ago 1903, p. 1.

<sup>155</sup> Jorge Carreta aponta que para assegurar seu projeto científico e de alguma maneira modernizador, através do Instituto Manguinhos, Oswaldo Cruz, mesmo diante das controvérsias e incertezas diante da sorologia afirmava seu lugar de destaque na instituição. Sobre essa perspectiva Carreta questiona e responde logo em seguida: Por que Oswaldo Cruz era tão enfático em afirmar a segurança do uso de soros e vacinas, se pairava uma incerteza sobre a segurança desses produtos fornecidos por seus colaboradores do exterior e do Brasil? Por certo, além da crença na validade das técnicas de produção de soros e vacinas, era preciso preservar o projeto de Manguinhos e seus planos para a saúde pública. Cruz devia acreditar que era uma questão de tempo até que os soros estivessem totalmente aperfeiçoados e que pequenos acidentes eram toleráveis em nome de um bem maior, a erradicação das moléstias epidêmicas. [...] Diante da dificuldade de convencer os pares, muitos recorriam à retórica para sustentar suas descobertas. Assim, mesmo sem poder atestar a segurança dos soros, Oswaldo Cruz empenhava-se em desacreditar seus adversários acusando-os de pouca intimidade com a medicina experimental. CARRETA, Jorge Augusto. *Op. Cit.*, p. 692-693.

<sup>156</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 4 ago 1903. p. 1.

Não devo nem posso também deixar de consignar a impressão fundamente desagradável que senti com o assistir ao triste espetáculo de dezenas ou mesmo centenas de pessoas aglomeradas tanto nas proximidades como dentro do prédio onde se acha o *consultório*, quase todas doentes, muitas das quais febricitantes, outras de afecções contagiosas, a maioria exposta durante longo tempo às variações de temperatura diurna, e todas na mais condenável promiscuidade.<sup>157</sup>

Talvez o cheiro fosse pavoroso, diante de tanto tumulto! Muitas pessoas estavam em pé, outras sentadas ou atiradas ao chão, muitas com as pernas expostas com “hediondas chagas”, das quais escorriam “horríveis sordes” [sic], outras exibindo “terríveis convulsões epiléticas”. Em outra parte o “gemido do nevrálgico” que logo se transformava no grito “lancinante”, “ali a tosse oca do tísico, a expectorar, penosamente sacudido, o pus das suas cavernas, e por toda a parte a tensão nervosa da ânsia de extenuar e amenizar a dor daquela pobre gente”.<sup>158</sup> Para a Inspeção de Higiene o que estava em jogo também era o medo da difusão de “toda a sorte de morbus contagiosos e de germes ocultos de possível necrose epidêmica, bem como de conturbação da ordem.”<sup>159</sup>

A atuação de Faustino foi, nos termos de Pacífico Pereira, um “atentado” ao “decoro público”, por Salvador ser uma cidade populosa e pelo fato “de haver se convertido em foco ou centro de agentes infecciosos o prédio onde reside e dá consultas.” Ademais, desdenhava dos preceitos sanitários como aplicar, sem a assepsia necessária as mãos “que, postas antes sobre um doente de moléstia contagiosa, são logo depois colocadas sobre doentes de morbos outros, constituindo-se destarte as suas próprias mãos um meio fácil e pronto de veicular germes patogênicos”. Nesses termos, foi recomendado que a desinfecção “rigorosa” no prédio e dependências.<sup>160</sup>

É possível reconhecer no discurso de Pacífico uma questão de perigo à saúde pública quando do ajuntamento de pessoas com enfermidades diversas, inclusive contagiosas.<sup>161</sup> Esse elemento é importante, visto que os lugares de cura – tanto na rua do consultório, quanto no próprio consultório – eram frequentados por centenas de

<sup>157</sup> RELATÓRIO. O processo de cura do Professor Faustino. *Diário de Notícias*, 17 ago 1903. p. 1.

<sup>158</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*, Salvador, 30 jul. 1903. p. 3.

<sup>159</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processo Penal. *Recurso Criminal*. Nº 169, Salvador, Bahia, 23 de setembro de 1903. Salvador, 1904. Cx. 551. 80f. p. 10.

<sup>160</sup> *Ibid.*, p. 11.

<sup>161</sup> A alimentação carente de nutrientes também poderia ser encarada como uma questão de saúde, mas o que estava em jogo, sobretudo, era a crença e o atraso nos costumes da época.

peças de várias comunidades que poderiam transmitir tais doenças, se a contrásem, para dentro das suas próprias comunidades. Nem tudo era um arranjo para disciplinar os populares a serviço da ordem social, nem interferir em sentimentos individuais.<sup>162</sup> Entretanto, se por um lado havia uma questão de demanda prática, por outro uma demarcação de lugares sociais era evidente. Ademais, em função do histórico e das memórias das epidemias que grassavam a Bahia em anos anteriores, informavam, de alguma maneira, os métodos de prevenção adotados em locais de aglomeração pelos higienistas no período.

Desde a segunda metade do século XIX, os médicos baianos demandavam reformas dos princípios da Faculdade de Medicina da Bahia, sobretudo, no que diz respeito ao ensino de ordem prática. Buscavam o ganho de autonomia e melhoria nas condições de ensino.<sup>163</sup> As oscilações que ocorreram nas reformas de 1832, 1854 suscitaram uma demanda de melhorias que culminaram na reforma de 1879.<sup>164</sup> Os benefícios da remodelação do ensino poderiam ter se materializado com a criação de clínicas especiais de psiquiatria, pediatria, dermatologia, sifilografia e oftalmologia, além de instituir legalmente a clínica obstétrica e a ginecologia.<sup>165</sup>

Entretanto, apesar dos avanços propostos, não houve melhoras significativas pela falta de investimentos. Analisando as demandas de Pacífico Pereira acerca dos investimentos da Faculdade de Medicina da Bahia, Caroline Santos Silva argumenta que todo o relato de Pacífico Pereira mostra as sérias dificuldades pelas quais a faculdade passava, principalmente as de caráter estrutural.<sup>166</sup>

Por outro lado, a historiografia que se dedica às questões de saúde e doença na Bahia, na maioria das vezes, foca suas discussões nos debates acerca da medicalização da sociedade, das epidemias, da insalubridade dos espaços públicos, das teorias dos miasmas, falta de hospitais e da amplitude do universo das crenças. Onildo Reis David<sup>167</sup>, Venévia Durando Braga Rios<sup>168</sup>, Jorge Almeida Uzeda<sup>169</sup>, Christiane Maria

---

<sup>162</sup> PATTO, Maria Helena Souza. *Op. Cit.*, p. 180.

<sup>163</sup> SILVA, C. S. Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: Ensino e prática da Obstétrica e Ginecologia em Salvador (1876-1894). 2011. 135f. *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2011. p. 22

<sup>164</sup> Sobre as reformas ver: SILVA, C. S. *Op. Cit.*

<sup>165</sup> SILVA, C. S. *Op. Cit.*, p. 22

<sup>166</sup> *Ibid.*, p. 22-23.

<sup>167</sup> DAVID, Onildo Reis. *Op. Cit.*

<sup>168</sup> RIOS, V. D. B. *Op. Cit.*

Cruz de Souza<sup>170</sup> são alguns dos pesquisadores que se dedicaram ao estudo da temática. De alguma maneira, foram essas abordagens que serviram de base, muito adequadamente, para justificar contextualmente a recorrência de grande parte da população de Salvador aos agentes de cura que permeavam a Bahia.<sup>171</sup>

Esses sujeitos atormentavam os médicos da época, tanto pela disputa de um mercado que se queria construir, quanto pela concorrência que os doutores e as Faculdades de Medicina viam em pessoas como Faustino Ribeiro Junior. Isso repercutiu de forma acentuada na imprensa baiana. É o que podemos observar nas páginas do *Diário de Notícias* em 12 de agosto. O articulista indignado, exclamava:

Vejam a que ponto pode uma fantasia objetivar-se entre [...] o povo, esse estupendo fabrico de heróis e divindades. O fato é [...] o grande Agostinho só um pouco tarde descobriu a impostura do famoso Fausto [...] a que então chamou “verdadeira armadilha do demônio.” É curiosa e instrutiva a narração das Confissões de Santo Agostinho sobre o seu encontro com o sábio Doutor. Depois de muitos dias de ansiedade, pode travar-se a conferência entre eles. “Mas, mal lhe havia proposto algumas questões (diz Agostinho) dentre as que me pareciam as mais importantes, quando reconheci, logo, que de todas as ciências este homem não sabia senão a gramática e isso mesmo fracamente.”

Apesar de tudo a lenda faustiana continua a fazer carreira.

O Doutor Fausto achará sempre mundos novos a descobrir: mágico, teólogo, filósofo, astrônomo, dentista, médico, a sua clientela está garantida por séculos e séculos.<sup>172</sup>

Muito embora houvesse uma preocupação de ordem de saúde pública nos ajuntamentos de pessoas que buscavam Faustino Ribeiro e suas curas, havia em paralelo também, um discurso que caracterizava os seguidores de Faustino como ignorantes. Endossou essa perspectiva o articulista do *Diário de Notícias* em 12 de agosto de 1903, em matéria intitulada *A lenda do dr. Fausto*, afirmando que os “Faustos de Goethe” estavam a percorrer os tempos. “Fausto” foi protagonista de uma popular lenda da Alemanha, baseada na personagem que selou pacto com o demônio, o médico, mágico e

<sup>169</sup> UZEDA, J. A.. *Op. Cit.*

<sup>170</sup> SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *Op. Cit.*, 2009.

<sup>171</sup> Sidney Chalhoub propôs pensar, também, na dimensão nutricional mesmo que ela não determine a existência e a atuação de curandeiros como Faustino Ribeiro Junior. Em outras palavras, é possível perceber a dieta das pessoas como um item a mais, ainda não abordado de maneira mais pontual pela historiografia. Na historiografia baiana, apenas quem fez uma análise que levava em conta a alimentação, ainda que na perspectiva de entender as distinções de classe e as tensões sociais durante a Primeira República, foi Mario Augusto dos Santos. Sobre essas questões ver: CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.*, 1990; SANTOS, Mario Augusto dos. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador: Edufba, 2001.

<sup>172</sup> A LENDA do doutor Fausto. *Diário de Notícias*, Salvador, 12 ago. 1903. p. 1.



alquimista Dr. Jhannes Georg Faust (1480-1540). Em Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832) *Fausto* é considerado símbolo cultural da modernidade, sendo um poema de grandes proporções que relata a tragédia do *Dr. Faust*, um homem de ciências que, desiludido com o conhecimento de seu tempo, faz um pacto com o diabo.

Para o jornalista, qualquer “individuo que queira gozar o prestígio de ocultista, feiticeiro, nigromante [sic], demiurgo, inculcava-se com o nome de *Fausto*, e o efeito no espírito das turbas era certo.”<sup>173</sup> Na passagem supracitada fica ainda mais claro a relação que o articulista pretendia fazer entre o *Fausto* de Goethe e o Professor Faustino, sem necessariamente ter lido o clássico, na perspectiva de deslegitimar a prática do *Doutor bota-mão*, sobretudo a partir dos argumentos utilizados para condenar o personagem de Goethe e sua associação com o diabo.

Além da notável relação entre os nomes, cujo sentido é “auspicioso” ou “aquele que traz sorte”, de forma metafórica, o jornalista do *Diário de Notícias* quis levar os ilustrados leitores da cidade do Salvador a refletirem sobre o processo de cura praticado por Faustino enquanto uma “lenda” numa perspectiva barbarizante. Essa visão se materializou mais uma vez nas observações dos ajudantes de Inspeção feitas enquanto Faustino realizava suas curas com o poder das mãos. Segundo o inspetor, que foi pouco tempo depois conduzido a um “acanhado” aposento anexo ao salão onde se situavam “os enfermos de toda ordem” que, em seguida, foram introduzidas “cada uma por sua vez, três senhoras, das quais duas eram manifestamente histéricas e a terceira já um tanto idosa, apresentara-se como surda.”<sup>174</sup>

As observações, dentro da lógica “científica”, conduziram a uma narrativa que desvirtuava os resultados das experiências arraigadas em suas tradições utilizada pela população soteropolitana que constantemente recorria aos chás, banhos, rezas ou religiões.<sup>175</sup> Anos mais tarde, em 1909, surgiria a primeira tentativa de popularizar, a partir dos pressupostos científicos da época, a medicina. Tratava-se do livro do doutor Manoel Esteves de Assis, intitulado *Medicina popular ou Medicina ao alcance de*

---

<sup>173</sup> Ibid. p. 1.

<sup>174</sup> RELATÓRIO. O processo de cura do Professor Faustino. *Diário de Notícias*, 17 ago 1903. p. 1.

<sup>175</sup> De acordo com Regina Xavier, a ciência conviveu com “remédios secretos” por longo tempo, ora condenando-os, ora valendo-se deles para introdução de novidades terapêuticas. Para a autora, a “longevidade dessa prática devia-se, em grande medida, às concepções de cura mágica que acompanhavam culturalmente os doentes. Os remédios de segredo juntaram exemplarmente magia, religião e ciência”. Sobre esta discussão ver: XAVIER, Regina. “Dos males e suas curas: práticas médicas na campinas oitocentista”. Em: CHALHOUB, Sidney et al (orgs.). *Op. Cit.*, 2003, p. 335-336.

*todos*. O médico baiano, radicado no Rio de Janeiro, estudava a anatomia humana, fazendo a descrição dos diversos órgãos anatômicos: “músculos, veias, artérias”. Elaborava conhecimentos acerca da “fisiologia de patologia e outros que dão perfeita ideia dos fenômenos vitais, das sensações e funções desses órgãos.” Essas reflexões, segundo o articulista da página comercial do *Diário de Notícias*, faziam com que o trabalho possibilitasse conhecimento a qualquer pessoa leiga no assunto.<sup>176</sup>

É importante ressaltar que essa tentativa de popularizar os conhecimentos médicos atingiria muito mais a parcela letrada da população de Salvador. Isso não impediria que os conhecimentos e tradições de cura fossem sobrepujados pela tentativa de reconstruir uma medicina popular nos termos do médico Assis. É possível enxergar ainda nas entrelinhas da divulgação da obra, voluntaria ou involuntariamente, essa tentativa. Mesmo antes das intenções de Assis, um médico polonês fez com bastante aceitação um trabalho que contribuiu muito para a consolidação das instituições médicas no Brasil. Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1812-1881), em 1842, lançou o primeiro *Dicionário de Medicina Popular*, que descreve os medicamentos mais populares da época organizados em ordem alfabética. Aparecem desde medicamentos de origem europeia até aqueles baseados no uso e nas tradições indígenas. Além disso, são numerosos os verbetes descrevendo as principais doenças disseminadas pelo Brasil e os meios terapêuticos indicando suas curas.<sup>177</sup>

Entretanto, a popularização realizada no século XIX por Chernoviz não foi o suficiente para se reelaborar um discurso acerca dos curandeiros que utilizavam ervas e “drogas” em suas curas. Pelo contrário, talvez tenha servido para reforçar uma posição científica em relação aos curandeiros da época.<sup>178</sup> Este discurso continuou vivo e não se furtou em enquadrar Professor Faustino dentro dessa lógica que visava proteger a medicina científica e, portanto, o lugar de fala do relator. Segundo ele,

Uma das históricas, acompanhada por pessoa de sua família, chegou à presença do afamado professor em plena crise nervosa e, não obstante a imposição das mãos deste sobre o tórax durante vinte minutos, o ataque, após a retirada das mãos, pareceu incrementar-se tomando então a forma convulsiva.

<sup>176</sup> PUBLICAÇÕES. *Diário de Notícias*. Salvador, 16 out. 1909. p. 7.

<sup>177</sup> GUIMARÃES, Maria Regina Cortim. “Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império”. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. V. 12, n. 2, Rio de Janeiro, 2005.

<sup>178</sup> Sobre a relação de Chernoviz, os médicos acadêmicos, a sociedade senhorial e demais agentes de cura ver: GUIMARÃES, Maria Regina Cortim. *Op. Cit.*, 2005.

Quanto à outra nevrota [sic], nada digno de menção se ofereceu antes, durante e depois do tratamento, se me afiguro que nenhum influxo benéfico sobre ela fora exercido.

Em relação à terceira, que se apresentou como surda, melhora nenhuma pude observar após a aplicação do especial processo, pois que não respondeu à pergunta que repentinamente lhe fiz sobre o seu estado, apesar de ter sido a 2ª ou 3ª vez em que submetia-se a este curativo.<sup>179</sup>

Os ajudantes de inspetoria, os doutores Ribeiro de Barros e Manoel Gordilho, que foram à residência de Faustino para obterem a prova empírica, de “visu”, do procedimento “extraordinário” de “curas milagrosas” empregado pelo “Fausto”, narraram em seu relatório com doses de ironia e sarcasmo o processo curativo seguindo desacreditando as práticas de cura e tornando insignificante a crença popular. Um número de enfermos já avultados o procurava. Nas palavras dos doutores,

Para a consecução mais ou menos abreviada desse objetivo, isto é, da cura, **importava tão somente tocar ou comprimir com as mãos as regiões ou pontos afetados**, ou aqueles onde o paciente acusa mais intenso sofrimento, ignorando entretanto (disse ele) os rudimentos da ciência médica, nomes da moléstia e suas causas gerais, e até noções da terapêutica sugestiva, etc.<sup>180</sup>

Os relatores continuam descrevendo suas impressões enviesadas do processo curativo de Faustino. Chamado à inspetoria para apresentar o título de mestre, o curador declarou, por “escrito” e “verbalmente”, que

*cura por uma influência que o povo experimenta e afirma, e que ele mesmo ignora supondo em sua crença que se trata de um fenômeno propriamente teosófico, isto é, de uma manifestação de nosso Supremo Pai de infinito amor e misericórdia.*

Faustino é, portanto, *teósofo*, isto é, um iluminado que tem a pretensão de estar em comunicação com a divindade, da qual recebe a faculdade extraordinária que diz possuir.

Analisado, porém, o processo por ele empregado, reduz-se pura e simplesmente a sugestão, que sua completa ignorância do que há de mais rudimentar em medicina, e é conhecido dos espíritos medianamente cultos, não permite distinguir em suas diferentes formas e variadas aplicações.<sup>181</sup>

Muitos foram os adjetivos atribuídos a Faustino: discípulo de Mesmer, teósofo, sugestionador, dentre outros... Entretanto, a cura através das mãos tem uma longa trajetória na história do mundo, como apontamos no início do primeiro capítulo. O

<sup>179</sup> RELATÓRIO. O processo de cura do Professor Faustino. *Diário de Notícias*, 17 ago 1903. p. 1.

<sup>180</sup> Ibid. [Grifos nossos.]

<sup>181</sup> Ibid.

processo curativo que ignorava a descrição dos nomes das moléstias e suas causas gerais as quais Faustino dizia ignorar, fugia bastante da perspectiva catalográfica e descritiva de Carlos Lineu (1707-1778) no século XVIII e que orientou, de certa maneira, as frágeis concepções médicas que imperou durante o século XIX<sup>182</sup> e adentrou os primeiros anos do século XX com alguma força. Na realidade, Faustino declarava que não compreendia e nem sabia explicar a natureza da força mística que “dizia” possuir; e costumava “alegar que as suas práticas não pertencem absolutamente ao exercício da medicina”, visto que, para alcançar o que objetivava, não lançava mão de “substância medicamentosa nem de hipnotismo, magnetismo ou coisa que os valha.”<sup>183</sup> Em outras palavras, fugindo da associação com uma “ciência” meramente supersticiosa pertencentes à maioria das pessoas, leia-se práticas consideradas ilegais, de acordo com os médicos da época.

Fugir dessa estrada pouco pavimentada que ocupava a mentalidade das elites médica, jurídica e jornalística baiana, não surtiu tanto efeito para Faustino, vez que, como mostramos no capítulo anterior, sua imagem foi utilizada por alguns periódicos de oposição na composição do jogo político local. Ademais, os periódicos baianos, como os da guisa do *Correio do Brasil*, não deixavam de enfatizar a péssima influência que Faustino exercia sobre a população. O primeiro objetivo do articulista é desconstruir o argumento do curandeiro de que não empregava “nenhuma droga ou produto medicinal de qualquer espécie.” Considerando essa prerrogativa uma ilusão, o jornalista levanta uma hipótese para a atuação do “doutor bota-mão”.

o indivíduo A tem, suponhamos, uma moléstia de origem sífilítica e da qual uma das manifestações é a dor de cabeça intensa e característica; este indivíduo esta sendo sujeito a uma medicação especial que o porá [sic] bom. Inteiramente bom, no fim de certo prazo, desde que não tenha ele algumas das lesões irreparáveis da infecção uterina. Nesse entretanto, [sic] aparece o apregoado curandeiro, a transformar suas mãos em verdadeira cornucópia de milagres, o doente insulta-o e ele, ignorante das coisas medicas, incapaz de diferenciar uma dor de cabeça comum, nervosa, de outra infecciosa, garante a cura ao pobre, sujeita-o às imposições das suas mãos, enche-os de sugestão, conseguindo de fato melhorar consideravelmente a dor de cabeça de que padecia o doente. A cura será proclamada gloriosamente aos quatro ventos, atestados serão passados [...] os medicamentos serão completamente desprezados pelo doente [...]

---

<sup>182</sup> Sobre os conflitos e as controvérsias dentro das instituições médicas ver: SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.*, 2001.

<sup>183</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 3 ago 1903. p. 5.

Entretanto, enquanto o poder da sugestão diminui a sensibilidade dos nervos, fazendo crescer a cefalalgia intensa que tanto martírio dava ao paciente, as lesões da infecção ganham terreno, os seus agentes específicos folgam e cantam vitória com a ausência dos medicamentos, e lá vem uma manhã em que, ao despertar encontra-se o curado da viseira a não poder abrir os olhos, ou completamente paralítico de um lado, ou incapaz de andar, enfim com uma das múltiplas manifestações graves da sífilis.<sup>184</sup>

Para o articulista, Faustino seria um ótimo sugestionador que enganava a população com procedimentos curativos efêmeros e atrapalhava os processos de cura legitimados pelas instituições médicas. Na hipótese supracitada, as lesões não tardariam a se manifestarem de forma “irrevogavelmente irreparáveis”, previa o articulista. Nesses termos, Faustino não poderia deixar de ser responsabilizado, mesmo não usando nenhuma “droga” ou produto medicinal. Para além dessa perspectiva, o autor ainda enfatiza outros “prejuízos” que Faustino poderia trazer como o abandono de trabalho para a consecução das curas, a “malandragem continuada, aumentando o gosto pelo sobrenatural e os instintos supersticiosos da população.”<sup>185</sup>

Relativo à modernização, este discurso colocava Faustino enquanto “sugestionador” e “teósofo” como difusor – mesmo atendendo em um consultório – da malandragem e do abandono de trabalho, que antes de sua passagem por Salvador, estavam relacionados sobretudo aos sambas e aos batuques dos candomblés. Rotular os praticantes de tais artes como “sugestionador” e “teósofo” era um discurso da ordem do dia que buscava enquadrar aqueles que não se adequavam às normas do projeto de modernização idealizado à época que se fazia presente muito mais no campo das ideias dos grupos abastados do que materialmente.<sup>186</sup> Veremos na seção seguinte, de maneira mais detalhada, como a prática de cura de Faustino se relacionava com o espiritismo, mais especificamente com o “passe”.

### **2.3 – Outra leitura para os “poderes curadores” de Faustino.**

Desde algum tempo se fala muito, no vale do Queyras, de um vigário que, sem estudos médicos, cura uma multidão de pessoas de várias

<sup>184</sup> PERIGO. *Correio do Brasil*. Salvador, 16 out. 1903. p. 2.

<sup>185</sup> *Ibid.*

<sup>186</sup> Ver: SANTOS, M. O. O viver na “Cidade do Bem”: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA. 2010. 233f. *Tese* (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

afecções. Há muito tempo que age assim, e dizem que augustas personagens o consultaram [...] Para os espíritas isto nada tem de admirável. Se vos falo do caso é porque no vale do Queyras, como alhures, ele faz muito barulho. Como todos os médiuns curadores sérios, nunca aceita nada. [...] A conclusão de tudo isto é que esta faculdade se desenvolve e os exemplos se multiplicam. Na comuna que vos cito, e em nosso vale, isto produz um grande efeito. Como sempre, uns dizem: Charlatão; outros, demônio; outros ainda, feiticeiro.<sup>187</sup>

Mesmo não cobrando nada, fez muito barulho um vigário do vale do Queyras, na França, que curava uma multidão de pessoas com várias doenças. Os casos se multiplicavam por lá e alhures. Como resultado o vigário foi rotulado de “charlatão”, “demônio” ou “feiticeiro”. Qualquer semelhança com Faustino não é por acaso. Apesar de os contextos sociais serem bastante diferentes é possível verificar como o espiritismo foi recebido enquanto germinava na França e pensar, também, como a prática curativa de Faustino sofreu com os rótulos cientificistas da época.

O processo curativo de Faustino advinha da mistura de uma série de elementos do mesmerismo e do espiritismo. Entretanto, os doutores Ribeiro de Barros e Manoel Gordilho afirmavam que para realizar suas curas Faustino só precisava “tão somente tocar ou comprimir com as mãos as regiões ou pontos afetados” e que para isso Faustino ignorava “os rudimentos da ciência médica, nomes de moléstias e suas causas gerais.”<sup>188</sup> No discurso jornalístico e médico, Faustino aparecia enquanto um sujeito que atrapalhava o que se concebia, à época, como projeto modernizador. Entretanto, há outros elementos a se pensar no processo curativo empregado por Faustino Ribeiro.

Mesmo negando que seus poderes curativos adviessem do espiritismo, Faustino foi assim enquadrado pelos seus algozes. Segundo Célia Arribas, os espíritas constringidos pelas mudanças legais que ocorreram com a transição da Monarquia para a República, foram perseguidos e enquadrados como perturbadores da recém-desenvolvida noção de Saúde Pública, dado que alguns deles arrogavam o direito de curar os males físicos e “espirituais” através da manipulação de “passes magnéticos”.<sup>189</sup>

O “passe” é uma importante chave para entendermos o processo curativo de Faustino, para além das leituras que fizeram os periódicos e os médicos do período. A

<sup>187</sup> UM CURA médium curador. *Revista Espírita*: jornal de estudos psicológicos. FEB, abr. 1869. p. 164-165.

<sup>188</sup> RELATÓRIO. O processo de cura do Professor Faustino. *Diário de Notícias*. 17 ago. 1903. p. 1.

<sup>189</sup> ARRIBAS, Célia. *Op. Cit.*, p. 328.

perspectiva curativa foi o motor do espiritismo do Brasil. Segundo Célia Arribas, isso aconteceu pelo fato de “muitos dos primeiros espíritas terem sido médicos”. A promoção da cura, “além de ser vista como forma de se praticar a caridade”, fazia parte dos princípios da doutrina espírita.<sup>190</sup> Tais curas eram baseadas no magnetismo, da qual o espiritismo, mais especificamente o Kardecista, adotou a categoria “fluido” para explicar a manipulação de elementos pelos espíritos e os mecanismos do “passe magnético”.<sup>191</sup>

O fluido, na concepção da *Revista Espírita*, era o “nada” e o “tudo não analisável”, que possibilitava a comunicação entre o mundo espiritual e o material. Ademais, era o que mantinha o corpo físico em harmonia. Nessa vertente, o fluido era a própria vida; era “o movimento, a energia, a coragem, o progresso; é o bem e o mal.” Tinha uma característica dupla, apresentando-se de forma “latente” e “circular”. O primeiro todos o possuíam, mesmo que sem consciência. O segundo estava em “perpétua ação e em constante ebulição nas organizações nervosas”.<sup>192</sup>

A concepção de saúde no espiritismo Kardecista prevê, segundo Beatriz Weber, o funcionamento e a interação entre espírito, perispírito e matéria, composto que constitui todos os seres humanos. Assim, as pessoas teriam além do corpo material e do espiritual, o perispírito – um corpo sutil, invisível à visão humana. Tal substância vaporosa é responsável pela ligação entre a matéria e o espírito. O desequilíbrio corporal, quer físico ou espiritual, advindo de “comportamentos inadequados desta vida atual ou de vidas passadas”<sup>193</sup>, poderia provocar os mais diversos males: físicos, emocionais ou mentais. Em outras palavras, a “concepção de que a saúde é resultado da estabilidade do composto espírito-perispírito-matéria, o desequilíbrio entre os diversos corpos do homem, gerado na situação de acordo com o estágio evolutivo do espírito, provocaria as doenças.”<sup>194</sup>

A união de dois elementos, o espiritual e o material, aconteceria através da combinação do “fluido perispiritual” e pelo “fluído vital”. Dessa mistura nasceria um

---

<sup>190</sup> Ibid., p. 331.

<sup>191</sup> Ibid., p. 332.

<sup>192</sup> BONNEMÈRE, Eugène. “Extrato dos Manuscritos de um jovem médium bretão. Alucinados, inspirados, fluídicos e sonâmbulos”. *Revista Espírita: jornal de estudos psicológicos*. FEB, jun. 1869 p. 235-237.

<sup>193</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. “Medicina intuitiva, homeopatia e espiritismo na Revue Spirite – 1858-1869”. *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 6, n. 2, Cuiabá, 2013. p. 66.

<sup>194</sup> Ibid., p. 69.

“fluido misto que irradia em torno do corpo, como o demonstrariam os fenômenos magnéticos”. Beatriz Weber afirma que comparativamente com a perspectiva médica que se queria fazer científica na qual o medicamento tem que ser apropriado a doença do indivíduo, “o mesmo ocorreria na perspectiva do fluido curador como agente terapêutico, cujas qualidades variam conforme o temperamento físico e moral dos indivíduos que o transmitem, não havendo um único curador para todos os males.”<sup>195</sup>

De acordo com Arribas, na doutrina espírita os fluidos teriam duas funções, podendo ser bom ou mau. Nesses termos, os espíritas usando da capacidade que tinham de fazer os fluidos reagirem sobre o “organismo material” poderiam “experimentar uma impressão salutar” sendo capazes quando manipulam os fluidos positivamente e proporcionar o alívio às enfermidades.<sup>196</sup> Faustino, mesmo ignorando as origens de seu “poder curativo”, dialogava com essas prerrogativas do espiritismo. Pois o “passe”, isto é, a imposição das mãos sobre uma pessoa “com a intenção de aliviar dores e sofrimentos físicos ou espirituais, curá-la de algum mal, ou simplesmente fortalecê-la espiritualmente, nada mais era do que uma transmissão de bons fluidos.”<sup>197</sup> Em outras palavras, o “passe magnético” consistiria na manipulação dos fluidos benéficos pelos “magnetizadores” em benefício de outrem.

Mas há algumas distinções entre aqueles que usam o passe magnético. De acordo com Allan Kardec, havia uma diferença peculiar entre o “magnetizador” e o “médium curador”. Para ele o primeiro magnetizava com os fluidos corporais e o segundo com os fluidos “depurados dos Espíritos”. Os médiuns curadores davam seus passes a quem queriam e quando queriam. Além disso, investidos de “poderes” espirituais, poderiam recusá-lo e, por conseguinte, “tirar a faculdade [curativa] daquele que dela abusasse ou a desviasse de seu fim humanitário e criativo, para dele fazer comércio.”<sup>198</sup>

Os médiuns curadores, os que praticam, a medicina intuitiva, curariam pela ação fluídica. Eles – diferentemente dos “médiuns receitistas”, que prescrevem os mais variados remédios – têm o poder curativo no “fluido depurado”. O poder curativo é produto de uma habilidade especial inerente dos médiuns, mas só acontecem com a

---

<sup>195</sup> Ibid., p. 70.

<sup>196</sup> ARRIBAS, Célia. *Op. Cit.*, p. 332.

<sup>197</sup> Ibid.

<sup>198</sup> KARDEC, Allan. “Médiuns curadores”. *Revista Espírita: jornal de estudos psicológicos*. FEB, 1864. p. 24.



anuência dos espíritos. Beatriz Weber levanta uma explicação para isso. Para a autora, “a ação fluídica dá sensibilidade ao órgão com problema, fazendo dissolver e desaparecer o obstáculo ao movimento e à percepção, cicatrizando uma ferida, por exemplo, tornando-se o fluído um agente terapêutico.” Em tal ação curativa, não ocorre uma reação química como a que acontece após a ingestão de medicamentos. Ela “varia segundo as propriedades que recebe das qualidades do fluído pessoal do médium, resultando em ação diferente, de acordo com as propriedades especiais e conforme a natureza da desordem orgânica.”<sup>199</sup> Mesmo afirmando que seus poderes eram fruto da força do “divino Pai”, uma forma de se aproximar do cristianismo, Faustino poderia estar curando através dessas e outras influências.

No cenário brasileiro, onde Faustino estava inserido, múltiplas correntes de pensamento invadiam a “intelectualidade nacional”. Caracterizavam-se, mais especificamente, numa vertente “cientificista”, baseada no positivismo, evolucionismo e darwinismo social; uma “liberal”, relacionada ao princípio da liberdade humana e do abolicionismo e republicanismo; e, por fim, uma “conservadora”, baseada, fundamentalmente, no pensamento católico.<sup>200</sup> Nesse contexto, como o espiritismo se tratava de uma doutrina de “tríplice face”, qual seja, científica-filosófica-religiosa, foi apropriada e reelaborada de maneiras distintas, por cada uma daquelas correntes de pensamento, atendendo seus interesses e demandas. De acordo com Celia Arribas, foi isso que aconteceu no início. Pois, os “diversos grupos espíritas tentaram enfatizar cada qual uma das três possíveis vertentes, ora pendendo para o lado religioso, ora para o filosófico, ora para o científico.”<sup>201</sup>

Segundo Giumbelli, diante de tal diversidade, era urgente que os espíritas se unissem para garantir legitimidade no Brasil. Dentre as tentativas de unificação, uma associação que se consolidou foi a Federação Espírita Brasileira, em 1884.<sup>202</sup> A FEB, cuja orientação religiosa prevaleceu, tinha por fim “(1) regular as ideias espíritas, (2) representar todos os grupos, e (3) ser a instituição oficial de divulgação do Espiritismo.”

---

<sup>199</sup> WEBER, Beatriz Teixeira. *Op. Cit.*, p. 71.

<sup>200</sup> GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.*, p. 60-61.

<sup>201</sup> ARRIBBAS, Célia. *Op. Cit.*, p. 325.

<sup>202</sup> GIUMBELLI. *Op. Cit.*

Foi a Federação que processualmente pavimentou os caminhos para legitimar o que “era ou deveria ser Espiritismo”<sup>203</sup>, sobretudo diante da controversa legislação republicana.

Com a passagem da Monarquia à República, o caráter religioso do espiritismo se acentuou. Do catolicismo, como religião oficial no Império, para o laicismo republicano. Essa mudança criou as condições legais para a liberdade religiosa. Segundo Arribas, esse novo quadro fez com que a FEB enfatizasse ainda mais os aspectos religiosos e morais da doutrina, por causa de três motivos:

primeiro porque [...] o grupo dos religiosos encabeçava o movimento espírita, vindo a presidir durante muito tempo a FEB, imprimindo-lhe uma diretriz voltada à faceta religiosa; segundo, porque agora o Espiritismo poderia existir legalmente enquanto religião em um país que permitia oficialmente a liberdade de culto; e terceiro, porque era necessário defender o Espiritismo de um de seus maiores inimigos, que por incrível que pareça, não foi somente encarnado pela Igreja Católica: foi também o Código Penal Brasileiro de 1890, uma vez que nele estavam previstas punições à prática do Espiritismo.<sup>204</sup>

Muito embora Faustino negasse o espiritismo enquanto doutrina que orientava sua prática curativa, não se afastava, de um princípio religioso para a imposição das mãos. Isso porque, mesmo negando, afirmava que sua cura era concedida através dos poderes do “divino Pai”. É possível que Faustino tenha lançado mão das estratégias da FEB para se proteger das acusações e dos processos que sofreu em Salvador.

#### **2.4 – *Faustino Ribeiro*: solidariedade e caridade no Espiritismo.**

Além dessa tática, Faustino buscou se proteger fortalecendo sua rede de solidariedade enquanto caminhava por cidades como Alagoinhas e Catu. Apesar de não termos encontrado vestígios sobre espíritas em Alagoinhas, alguns alagoinhenses ilustrados foram bastante receptivos a Faustino, o que reforça nosso argumento sobre sua peregrinação ao interior para robustecer sua rede de influências. Nesses termos, é possível inferir que o professor seguia pelo interior não em busca da realização caridade pura e simplesmente. Mas usando dela como uma ferramenta para ampliar seus laços.

Enquanto estive em Alagoinhas<sup>205</sup>, por 3 dias, Faustino realizou algumas curas

<sup>203</sup> ARRIBAS, Célia. *Op. Cit.*, p. 327.

<sup>204</sup> *Ibid.*

<sup>205</sup> A ocupação do território se deu através da fundação de uma capela, numa região pouco abaixo de

como aponta o periódico *O Popular*, que circulava na cidade.<sup>206</sup> De acordo com o *Diário de Notícias*, transcrevendo o texto de *O Popular* de Alagoinhas, na edição de 30 de outubro, muitas pessoas ilustres “fizeram declarações peremptórias relativamente às curas ali realizadas pelo professor Faustino.” As declarações seriam as seguintes:

O REVM. DR. PADRE PEDRO DE ALCANTARA GOMES GUIMARÃES, distinto vigário da paróquia, declarou – “saber casos de pessoas curadas e de outras que obtiveram alívio, sendo ele uma delas, o que, todavia, não importa uma cura completa.”

O DR. GARCIA DIAS DE AVILA PIRES, Ilustre promotor público da comarca, declarou: - “Ouvi que diversas pessoas tinham obtido ótimo resultado, não só nesta cidade como em Periperi, com as visitas ao professor Faustino; entre elas, poderei citar uma senhora, que sofria de nefrite e outra do estomago. Ouvi, também, que no arraial de Periperi ele efetuara diversas curas de paralisia.”

O SR. VICTOR FARANO, conceituado cavalheiro, declarou: “Com as aplicações do professor Faustino Ribeiro Junior, eu mesmo me acho melhorado do estomago e da enxaqueca, que, constantemente me molestava, e de outras pessoas tenho também ouvido acharem-se satisfeitas.”

O SR. BRASILINO MACHADO VIEGAS, ilustrado professor e escritor emérito, atestou: - “Sei de visu? [sic] que numerosas pessoas concorreram ao curativo do ilustre professor Faustino Ribeiro Junior, e que muitas se confessaram curadas, ou melhoradas de suas moléstias. Sei de um digno profissional, incapaz de ser iludido, por ser proficiente na ciência médica, o qual sentiu grande alívio depois das aplicações do dito professor. Sei também que minha filha (até hoje) está restabelecida.”

O SR. FELISBERTO GONÇALVES COSTA, conceituado proprietário em Alagoinhas, declarou: “De seis pessoas de minha família que se trataram com o sr. Professor Faustino, apenas uma não acusou melhoras, podendo eu garantir, pelo tratamento meu e de

---

Inhambupe. A partir da capela o arraial tornou-se próspero até atingir a condição de freguesia, o que progressivamente forneceu os subsídios para a construção de uma malha urbana nos termos do século XIX. Em 1852, foi elevada a categoria de freguesia e trinta e seis anos depois, tornou-se território autônomo. Antes da elevação ao nível de cidade, a vila foi inserida na rota da Ferrovia Calçada-São Francisco. Primeiro porque o povoado localizava-se no caminho das estradas de boiada, e era considerada uma área estratégica que encurtava as distâncias entre a Bahia e Juazeiro. Segundo Keite Lima, esses fatores juntamente com a riqueza econômica advinda da criação do gado, do cultivo do tabaco e açúcar, possibilitou a Alagoinhas fazer parte da “Era ferroviária” do século XIX. A partir dos trilhos, construído com a força de trabalho de imigrantes, brasileiros e escravos africanos, Alagoinhas ampliou seu comércio e se urbanizou a partir do estreitamento da distância em relação a Salvador, o que deu outra dinâmica a cidade. Sobre a história da cidade de Alagoinhas ver: LIMA, K. S. N. De vila à cidade: os impactos de uma ferrovia. Em: Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929). 2010. 148f. *Dissertação* (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2010; SANTOS, Robério. *Tudo pelo trabalho livre!* Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909). Salvador: EdUfba, 2011.

<sup>206</sup> Os arquivos do interior muito deteriorados não nos dão suporte a responder algumas questões sobre a passagem de Faustino pelas localidades. Por muito tempo, Alagoinhas não teve um arquivo organizado. Atualmente, a Fundação Iraci Gama tem sob sua posse uma série de documentos sobre a história da cidade. Entretanto, não foi possível encontrar exemplares de *O Popular* veículo em que Faustino pode ter sido noticiado. As notícias sobre Faustino em *O Popular* tivemos acesso pois elas foram transcritas deste periódico para o *Diário de Notícias*.

minha senhora, que obtivemos resultados miraculosos; além disto sei de outras pessoas que sentiram grande alívio com o tratamento”

O SR. THIAGO JOSÉ DOS SANTOS, honrado cavaleiro, declarou: “Posso afirmar ter ele feito algumas curas que conheço, umas por atestarem-nas os próprios enfermos e outras por ter visto o estado dos doentes antes das aplicações do Professor; assim, o sr. Felisberto Gonçalves da Costa, uma filha do Professor Brazilino, D. Alvina Portátil e quatro pessoas da fazenda do sr. Felisberto se dizem curados. O meu trabalhador de nome Julião, que era aleijado de um quarto e andava mal, com muletas, esta completamente bom, bem como d. Martha de tal, que sofria de contínuos ataques asmáticos.”

O SR. AVELINO CARDOSO VARJÃO, conceituado negociante, declarou: - “Desejava, mesmo dar um testemunho público da minha gratidão ao sr. Professor Faustino Ribeiro Junior. Sofrendo há dois anos de reumatismo sífilítico, com cinco (5) aplicações apenas fiquei curado de tão apoquentadora moléstia: de maneira que não posso deixar de ser muito agradecido ao referido Professor.”<sup>207</sup>

Exatamente sete declarações de pessoas “distintas” e de “prestígio” da cidade de Alagoinhas. O padre, o promotor, um professor renomado, proprietários e negociantes. Tais declarações enfatizam a eficiência do processo curativo de Faustino Ribeiro Junior. Ademais, ressaltam na maioria das vezes que conhecem mais alguém que foi curado ou restabelecido pelo afamado curador. O modelo das declarações segue, portanto, um padrão que enseja uma lógica clientelística onde o discurso enfatiza a simpatia dos declaradores, em favor de Faustino, cuja perspectiva é reiterar seu “poder curativo”.

As declarações se iniciam pelas falas do promotor e do padre. Ao que parece, Faustino buscava dar legitimidade religiosa e jurídica ao seu discurso, tanto na capital quanto no interior, e reafirmar seu processo curativo diante da Inspeção de Higiene na capital, já que o texto do periódico *O Popular* foi transcrito nas páginas do *Diário de Notícias*, em Salvador. O primeiro elemento a ser abordado diz respeito a relação que, possivelmente, Faustino desenvolveu com o promotor Garcia Dias de Ávila Pires (1875-1961)<sup>208</sup>, talvez não tão intensa quanto a que desenvolveu com o juiz o Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho em Salvador, que se negou a acompanhar seu caso, por conta da amizade que nutria por Faustino, como apontamos no capítulo anterior. O segundo ponto importante a se levantar é a aproximação do discurso católico do padre Pedro de Alcântara Gomes Guimarães, pelo menos indiretamente, com as práticas curativas de Faustino.

<sup>207</sup> PROFESSOR Faustino – *O Popular*. *Diário de Notícias*. Salvador, 11 nov. 1903. p. 5.

<sup>208</sup> Descendente de Garcia D’Ávila; posteriormente Ministro do Supremo Tribunal Militar.

Essa relação significa dizer que o Padre Alcantara Guimarães acreditava nas curas realizadas por Faustino. Talvez por Faustino negar que sua prática curativa fosse espírita e executadas com a força do “divino pai”, o padre informasse em nota “saber casos de pessoas curadas e de outras que obtiveram alívio”<sup>209</sup>. Talvez por uma característica desenvolvida por um padre que tinha que lidar com o universo da crença diariamente. O fato é que, em outras palavras, o professor lançou mão de outros instrumentos que não estavam restritos a capital para se legitimar, enquanto curador. Entretanto, essa articulação entre o interior e a capital desagradou algumas pessoas da sociedade soteropolitana.

Tais instrumentos tinham a ver com a influência de pessoas relevantes em outras localidades para além de Salvador. Ou seja, o professor buscou ampliar e fortalecer sua rede de relacionamentos, o que fez com que ganhasse respaldo entre pessoas influentes em Alagoinhas. Elas podem ser vistas na lista de nomes que declararam ser curados ou conhecer alguém que foi curado pelo “doutor bota-mão”. Para enfatizar e dar legitimidade ao discurso, o Professor Brazilino Viegas disse conhecer “um digno profissional, incapaz de ser iludido, por ser proficiente na ciência médica, o qual sentiu grande alívio depois das aplicações do dito professor.”<sup>210</sup> O objetivo da fala de Faustino é conferir legitimidade científica à prática curativa de Faustino. Ainda com esse fim, a matéria é finalizada com uma observação em letras garrafais: “Estas declarações foram provocadas pelo ilustre médico dr. Américo Barreira, redator de O Popular, num rigoroso inquérito, a que procedeu, no intuito de verificar a verdade sobre as curas”.<sup>211</sup>

Outra característica importante das pessoas que recepcionaram Faustino nas cidades por onde passou era a familiaridade que elas tinham com o Espiritismo. Muito embora o professor não fosse espírita declarado, as características e influências de sua prática curativa podem ter contribuído para que Anna Ribeiro de Araujo Góes

---

<sup>209</sup> PROFESSOR Faustino – O Popular. *Diário de Notícias*. Salvador, 11 nov. 1903. p. 5.

<sup>210</sup> Ibid.

<sup>211</sup> Ibid.; Américo Barreira foi um cearense, jornalista e médico que chegou em Alagoinhas no ano de 1898. O médico foi encarregado pelo Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública do Estado da Bahia, Sátiro de Oliveira Dias (1844-1913), para dar assistência em Alagoinhas, aos prisioneiros adoecidos ou feridos da atmosfera mortífera e sangrenta de Canudos. Américo Barreira liderava uma equipe de cinco médicos e tinha como função acompanhar os casos de epidemias que grassavam a cidade desde a década de 1870. Ademais, deveria verificar casos novos de epidemias, desinfecções, tratamento hospitalar e em domicílio. LIMA, K. S. N. *Op. Cit.*; ARAS, Lina Maria Brandão de; PINHEIRO, Alexander Magnus. “A Faculdade de Medicina da Bahia na Guerra de Canudos”. Em: CHAVES, Cleide de Lima (Org.). *História da saúde e das doenças no interior da Bahia: séculos XIX e XX*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

Bittencourt (1843-1930) e seus familiares desejassem a presença do “doutor bota-mão”, na Vila do Catu, cidade localizada na malha ferroviária entre Alagoinhas e Salvador.

Segundo Marcelo Souza Oliveira, Anna Ribeiro foi uma ex-senhora de engenho que escrevia com o objetivo de “orientar” suas jovens patrícias com um discurso moralizador.<sup>212</sup> A historiografia recente sobre gênero relativiza a ideia de que Anna Ribeiro tivesse um “discurso moralizador”.<sup>213</sup> Considerando os modelos de sociabilidade da época e a região onde ela se encontrava, seus discursos não eram tão moralizadores assim. Para Maria Inês de Moraes Marreco, Anna Ribeiro não era passiva. Ela transitou dentro dos limites impostos pela sociedade vigente, aproveitando sua posição social para construir sua trajetória literária.<sup>214</sup> Uma parte da produção de Anna Ribeiro, aquela produzida entre os anos de 1901 e 1908 propôs “uma linha de interpretação acerca da experiência histórica dos membros da sua família ocorrida na Bahia no último quartel do século XIX.”<sup>215</sup> Entre seus escritos havia algumas memórias sobre a religião.

---

<sup>212</sup> OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro*. Salvador: EdUNEB, 2009, p. 6.

<sup>213</sup> Ver: LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005; MARRECO, Maria Inês de Moraes. *Anna Ribeiro de Góes Bittencourt: a atuação marcante de uma escritora oitocentista*. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

<sup>214</sup> MARRECO, M. I. M. *Anna Ribeiro de Góes Bittencourt: a atuação marcante de uma escritora oitocentista*. Em: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10. Anais eletrônicos., VI.10. Florianópolis, 2013. Disponível em: site.< <http://www.fazendogenero.ufsc.br/> >, p. 8.

<sup>215</sup> OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Op. Cit.*, 2009, p. 9.



**Ilustração 2: Anna Ribeiro em 1873. In: OLIVEIRA, Marcelo Souza.**  
*Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro.*  
 Salvador: EDUNEB, p. 38.

Anna Ribeiro era um tanto quanto desconfiada quanto sua religião – o catolicismo. Questionadora e, quem sabe até arredia. Só tinha dúvidas acerca da Eucaristia e do pecado original. Mas acreditava em Deus com certeza. Assim dizia a escritora: “não me escusava às práticas do culto, nem ostentava incredulidade; pelo contrário invejava a fé viva e ardente.”<sup>216</sup> Essa postura questionadora possibilitou Anna transitar e se instigar a descobrir mais sobre as religiões e sobre as coisas relacionadas a sua crença.

A escritora da Vila do Catu<sup>217</sup> curiosa por descobrir os meandros da religião, lançava-se a tudo que pudesse esclarecer suas dúvidas e curiosidades. Então, lançou-se

<sup>216</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Op. Cit.*, p. 238.

<sup>217</sup> Em 1796 a vila de Santana do Catu foi elevada ao nível de freguesia. No século seguinte, em 1863, a elite catuense se reuniria para demarcar os limites do território. Nesse período Santana do Catu, formava junto com mais quatro freguesias (São Gonçalo, Passé e Socorro, Monte) a Vila de São Francisco do Sergipe do Conde. Apenas três anos mais tarde, em 26 de junho de 1866, Santana do Catu ganhou o status de município. Nesse período ainda estava distante da Baía, mas isso logo mudaria com a chegada da linha férrea. O trecho da estrada de ferro que ligava a estação da Calçada em Salvador a Alagoinhas tinha na vila do Catu um dos seus pontos de parada. Como na cidade das “estradas de boiada”, Catu também teve sua economia dinamizada pela chegada da estrada de ferro. Ver: CATU BAHIA: inventário dos municípios brasileiros de 1969. Disponível em: < <http://cod.ibge.gov.br/1rmm> > . Acesso em: 2 set. 2014.

sobre o livro que causou uma “boa impressão” em seu “espírito”: *A psicologia fisiológica* de Chardel.<sup>218</sup> Essa obra foi fundamental para a autora ter contato com uma primeira leitura que possibilitou uma aproximação com o espiritismo, visto que era “inteiramente ignorada” na Bahia.<sup>219</sup> Segundo a autora, as teorias de Chardel a agradava, pois a “luz, elemento ativo que entra na composição de todos os corpos, a vida espiritualizada”, o que era denominado, de perispírito, “servindo de intermediário entre o mundo material e o espiritual, e as provas históricas disso [...] tudo calou em meu ânimo, reforçando as crenças já possuídas.”<sup>220</sup>

Anna Ribeiro teria a oportunidade de observar na prática o que havia aprendido com Chardel. Em 1899, chegou do Rio de Janeiro, uma senhora amiga de Ritinha Berenguer, sua prima.<sup>221</sup> No Rio, o espiritismo ganhava muito espaço diante da organização e consolidações de muitos grupos como a Federação Espírita Brasileira, entre outras. Anna Ribeiro estava ciente disso. A escritora acreditava que no Rio, “estavam muito em voga as sessões espíritas, ao passo que, na Bahia, ainda que houvesse, eram feitas com algumas reservas. Talvez os adeptos receassem incorrer na crítica dos espíritos práticos e positivos.”<sup>222</sup>

Elemento importante na fala da escritora é seu comentário sobre o possível receio que os adeptos do espiritismo tinham na Bahia. É possível creditar essa reflexão da autora, sobretudo ao cenário de intensa repressão aos candomblés que colocavam todas as práticas religiosas que ensaiassem mexer ou instigar a credulidade pública no mesmo rol das práticas africanizadas. Outro fator importante são as interpretações feitas acerca do Código Penal e da Constituição, como apontamos no capítulo anterior. Mas não foi essa a reação de Faustino Ribeiro Junior.

No trabalho em questão está presente um silêncio de Anna Ribeiro acerca das religiões africanas, enquanto elenca o catolicismo e o espiritismo enquanto religiões civilizadas, mesmo com as suspeitas do pai de Ritinha Berenguer, o desembargador Julio Berenguer, de que a religião dos espíritos “levava muita gente a loucura.”<sup>223</sup> A explicação para essa seletividade, estaria, por um lado, sobretudo, nas origens do

---

<sup>218</sup> Não encontramos referência à obra referida na Biblioteca Nacional.

<sup>219</sup> BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Op. Cit.*, p. 240.

<sup>220</sup> *Ibid.*, p. 240-241.

<sup>221</sup> *Ibid.*, p. 249.

<sup>222</sup> *Ibid.*, p. 249.

<sup>223</sup> *Ibid.*



espiritismo, enquanto uma religião europeia com grande penetração nos ciclos intelectuais e das elites brasileiras, com caráter científico e filosófico. Por outro lado, porque as religiões africanas eram relegadas ao *status* de “inferiores” e “incivilizadas”. Talvez por isso, Faustino tenha sido tão bem recebido em Catu, tanto por Anna Ribeiro, quanto por seu marido, o médico e ex-senhor de escravos, Sócrates Bittencourt.

Como *Longos serões dos campos* se trata de uma obra memorialística, os anos citados pela autora podem não ser exatos, pois as memórias sofrem flutuações ao longo do tempo. Entretanto, é bem provável que os dizeres sobre o espiritismo de Anna Ribeiro e até mesmo as leituras de “alguns trechos da obra de Allan Kardec”<sup>224</sup> tenham coincidido com a passagem de Faustino por Salvador e, mais especificamente, por Catu. A própria escritora nos mostra alguns indícios para pensarmos essa relação. Mesmo tendo contatos incipientes com a doutrina Espírita, Anna continuava inquieta sobre algumas questões acerca da religiosidade e tinha muitas dúvidas, naquele momento, sobre a temática, principalmente sobre a reencarnação da alma. Materializou em suas memórias a seguinte questão: “Se os espíritos reencarnam, como é que todos, até os falecidos há muitos anos, atendiam ao nosso apelo?”<sup>225</sup> É bem provável que a resposta tenha vindo de Faustino. Segundo Anna,

Conversando com um cavalheiro de minhas relações, que soube ser espírita, homem inteligente e instruído, apresentei-lhe minhas dúvidas sobre a reencarnação. Disse-me que isto era uma das bases da doutrina espírita e que as almas levavam daqui todos os seus defeitos, dos quais se iam purificando pelo conhecimento da verdade; que o melhor era estudar eu a religião em seus fundamentos, para o que ofereceu-me livros.<sup>226</sup>

Elencamos essa hipótese pelo fato de os acontecimentos narrados se passarem entre os anos de 1899, data da chegada de Ritinha Berenguer e sua amiga e a morte em 1907 do dr. Sócrates Bittencourt, marido de Anna, evento que marcou a mudança da escritora para Salvador, para morar com seu filho Pedro Ribeiro. Assim, é bem provável que o “cavalheiro” das relações de Anna, o qual soubera ser espírita, pudesse ser Faustino, visto que na Bahia, como apontara a autora, o espiritismo era praticado com “algumas reservas.” Ademais, não existiam centros ou grupos espíritas na cidade, já que as críticas eram severas e sofriam com os dilemas e revezes das leis.

---

<sup>224</sup> Ibid.

<sup>225</sup> Ibid., p. 249.

<sup>226</sup> Ibid., p. 250.

O espiritismo chegou à Bahia através das relações estabelecidas por Luís Olímpio Telles de Menezes (1828-1893), com o *Courrier du Brésil*, no Rio de Janeiro e com suas relações de amizade com franceses, no momento em que o espiritismo se consolidava na Europa durante a década de 1860. Nesse ínterim fundou o periódico de circulação efêmera, *Echo d'Além-Túmulo*, que serviu para difundir a leitura de espiritismo kardecista no Bahia e no Brasil, tendo circulação internacional.<sup>227</sup> Logo, Telles de Menezes, involuntariamente, estaria confrontando a Igreja Católica, mesmo que o espiritismo e os espíritas da década de 1860 ainda não tivessem sido definidos enquanto religião, não obstante alguns encararem-na como um melhoramento do catolicismo.<sup>228</sup>

Mesmo com a ofensiva da Igreja Católica – sobretudo por causa das “manifestações dos espíritos”, praticada pelos negros e tolerada pela Igreja que a via como um escape à tensão do cativo, ameaçava invadir as camadas mais altas da sociedade – não havia a intenção dos espíritas em negar sua religião católica, como o próprio Telles de Menezes, e ataca-la diretamente. Isso porque Telles reivindicava a condição de católico, segundo Arribas, afirmando que, como o espiritismo e o catolicismo faziam parte da mesma Igreja de Jesus Cristo, era possível encará-lo como o “tradutor fiel” das doutrinas do Evangelho.<sup>229</sup> Talvez essa concepção explique a curiosidade de Anna Ribeiro em relação ao espiritismo apresentado pela amiga de Ritinha Berenguer e pelo fascínio pelo cavalheiro de suas relações que sugerimos ser Faustino Ribeiro Junior.

Quando Faustino desceu em Catu, vindo de Alagoinhas, hospedou-se “no vasto estabelecimento da câmara municipal”, que oferecia cômodo para o grande número de pessoas que diariamente recorria ao professor na vila.<sup>230</sup> Dentre as curas mais importantes que ali realizou destacam-se a de “um louco furioso, preso na cadeia de Catu, o qual ficou radicalmente curado.” Segundo o articulista, o caso foi testemunhado pelas seguintes figuras: o barão de São Miguel; o doutor Sócrates<sup>231</sup>, delegado de

<sup>227</sup> ARRIBAS, Célia da Graça. Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. 2008. 226f. Tese (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2008.

<sup>228</sup> Sobre essa questão ver ARRIBAS, Celia da Graça. *Op. Cit.*

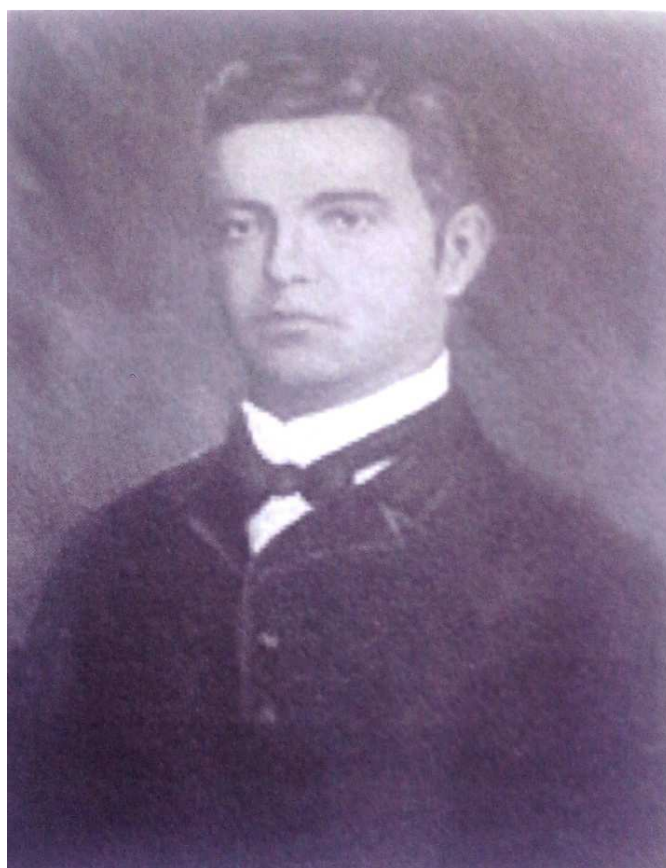
<sup>229</sup> ARRIBAS, Célia da Graça. *Op. Cit.*, p. 52

<sup>230</sup> O PROFESSOR Faustino na vila do Catu. *Jornal de Notícias*. Salvador, 1 out. 1903. p. 1.

<sup>231</sup> Sócrates D'Áraujo Bittencourt, doutorou-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1868 defendendo uma tese sobre a gangrena; TESES doutorais da FAMEB: 1840-1928. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 4, n. 1. Salvador, 2004. p. 19.

higiene e pelo reverendo Padre Cupertino. Além dessa, outra cura “milagrosa” foi operada na cidade, qual seja, a de uma “paralítica que não andava há seis meses, além de outros casos de menor importância.”<sup>232</sup>

É importante ressaltar, também, a relação que se estabelece entre Faustino Ribeiro Junior e religiosos católicos, como o Padre Cupertino. José Cupertino de Araújo Lima, nasceu na localidade que hoje compreende o município de Serrinha em 1858, filho do capitão José Joaquim de Araújo e de Antonia Clementina Moreira Pinto. Padre Cupertino estudou no Ateneu Baiano e ordenou-se no Seminário Grande, em 1883. Foi reitor nomeado da Casa Pia e Asilo dos Órfãos de São Joaquim. Além disso, teve carreira política, sendo deputado provincial eleito, entre 1866 e 1887, e reeleito em 1888. Foi vigário da Paróquia de Catu e depois seu intendente municipal, de 1904 a 1908.<sup>233</sup>



**Ilustração 3: Revista anual de genealogia, heráldica e história.  
*Revista do Instituto Genealógico da Bahia,*  
n. 22. Salvador: IGH, 2005. p. 338.**

---

<sup>232</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 9 out. 1903. p. 1.

<sup>233</sup> REVISTA anual de genealogia, heráldica e história. *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, n. 22. Salvador: IGH, 2005. p. 338-339.

O perfil de quem compunha a elite da época, certamente, atraiu Faustino à cidade, com possíveis objetivos de fortalecer sua rede de solidariedade. Mas o que nos chama a atenção, tanto na relação com o reverendo de Alagoinhas, o padre Pedro de Alcantara Gomes Guimarães, como apontamos linhas atrás, quanto com o padre Cupertino é o fato de religiosos católicos “atestarem” as curas de Faustino.

Os espíritas formavam um grupo bastante heterogêneo e contava com a participação desde “anticatólicos de tendência mais científica até com outros mais próximos de uma leitura religiosa catolicizante da doutrina espírita, conformando-se uma tensão recorrente no espiritismo posterior, especialmente a partir da fundação da Federação Espírita Brasileira, em 1884.”<sup>234</sup>

Já sabemos que Faustino negava ser espírita. Sugerimos também que tenha sido uma tática do curandeiro para driblar as possíveis leituras ora pendente ao Código Penal, ora à Constituição. Mas um questionamento é válido nessa relação entre Faustino e Padre Cupertino: o que aproximava um “curandeiro” perseguido em Salvador a um padre do interior baiano? Primeiro, é possível que o Padre e todas as pessoas influentes em Catu acreditassem que Faustino curava através da influência do “divino Pai”, mesmo sabendo dos embates entre o curador e Inspeção de Higiene e a Justiça em Salvador. A outra hipótese é que talvez Cupertino compartilhasse das ideias de Ana Ribeiro, e, portanto, dava créditos às curas de Faustino Ribeiro.

Mas para as duas hipóteses levantadas, Célia Arribas aponta uma assertiva que as explicam. Para a perspectiva catoliscizante do espiritismo reside nos primeiros trabalhos de difusão do espiritismo no Brasil, com Telles de Menezes, que defendiam o espiritismo apenas como uma correção necessária aos dogmas católicos e não como uma religião sistematizada, como apontamos acima.<sup>235</sup>

Retomemos a negativa de Faustino: dentro dessa prática curativa de “imposição das mãos” o elemento da espiritualidade poderia estar camuflado como uma forma de se proteger do aparato policial e da Inspeção de Higiene que trabalhavam em conjunto, visto que a Constituição tinha dispositivos que vetavam a prática espírita desde o

---

<sup>234</sup> LEWGOY, Bernardo. “A transnacionalização do Espiritismo Kardecista brasileiro: uma discussão inicial.” *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1. 2008. p. 87.

<sup>235</sup> ARRIBAS, C. G.. *Op. Cit.*, p. 52.

Código Penal de 1890;<sup>236</sup> ou realmente Faustino poderia estar ignorando ou negando as práticas espíritas, por não fazer parte de sua tradição religiosa.

Alguns anos mais tarde ele nos daria os indícios necessários para compreendermos sua posição. A primeira hipótese é mais claramente plausível, para o momento em que ele esteve na Bahia. Em 1908, portanto, o curador havia mudado sua postura em relação a sua concepção religiosa. Naquele momento passou a negar o espiritismo como uma prática que se vinculasse ao “Evangelho”, talvez pelos diversos entraves e embates que sofreu em sua trajetória como curador entre 1901 e 1906. Segundo o “mago fausto”,

depois de sofrermos as consequências da senda errada que trilhamos, pois durante esse tempo tudo nos correu mal na vida; vivemos num constate desassossego, saindo tudo ao contrário dos nossos desejos, acumulando-se sobre nossa cabeça toda sorte de sofrimentos, antepondo-se aos nossos passos toda sorte de obstáculos, sem paz de coração, sem tranquilidade de consciência; depois dessa experiência dolorosa em que vivemos, talvez, sob o domínio dos tais espíritos que muito habilmente conseguiram perturbar e adormecer o dom que, em graça, nos foi dado de nascimento, fizemos um estudo apurado e consciencioso e chegamos a conclusões mais exatas.<sup>237</sup>

O sofrimento alegado por Faustino pode dizer respeito aos diversos embates que teve dentro dos Estados por onde passou: São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Pará. Sua trajetória enquanto curandeiro foi bastante conflituosa. Naquele momento, muito embora negasse o espiritismo enquanto uma doutrina evangélica, não negava seus fenômenos. Em outras palavras, não negava seus dons de cura. Para ele “a condenação da doutrina [espírita] está na própria fenomenalidade, cujos agentes ocultos não podem ser, absolutamente, as boas almas.” E prossegue: “não fossem reais os fenômenos, a doutrina não passaria de uma inocente diversão; mas, por serem reais, ela vem afetar os nossos destinos imortais, a vida eterna.”<sup>238</sup>

Além das “curas maravilhosas” Faustino fez doações para a Associação Pia São Vicente de Paula entre outros feitos, como o de oferecer “uma imagem de Sagrado

---

<sup>236</sup> Sobre a relação do Espiritismo com o aparato jurídico-policial ver: GIUMBELLI, Emerson. *Op. Cit.* Para Giumbelli o espiritismo é uma produção histórica. Em outras palavras, a concepção de que espiritismo é religião seria efeito de uma conjunção peculiar, de um encontro de diferentes estratégias discursivas desenvolvidas por sujeitos variados. Nesse processo, atuaram de maneiras também diferenciadas as instituições médicas, jurídicas, os meios de comunicação, os agentes religiosos espíritas, católicos e outros, além das forças policiais.

<sup>237</sup> RIBEIRO JUNIOR, Faustino; SCHUTEL, Cairbar. *Espiritismo e Protestantismo: em face dos evangelhos e da ciência.* São Paulo: [...], 1908, p. 7.

<sup>238</sup> *Ibid.*

Coração de Jesus à respectiva irmandade.”<sup>239</sup> Segundo uma publicação do *Jornal de Notícias* assinada por “os catuenses”,

O professor Faustino é um cavalheiro de fino trato, e nos tem penhorado com suas maneiras delicadas, mostrando-se completamente desinteressado.

Ele tem despendido quantia não pequena com esmolas aos pobres, e à irmandade São Vicente de Paula desta vila, que tão bons serviços presta aos desvalidos, sua senhoria ofereceu duzentos mil réis. Nós vimos, em nome dos infelizes desta terra, agradecer-lhe, de público, tão valiosa oferta que ficou constando da ata da sessão daquele dia.<sup>240</sup>

A caridade no espiritismo tem duas vertentes: material e moral. A primeira corresponde aquilo que se manifesta no mundo físico, devendo ser praticada com desapego e amor. O desapego consiste em não aguardar prestígio ou retorno pela ação caridosa. Já o amor manifesta-se na forma como a caridade é feita, na perspectiva de ser uma atitude concretizada com real desejo de auxiliar. Essa é a “caridade do coração verdadeiramente espírita, não interessando o processo, a maneira de fazer e as distinções sutis.” Os espíritas devem sondar as “dores ocultas, vergonhosas” dos que sofrem a praticar a caridade.<sup>241</sup>

A perspectiva moral da caridade é explicada a partir da “benevolência” com todos, da “indulgência” com as imperfeições alheias e o “perdão” dos insultos. Ela seria, portanto, a maior das virtudes. De acordo com a *Revista Espírita*, todos podem praticar a *caridade moral*, pois “*nada custa*, materialmente falando, porém, que é a mais difícil de exercer-se.”<sup>242</sup> Nas linhas da *Revista* a benevolência moral consiste na tolerância entre as “criaturas”. Prescreve ainda: “sede, pois, caridosos, porque avançareis mais no bom caminho; sede humanos e suportai-vos uns aos outros. Grande mérito há [...] em um homem saber calar-se, deixando fale outro mais tolo do que ele.”<sup>243</sup>

A benevolência é um “dom” dos espíritas. Faustino parecia coadunar as duas características virtuosas dela. O material, quando ajudou a Casa Pia presidida pelo Padre Cupertino e na ajuda prestada aos desvalidos, quanto a moral, mesmo que sua “benevolência” e “perdão” estivessem pouco ressaltados já que estava no meio de uma

<sup>239</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 9 out. 1903. p. 1.

<sup>240</sup> PROFESSOR Faustino na Vila do Catu. *Jornal de Notícias*. Salvador, 1 out. 1903. p. 1.

<sup>241</sup> A CARIDADE. *Revista Espírita*: jornal de estudos psicológicos. FEB, nov. 1869. p. 434.

<sup>242</sup> A CARIDADE material e a caridade moral. *Revista Espírita*: jornal de estudos psicológicos. FEB, jan. 1860. p. 479. [Grifos da fonte.]

<sup>243</sup> *Ibid.*, p. 479.

querela jurídica na qual atuava com uma retórica cavalheiresca, mesmo que em tons de ataque, como apontamos no capítulo anterior.

Tendo a família Araújo Góes alguma afinidade com o espiritismo e com a notória ausência de donativos de Faustino em outras cidades por onde passou, o que não consta em nossas fontes... é possível que Faustino tenha se adaptado a um espaço fértil para suas práticas, diferente do que aconteceu em Alagoinhas, e feito caridades que além de mostrar sua simpatia a família poderosa na cidade, através de preceitos espíritas, que dizia não praticar, dava credibilidade a sua figura cavalheiresca, “de fino trato”, “maneiras delicadas” e “desinteressado”. É bem provável que este agradecimento assinado em nome dos catuenses tenha sido produzido pelos Góes Bittencourt.

Talvez seja possível inferir, a partir dessa relação, que Faustino tenha ficado bastante tempo na vila do Catu, isso porque, segundo apontamos, Faustino seguiu para Alagoinhas no dia 12 de setembro, permanecendo ali durante três dias. Dalí sairia sentido a Santana do Catu. Essa hipótese é bastante plausível se levarmos em conta que em 1 de outubro o *Jornal de Notícias*, no artigo de agradecimento assinado pelos catuenses, afirmava que “[a]cha-se entre nós o professor Faustino, no exercício de suas curas”.<sup>244</sup> Se considerarmos que o artigo pode ter sido enviado alguns dias antes do dia primeiro, e que nesse meio termo não surgiram matérias nos jornais da capital, a não ser estas de sua passagem por Catu, pode-se inferir que o professor ficou naquele município por volta de 15 e 20 dias.<sup>245</sup>

Somente no dia 9 de outubro Faustino voltou a aparecer nas páginas dos jornais da Capital. De maneira bem sutil, o dado reitera nossa argumentação do primeiro capítulo – que Faustino ocupava os espaços de publicidade dos jornais para situar o público leitor de suas andanças. Naquela sexta-feira, dia 9, o articulista do *Jornal de Notícias* afirmou que já “regressou a esta capital, da excursão que fizera a Alagoinhas e Catu, o Sr. professor Faustino Ribeiro Junior.”<sup>246</sup>

---

<sup>244</sup> O PROFESSOR Faustino na vila do Catu. *Jornal de Notícias*. Salvador, 1 out. 1903. p. 1.

<sup>245</sup> Faustino era noticiado constantemente nos periódicos da capital. Entretanto, entre os dias 12 de setembro e 9 de outubro houve um silêncio em relação ao professor, nos periódicos *Diário de Notícias*, *Diário da Bahia*, *Jornal de Notícias* e *Correio do Brasil*. A exceção ocorreu no dia 24 de setembro quando o promotor denunciou o professor e o jornal *A Bahia* publicou em suas páginas. *A Bahia*. Salvador, 24 out. 1903. p. 1.

<sup>246</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 9 out. 1903. p. 1.

Quando saiu de Catu, Faustino foi acompanhado até a estação central por “numerosas famílias”. Em sua viagem de retorno a Salvador, o coronel Velloso e sua família acompanharam até a estação de Camaçari e o barão de São Miguel até Salvador. No dia em que chegou, provavelmente no dia 8 de outubro, por volta das 9 horas da noite foi ter com o conselheiro Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt<sup>247</sup> da família Araujo Góes, e com o governador Severino Vieira<sup>248</sup>, visita que gerou comentários auspiciosos por parte de jornais como o *A Bahia e Correio do Brasil*. De acordo com o articulista do *Correio do Brasil*,

Professor Faustino, que entre nós apareceu a inculcar-se como panacéia universal, a curar todos os males com a simples imposição de suas mãos: foi aberto um consultório público, a concorrência de doentes de toda espécie era enorme e, - já que estamos a explicar fatos digamos a verdade por inteira - a repartição sanitária só viu o que a Bahia inteira já tinha, havia muito, visto quando para o fato chamou-lhe a atenção um considerado órgão da imprensa baiana. [...] Não contente com isso, o interessante professor seguiu em viagem pelo centro do Estado estabeleceu a sua tenda milagrosa em Periperi, em Alagoinhas e finalmente na vila do Catu. Nessa última localidade a coisa foi às claras; em gazeta dessa capital foi publicado um artiguete assinado - “Os catuenses” na qual se dizia que lá estava o professor “no exercício de suas curas”. [...] Por ventura a higiene limita-se aos domínios exclusivos desta cidade? Mas ainda não é só acaba o professor de chegar do centro, acha-se entre nós e, ainda não muitos dias, era publicada nos ineditoriais do nosso jornal uma relação das pretensas curas lá realizadas, acrescentando-se que, ao chegar, esteve ele em longa conferência com o Dr. Governador do Estado, como também que tem diversos convites para ir a Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira, Feira de Santana e Juazeiro, e finalizando por declarar que, “O professor permanecerá nesta capital até o fim do mês, não reabrindo, porém, o seu gabinete, por motivo de descanso!”<sup>249</sup>

Em 14 de outubro, alguns dias após o retorno de Faustino a Salvador, o periódico desferiu sua crítica a mobilidade que Faustino estava tendo na Bahia com os

<sup>247</sup> Nasceu em 1866 em Salvador. Em 1878, quando completou doze anos, se separou da família para completar os estudos, indo viver com a avó materna em Recife. (p. 395) Pedro Ribeiro era filho de Sócrates de Araújo Bittencourt, médico e senhor de engenho com Ana Ribeiro de Góes Bittencourt, considerada a primeira escritora da Bahia. Formou-se em Direito pela Faculdade do Recife, em 1886. Depois de 1900, em Salvador, Pedro Ribeiro foi nomeado “Conselheiro do Tribunal”, após um “concurso” no final do Governo Luis Viana. Segundo Marcelo Oliveira, o emprego no governo fez a vida de Pedro Ribeiro prosperar. Esse era um dos únicos caminhos valorizados pelos ex-senhores do Recôncavo, após o declínio da economia canavieira. FONTES, Nancy Rita Vieira. “Uma narrativa testemunhal: as memórias de Anna Ribeiro”. *Cadernos Pagu*, v. 11. São Paulo, 1998. p. 395; OLIVEIRA, Marcelo Souza. “Memórias de uma senhora de engenho: lembranças e esquecimentos nos Longos Serões dos Campos de Anna Ribeiro”. *Patrimônio e Memória*, v. 4, n. 1, São Paulo, 2008. p. 18; 20-21.

<sup>248</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 9 out. 1903. p. 1.

<sup>249</sup> CORREIO do Brasil. Salvador, 14 out. 1903. p. 1.



convites a diversas cidades do recôncavo e do sertão. Entretanto, o que mais incomodava era a relação que Faustino tinha com o governador e naquele momento com o Conselheiro Pedro Ribeiro de Araújo Góes, futuro desembargador da Bahia.

Poucos dias depois de ter chegado a Salvador, Faustino passou a direção de seu gabinete, na Pensão Germania, na rua Gameleira, nº 3, ao “ilustre médico senhor doutor Joviniano Costa”. Segundo a nota do professor, ao médico caberia “dirigir o serviço e estabelecer as condições de tratamento; com ele deverão entender-se as pessoas que reclamam meus serviços”.<sup>250</sup> Talvez a nomeação tenha sido realizada para fazer frente ao comentário auspicioso do articulista do *Correio* acerca das restrições que o periódico supunha ter a higiene pública em sua atuação somente na capital.

Joviniano Alves da Costa formou-se em medicina na Faculdade de Medicina da Bahia em 1897 com a tese *Distocia Materna e seu Tratamento*.<sup>251</sup> Assumir o gabinete de Faustino significava colocar-se diante daqueles que idealizavam uma Salvador higiênica e saneada como uma ameaça, uma traição da própria instituição. Mas isso não era incomum no Brasil; Gabriela Sampaio já apontou as divergências dentro da própria classe médica na corte imperial.<sup>252</sup> Para Faustino, entretanto, além de demonstrar sua força diante dos grupos médicos, da imprensa e de maneira geral para a sociedade baiana, significava ter ainda mais legitimidade científica diante de uma parcela da população baiana, pois agora possuía o apoio aberto de um médico formado na Faculdade de Medicina da Bahia.

No dia 30 do mesmo mês, Joviniano Costa publicou uma nota do *Diário de Notícias* sobre a atuação de Faustino e suas viagens ao interior do estado. Segundo o médico,

Em atenção às diversas pessoas que, cavalheirosamente, se dignaram convidar o senhor Professor Faustino visitar algumas localidades do interior do Estado, comunico que absolutamente não é possível o Professor ausentar-se desta capital, afim de não prejudicar as pessoas de fora, algumas de muito longe, que diariamente o procuram. O Professor permanecerá, pois, nesta capital, por tempo indeterminado.<sup>253</sup>

---

<sup>250</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 23 out. 1903. p. 1.

<sup>251</sup> TESES Doutorais da FAMEB: 1840-1928. *Gazeta Médica da Bahia*. Salvador, jan-jun, 2004. p. 57.

<sup>252</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. Cit*, 2001.

<sup>253</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário da Bahia*. Salvador, 30 out. 1903. p. 1.

Joviniano assinara o informe do jornal como “médico assistente”. Essa atitude pode ter sido fatal para a carreira do médico da Faculdade de Medicina da Bahia. Isso porque se colocava na posição de “inferioridade”, “médico assistente”, em relação a Faustino, um “curandeiro” sem diploma emitido por seus pares. Além de ressaltar a heterogeneidade do grupo médico baiano, é possível que Joviniano represente a postura de divergência de muitos médicos da Bahia.

A nota informa que Faustino não se ausentaria da capital para não prejudicar as pessoas que de fora vinham diariamente, até de muito longe, procurar o professor para receberem sua cura. O texto foi direcionado às pessoas que “cavalheirosamente” convidavam Faustino para visitar suas cidades. Entretanto, o texto do “médico assistente” parece mais uma tática do “bota-mão” diante do cenário que se afiguraria logo mais no mês de novembro, qual seja o julgamento do processo impetrado contra sua pessoa, e mais especificamente a intimação para testemunhar.<sup>254</sup> Muito provavelmente, na data da publicação Faustino já tinha sido intimado a depor e, juntamente com a iminência do julgamento do processo no dia 28 de novembro, contribuíram para que Faustino orientasse seu assistente a informar sua permanência na capital “por tempo indeterminado”.

Acusado de discípulo de Mesmer e de sugestionador, Faustino curava a partir de princípios espíritas, mesmo que negasse tal prática como uma tática para se proteger de seus algozes. No contexto da intensificação dos tramites de seu processo, Faustino Ribeiro transitava por Alagoinhas e Catu, alargando sua rede de relacionamento através de suas curas, o que lhe garantiria se fortalecer diante do tribunal. Mas ainda naquele tempo, o professor continuaria realizando suas “curas maravilhosas” por outras cidades da Bahia, o que teria aguda repercussão na imprensa e na Justiça, como veremos no capítulo a seguir.

---

<sup>254</sup> PROCESSO. *A Bahia*. Salvador, 12 nov. 1903. p. 1.

### Capítulo III – OS CAMINHOS DA JUSTIÇA: FAUSTINO E O EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA.

O ano era o de 1910. O personagem já é nosso conhecido: o caboclo Hortêncio, que foi apresentado no capítulo anterior. Naquele ano, a notícia na página policial de *A Bahia* informava, num tipo de notícia corriqueira, que o delegado da Ilha de Itaparica tinha recebido ordens para agir “rigorosamente” contra Hortêncio. Entretanto, o que nos interessa aqui não é a atuação dos jornais acerca das perseguições a pessoas como o caboclo, e sim outro aspecto fundamental para continuarmos nossa narrativa sobre a trajetória de Faustino Ribeiro Junior. De acordo com o articulista de *A Bahia*,

O conhecido feiticeiro Hortêncio, vulgo Caboclo, que tanto trabalho deu à polícia desta capital, mudaria sua tenda de trabalho para a cidade de Itaparica, onde continua na prática de fatos condenados em lei.

Ciente disso, o exmo. Sr. Dr. Antônio Dantas oficiou ao delegado daquela cidade nos seguintes termos: “Ao Sr. Delegado do termo de Itaparica. – Recomendo-vos que me informeis sobre o procedimento aí ao desordeiro e feiticeiro Hortêncio, fazendo-o apresentar-se nesta repartição. – O chefe de polícia. A. Dantas.”<sup>255</sup>

A recomendação do chefe de polícia era que Hortêncio deixasse de praticar a feitiçaria. Porém, é relevante ressaltar a resposta que o delegado deu ao seu superior, dias depois. Segundo o chefe policial, parafraseado nas palavras do articulista do periódico da capital, encontrava-se Hortêncio lavrando terras do Dr. Gonçalo Brandão, em Vera Cruz, e o “feiticeiro” não havia voltado à “prática criminosa da feitiçaria.”<sup>256</sup> É possível que o delegado fosse um daqueles que, como apontou João Reis, tergiversavam diante da ordem dos superiores por manter alguma relação com o feiticeiro<sup>257</sup>, visto que, dois meses depois *A Bahia* novamente denunciou o caboclo em suas páginas.<sup>258</sup>

O que nos é importante na informação prestada pelo periódico é o deslocamento de Hortêncio. De Salvador, ele se mudou para a Ilha de Itaparica, onde continuava praticando os fatos condenados em lei. Esse dado é interessante, pois nos permite a possibilidade de perceber, comparativamente, o que motivava Faustino a se deslocar

<sup>255</sup> O FEITIECEIRO Hortêncio. *A Bahia*. Salvador, 29 abr. 1910. p. 1.

<sup>256</sup> HORTÊNCIO, o feiticeiro. *A Bahia*. Salvador, 05 maio 1910. p. 2.

<sup>257</sup> REIS, João José. *Op. Cit.*, 2008.

<sup>258</sup> O FEITICEIRO Hortêncio. *A Bahia*. Salvador, 10 jul. 1910. p. 1.

pelo interior da Bahia. Hortêncio se movimentava para, de alguma maneira, driblar os desmandos da polícia. Nesses termos, se deslocar para Itaparica significava, possivelmente, um contato com um doutor e boas relações com o delegado local. Faustino, por seu turno, saía de Salvador para realizar suas curas voluntariamente ou a pedidos. Isso significa dizer que a popularidade do “doutor bota-mão” era muito grande, não obstante seus embates não envolvem diretamente a polícia, mas sim a Inspeção de Higiene, representada na figura do renomado médico baiano Antônio Pacífico Pereira.

Entendemos que Faustino tentou se embrenhar pelo interior com o objetivo de fortalecer sua rede de solidariedade, o que foi possível perceber em suas andanças por Alagoinhas e Catu, através das relações que o professor entretinha com clérigos e médicos, dentre outros. Neste capítulo, objetivamos discutir, entre outros aspectos, a tentativa de expansão da rede de solidariedade e da clientela de Faustino e como isso, juntamente com os fatores apontados ao longo dos capítulos I e II, contribuiu para que ele fosse processado e julgado pelos órgãos competentes da época.

### 3.1 – Um passeio por Cachoeira, Alagoinhas e Nazaré das Farinhas.

Com pouco mais de um mês após sua chegada em Salvador, no dia 17 de agosto de 1903, Faustino recebeu um convite para ir a Nazaré.<sup>259</sup> Meses depois, em 14 de outubro de 1903, o *Correio do Brasil* ainda noticiava aquele evento, enfatizando outros lugares para os quais Faustino já tinha convites para realizar suas curas.<sup>260</sup> Dois dias depois, o periódico comentaria com mais furor sobre as viagens do professor. Segundo o articulista,

revelamos anteontem ao estudarmos a sem cerimônia com que um indivíduo, não diplomado e que já recebeu uma intimação proibitiva por parte do poder competente, continua a alardear o seu charlatanismo terapêutico, não oferecendo dessa maneira o respeito devido à autoridade que lhe proibiu a criminosa clínica.

Entretanto, se esse fato é realmente grave sob o ponto de vista moral, seria ainda assim de somenos importância para os interesses gerais, se porventura o ousado curandeiro se limitasse a fazer infrutíferas bravatas contra as autoridades sanitárias, não continuando, contudo, a exercer a sua medicina ilegal e criminosa: tal não é o caso, porém.

<sup>259</sup> PROFESSOR Faustino em Nazareth. *A Bahia*, Salvador, 17 ago. 1903. p. 2; Há uma discussão muito recente na historiografia baiana sobre Nazaré. Ela versa sobre a transgressão as posturas municipais. Para aprofundar tal discussão ver: AGUIAR, L. S. *Op. Cit.*

<sup>260</sup> FLAUTEANDO. *Correio do Brasil*. Salvador, 14 out. 1903. p. 1.

O Sr. professor Faustino tem já convites, segundo o artigo que anteontem nos referimos, para ir a Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira, Feira de Santana e Juazeiro. Ele irá com certeza, atendendo as suas imposições manuais, por este nosso infeliz Estado, ao qual já tanto mal têm feito os “conselheiros” e outros dessa espécie que por cá tem andado.<sup>261</sup>

As viagens que Faustino fazia ao interior do estado não estavam agradando as autoridades médicas em Salvador. Contudo, seu prestígio era tanto que já tinha convites para ir a outras cidades como Cachoeira, Feira de Santana, Juazeiro e Santo Amaro.<sup>262</sup> Além disso, quando esteve em Catu, recebeu também convites de “diversas comissões de localidades naquela zona” como Vila-Nova, Iará e Mata de São João.<sup>263</sup>

Apesar de ter recebido muitos convites através de comissões formadas por pessoas de cidades do interior, o único convite por escrito recebido por Faustino que tivemos acesso, veio da cidade de Nazaré. Em agosto, Faustino recebeu uma representação assinada por 160 pessoas para que fosse à Nazaré. Ali é possível perceber, de alguma maneira, a situação da saúde pública na cidade. Segundo a representação publicada nas páginas de *A Bahia*,

Um homem excepcional, como Vossa Senhoria, não se pertence, nem deve localizar os efeitos de sua missão humanitária a determinados lugares. **Como nos centros populosos os lugares menos importantes são também perseguidos por moléstias e, com maioria de razão, porque lhe escasseiam todos estes meios, aconselhados pela ciência, como precaução dos males que têm por fator principal a falta de higiene.** Nesta cidade, se pelas condições tipográficas e clima benéfico só se dão casos esporádicos de enfermidades endêmicas, contudo **muitos infelizes desiludidos das aplicações científicas sobre casos difíceis de salvação;** enfim, a aspiração geral é ver-vos e participar da influência positiva do vosso poder, que não se discute, sobre os organismos doentios.<sup>264</sup>

De acordo com a representação recebida por Faustino, as questões de higiene não se restringiam apenas aos centros populosos, sendo que muitos “infelizes desiludidos” da ciência acerca de certas moléstias continuavam sofrer sem esperança de salvação. Nesses termos, Faustino não poderia, nem deveria restringir seus dons humanitários a determinados lugares. O convite veio da seguinte forma:

<sup>261</sup> PERIGO. *Correio do Brasil*. Salvador, 16 out. 1903. p. 1.

<sup>262</sup> A exceção de Cachoeira, não conseguimos rastrear Faustino pelas demais cidades.

<sup>263</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 9 out. 1903. p. 1.

<sup>264</sup> PROFESSOR Faustino (Nazaré). *A Bahia*. Salvador, 17 ago. 1903. p. 2. [Grifos nossos.]

Ilmo.Sr.:– A população da cidade de Nazaré, representada pelo **comércio e demais classes sociais** que a constituem, dirigem-se a Vossa Senhoria pedindo a vossa vinda a esta localidade, onde provisoriamente permanecendo, fareis a caridade da prestar aos que de vós necessitarem os auxílios providenciais do vosso meio de curar, verdadeiramente assombroso e que transpõe os limites do natural. Estamos em uma época do domínio dos fatos reais, os quais, ainda mesmo inexplicáveis, atuam diretamente sobre o espírito público, com maior força probante do que as mais bem desenvolvidas teorias das crenças especulativas.

**Pouco importa que a ação benéfica do vosso miraculoso poder não obedeça a princípio algum da terapêutica;** que ela seja completamente independente das previsões dos diagnósticos, muitas vezes errôneos, pela semelhança dos sintomas em certos casos mórbidos; que para exercer o vosso privilegiado ministério não se muna de superabundante arsenal de medicamentos, específicos, apregoados em cartazes e avulsos, em quantitativos e dosagens, escrupulosamente rigorosos; que não cerquem os vossos créditos incontestáveis, os atestados científicos de notabilidades médicas pesadas de quantitativos lisonjeiros [sic]; **nada disto importa, desde que cabe diretamente sob a ação dos sentidos, a evidência dos resultados práticos do vosso método misterioso de curar.**<sup>265</sup>

A população de Nazaré, “representada pelo comércio e demais classes sociais que a constituem”, muito provavelmente excluía os doutores daquela representação. Apesar de os grupos médicos não serem homogêneos, dificilmente os médicos da cidade estariam de acordo com a ida de Faustino àquela localidade, com fins de realizar suas curas por um meio “verdadeiramente assombroso”. Os tons do documento sugerem que Nazaré das Farinhas vivia uma situação difícil no quesito saúde pública. É possível perceber isso, quando se afirma no texto que não importava se a prática curativa de Faustino não pertencia a nenhum ramo da terapêutica – argumento utilizado pelo próprio professor para se defender –, ou mesmo que transpusesse os “limites do natural”, desde que suas curas tivessem resultado.

Não encontramos, contudo, registros que Faustino tenha realmente ido a Nazaré. Mas é bem provável que Faustino tenha afrontado os governantes da cidade da época, aceitando a “transgressão” das leis locais realizada por aqueles que o convidaram, sobretudo o Código de Posturas, reformulado em 1893.<sup>266</sup> É possível, portanto, que tenham surgido alguns debates em torno da questão das práticas de cura leigas e oficiais. Isso porque, muito embora o clima da cidade, localizada às margens do rio

<sup>265</sup> Ibid. [Grifos nossos.]

<sup>266</sup> AGUIAR, L. S. *Op. Cit.*, p. 135.

Jaguaribe, era, segundo viajantes<sup>267</sup> da época, favorável à situação de saúde. Além de estar localizada às margens de um rio, o que facilita a produção de alimentos, ela possuía médicos e hospitais. Apesar disso, os indivíduos recorriam a “rezadeiras”, “feiticeiros” e “curandeiras”, como os da guisa de Faustino Ribeiro Júnior.

Contudo, esse é apenas um lado da história de peregrinação de Faustino. A essa altura, no mês de dezembro, sua fama corria por muitos cantos da Bahia. Ele havia chegado a Salvador em 8 de julho de 1903, e já tinha peregrinado executando suas curas por diversas cidades baianas, entre elas Alagoinhas, Catu e Nazaré. Mas chegaria a hora de atender ao convite vindo da cidade de Cachoeira. Ela, não obstante próxima a Nazaré, teve outra postura em relação ao “curandeiro”.

Foi de Água de Meninos, zona portuária de Salvador, que em meados de dezembro de 1903, Faustino embarcou para Cachoeira, dando continuidade à sua peregrinação pelos interiores da Bahia. É possível que em meio aos transeuntes, Faustino estivesse pensando na elaboração de sua defesa para o Tribunal de Apelação, que publicaria nas páginas do *Diário de Notícias*, em 28 de dezembro, para que a sociedade baiana tivesse conhecimento dos fatos. Dali a 60 quilômetros atingiria a atmosfera cachoeirana e adentraria num universo onde seus “poderes milagrosos” teriam, a princípio, ampla receptividade.

Mesmo antes de desembarcar na cidade ribeirinha, Faustino já havia aparecido nas páginas do periódico local *A Ordem*. O ano foi o de 1900 e a manchete que trazia o título “Curas Milagrosas” havia sido transcrita da *Gazeta de Minas*. Nesses termos, o periódico relatou “os feitos de um curandeiro professor Faustino, onde fez aplicações obtendo bons resultados curando uma senhora, idosa, parálitica e outra senhora”.<sup>268</sup>

Em 1900, quando o periódico transcreveu a nota do jornal mineiro, parecia concordar e dar crédito às “curas maravilhosas” de Faustino. Três anos mais tarde, o discurso seria outro. Nas páginas de um periódico carioca, que de longe acompanhava o “curandeiro” paulista, apareceu uma nota sobre a passagem do professor por Cachoeira. Nela, o articulista de *Correio da Manhã* afirmou: “viagem de Faustino ao interior do

---

<sup>267</sup> FERREIRA, José Carlos; VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Diário da Bahia, 1893. p. 457-459.

<sup>268</sup> CURAS Milagrosas. *A Ordem*. Cachoeira, 24 fev. 1900. p. 2.

Estado *A Ordem* e *A Cachoeira* da cidade de Cachoeira” fizeram grande “troça das suas qualidades de taumaturgo”.<sup>269</sup>

O jornal *A Ordem* havia mudado seu discurso acerca de Faustino. Talvez porque, de perto, com o curandeiro inserido no estado, fosse possível perceber as dimensões do impacto que ele causava na sociedade baiana. Nesses termos, é possível que as troças ou brincadeiras em torno de Faustino tenham tido muito mais a intenção de depreciá-lo diante do público do que de divertir o público leitor.<sup>270</sup>

O “celebre professor Faustino Ribeiro Junior”.<sup>271</sup> Foi assim que o periódico *A Ordem* noticiou a chegada de Faustino, possivelmente no espaço de publicidade. Quatro dias depois, o mesmo periódico lançava a seguinte matéria:

Está sendo muito procurado nesta cidade, onde se acha atualmente, hospedado em a [sic] residência do Sr. Major João Pedreira Lapa[?] o celebre professor Faustino Ribeiro Junior, que – segundo é corrente – cura diversas moléstias por intermédio de suas miraculosas mãos. Pessoas que têm ido procurar em poder do professor Faustino alívios aos seus males, não ficaram desnorteadas, segundo nos informam, pela exigência, que o celebre curandeiro faz, de avultadas quantias. De alguns reumáticos sabemos nós que o professor Faustino, para cura-los, exigia quantia [ilegível] a 50\$.<sup>272</sup>

Professor Faustino era na realidade um “célebre” curador com fama em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia. Muitas pessoas o procuravam para recorrer a suas curas e não se importavam “pela exigência” de “avultadas quantias”. Até aqui, *A Ordem*, juntamente com o *Diário de Notícias*, foram os únicos periódicos que encontramos a apontar Faustino cobrando emolumentos das pessoas que iam a sua busca. Ainda assim, o “curandeiro” não foi processado por estelionato, mas por exercício ilegal da medicina. Alguns dias após essa matéria, em tom desconfiado, o periódico saiu na ofensiva em relação às curas do professor. Segundo o articulista,

Tomou passagem, no vapor de ontem, para a capital do Estado, o celebre professor Faustino Ribeiro Junior. A não ser num estimável moço nosso conterrâneo, que nos afirmou ter sido curado de inveterado sofrimento pelo tão falado homem, não nos

<sup>269</sup> CORREIO da Manhã. Rio de Janeiro, 24 dez. 1903. p. 1.

<sup>270</sup> Os periódicos aos quais o *Correio da Manhã* faz referência encontram-se no Arquivo Municipal de Cachoeira, entretanto, estão bastante deteriorados o que não nos permitiu uma consulta.

<sup>271</sup> PROFESSOR Faustino. *A Ordem*. Cachoeira, 2 dez. 1903. p. 2.

<sup>272</sup> PROFESSOR Faustino. *A Ordem*. Cachoeira, 5 dez. 1903. p. 1; Em valores aproximados 50 mil réis (50\$000) equivaleria 2 mil e 800 reais (R\$ 2.800). Ver: REAL - histórico. Disponíveis em: [http://www.portalbrasil.net/economia\\_real\\_historico.htm](http://www.portalbrasil.net/economia_real_historico.htm). Acesso em: 26 mar. 2015.



consta que o professor Faustino tivesse feito milagres nesta cidade. Entretanto, poucas não foram as pessoas que se puseram ao alcance de suas *divinas* mãos, crentes nos poderosos fluidos magnéticos que o tem posto em evidência no espírito dos ignorantes.

E lá se foi o *poderoso* Faustino, deixando os incautos e imbecis (deixem passar o sem-cerimonioso termo) simplesmente... a *ver navios* balançando sobre o mar de suas tristes e martiriosas desilusões! Que os melhores ventos o ponham bem longe de nossas balsas...<sup>273</sup>

Nas linhas do periódico, o jornalista deixa ver que não foram poucas as pessoas que se submeteram ao alcance das “divinas mãos” de Faustino, crentes nos “poderosos fluídos magnéticos”.<sup>274</sup> Desdém! Isso define o posicionamento do periódico em relação ao processo de cura de Faustino. Além disso, estava implícito um ataque à credulidade pública, pois eram os “incautos e imbecis” que se submetiam e davam credibilidade as curas do professor.

É bastante provável que os termos das troças digam respeito aos resultados obtidos com as curas do professor. Paraplégicos que receberam o tratamento e não andaram; histéricas, “nevropatas” e uma surda que receberam o tratamento e não escutaram nem se curaram, como apontou o relatório dos médicos Ribeiro de Barros e Manuel Gordilho.<sup>275</sup> É possível também que o fato de Faustino ter visitado a cidade ao lado de um “médico assistente”, o doutor Joviniano Costa, tenha desencadeado as sátiras dos periódicos cachoeiranos.<sup>276</sup>

Muito embora Cachoeira fosse uma cidade que preservava uma tradição acerca dos costumes ancestrais, Faustino não encontrou o apoio do periódico local, talvez pelo contato intenso e de longa data estabelecido entre Salvador e a cidade, diferentemente do que aconteceu com Alagoinhas, Catu e até Nazaré, não obstante ter recebido convites para ir àquelas terras realizar suas curas, como apontou o *Correio do Brasil*.<sup>277</sup> O caso de Alagoinhas é bastante interessante, pois houve reveses em relação ao convite que o curandeiro recebeu para ir àquela cidade.

Faustino foi a Alagoinhas a convite de uma comissão constituída por parentes de Manuel Simões, editor do jornal *A Palavra*, que representava os desejos da população da cidade. Chegando lá, percebeu que a comissão “esmolou entre o povo, arrecadando

<sup>273</sup> PROFESSOR Faustino. *A Ordem*. Cachoeira, 12 dez. 1903. p. 1.

<sup>274</sup> *Ibidem*.

<sup>275</sup> RELATÓRIO. O processo de cura do Professor Faustino. *Diário de Notícias*, 17 ago 1903. p. 1.

<sup>276</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 21 dez. 1903. p. 3.

<sup>277</sup> FLAUTEANDO. *Correio do Brasil*. Salvador, 14 out. 1903. p. 1.

óbolos de dez tostões e quinhentos reis para fazer face as despesas com a minha hospedagem.”<sup>278</sup> Não podendo aceitar tal avilte o professor, nos três dias que ali esteve, rompeu com a comissão e se transferiu para o hotel Central, julgando estar “dispensado da fineza de despedir-me dela, na ocasião em que retirei-me da cidade.”<sup>279</sup> Além disso, Faustino apontou outro elemento para que *A Palavra* destilasse sua verve contra si. No texto que desabafava e se defendia das ofensas de Manoel Simões, o peregrino afirmou que,

Além desse motivo, outros há que influíram no animo d’A Palavra, contra mim, os quais são perfeitamente conhecidos pela sociedade alagoinhense. O atrevimento, segundo é voz geral, chegou ao ponto de cobrarem-se entradas das pessoas que me procuravam. Nunca vi tanta piranha!!...<sup>280</sup>

É bem provável que Faustino tenha se manifestado contra Manuel Simões e *A Palavra*, não necessariamente por essas posturas abusivas que buscavam lucrar a partir da atividade curativa do “curandeiro”, mas pelo conteúdo da matéria publicada pelo editor do periódico contra ele. De acordo com Faustino,

Não me causou a mínima estranheza a infame e covarde agressão, pelas costa, isto é, depois da minha ausência, por parte do jornaleculo aborto “A Palavra”, redigido pelo celeberrimo e famigerado Manuel Simões, pasquineiro de ofício, que, por nada ter a perder, não costuma prezar nem acatar a dignidade dos outros.

Intrigante de baixa espécie e caluniador desprezível têm as faces assinaladas pelo chicote do brioso povo paraense, que, por mais de uma vez, o açoitou, na praça pública, até escorraçá-lo de lá. Insinuante e ousado, conseguiu meter-se na força policial do estado, e foi cuspidor fora, por ter sido, talvez, o caixa de um batalhão na campanha de Canudos.

Durante minha permanência em Alagoinhas, esse biltre não teve a coragem para atacar-me, porque temia ser obrigado a engolir o seu pasquim...

Cinco dias depois da minha retirada publicou uma verrina [sic] imunda, confeccionada de injúrias e calúnias e refundida no laboratório execrável de sua alma asquerosa.<sup>281</sup>

“Covarde agressão”, “jornaleco aborto”, “celeberrimo e famigerado”, “pasquineiro”, “baixa espécie e caluniador desprezível”. Esses foram alguns adjetivos e locuções adjetivas para qualificar Manuel Simões e *A Palavra*. Faustino era ardiloso em

<sup>278</sup> PROFESSOR Faustino: ao povo de Alagoinhas – protesto. *Jornal de Notícias*. Salvador, 1 out. 1903. p. 2.

<sup>279</sup> Ibid.

<sup>280</sup> Ibid.

<sup>281</sup> Ibid.

sua retórica e sabia se defender muito bem. Infelizmente não pudemos ter acesso ao conteúdo da matéria de *A Palavra*.<sup>282</sup> Entretanto, podemos imaginar as informações que foram postadas nas páginas do jornal diante da verve de Faustino em sua resposta.

Cabe um questionamento acerca do desabafo de Faustino sobre a postura de Manuel Simões: se era uma resposta ao povo de Alagoinhas, como aponta o título da manchete do *Jornal de Notícias*, porque não foi direcionada ao *O Popular*, jornal local da cidade do “Pórtico de Ouro”<sup>283</sup>? Não temos uma resposta consistente, visto que o arquivo da localidade não nos permitiu chegar aos documentos que nos possibilitariam a reflexão. Mas temos duas hipóteses: primeiro, a notícia poderia ter sido publicada nos dois periódicos, tanto em Salvador quanto em Alagoinhas; segundo, é possível que a resposta de Faustino fosse mais direcionada aos seus algozes em Salvador do que em Alagoinhas, cidade que provavelmente não voltaria mais.

Faustino buscou ampliar sua rede de relacionamentos, possivelmente, com o fim de se fortalecer diante da “hidra” que tentava o agarrar a todo custo na capital, nem sempre com sucesso. Em outras palavras, o objetivo seria fortalecer sua imagem perante a sociedade da cidade de Salvador, além de reforçar seus argumentos de defesa. Faustino pretendia evidenciar que seu processo curativo não figurava entre as práticas ilegais da medicina. Igualmente, buscava se afastar de um dos alvos centrais dos higienistas e da polícia da época: feiticeiros e curandeiros com práticas de cura africanizada. Mas, fosse uma prática curativa ilegal ou não, parte da sociedade alagoinhense requisitou sua presença na cidade, como apontamos no capítulo anterior.

Faustino ia àquelas cidades somente porque era convidado? Não apenas. Era importante para ele fortalecer sua rede, mas isso nem sempre funcionava bem, como nos casos de Alagoinhas e Cachoeira. Entretanto, ter um convite significava ter acolhimento, o que lhe garantia estada e reconhecimento da população local, por estar hospedado nas residências de pessoas de renome das localidades. Enfim, não eram os doentes e necessitados que submetiam matérias, petições ou convites para Faustino através dos jornais; muito menos formavam comissões para convidá-lo pessoalmente às

---

<sup>282</sup> A Fundação Iraci Gama encontra-se em processo de estruturação. Nesse processo alguns periódicos, como *A Palavra*, não se encontram disponíveis. Recentemente a FIGAM passou a gerenciar o acervo da cidade executando trabalhos de restauração, preservação e divulgação da memória da cidade através de palestras e atividades afins.

<sup>283</sup> “Pórtico de Ouro do Sertão Baiano” foi um título dado por Ruy Barbosa à cidade. A titulação foi possível mediante a cidade possibilitar a passagem das “estradas de boiada” e por ser o caminho de acesso ao norte. Sobre isso ver: LIMA, K. N. *Op. Cit.*, p. 134.

suas cidades. Eram os grupos dirigentes e pessoas influentes da época que o faziam. Isso remete a uma troca constante entre “curandeiro”, as elites e a população que frequentemente reinventavam e reiteravam as práticas sociais e culturais há muito praticadas no Império.

A empreitada peregrina de Faustino pelos interiores, além de lhe render maior prestígio por onde passava e talvez até um soldo considerável, foi-lhe bastante útil para, de certo modo, promover e combater uma imagem negativa, a partir do fortalecimento de sua rede de solidariedade, diante dos olhos da Inspeção de Higiene em Salvador. Se por um lado, peregrinar pelo recôncavo e pelo sertão tinha um lado positivo; por outro, conferia-lhe consequências negativas, como instigar ainda mais os periódicos que lhe atacavam e a Inspeção de Higiene. Essa postura de Faustino começava a se projetar, sobretudo a partir dos órgãos de fiscalização do estado, da imprensa e do Judiciário.

### **3.2 – O processo: exercício ilegal da medicina, o discurso político e as artimanhas do “doutor bota-mão” em Salvador.**

E a imitação das núpcias do Ocidente, prosélitos de Paracélio [sic], o denunciado Faustino Ribeiro Junior, mensageiro privilegiado daquela manifestação celestial com que procura caracterizar as suas graças de iluminação que faz ressurgir os Lázaros de sob as lápides funerárias ao tempo em que gera, entre os que lhe vão pedir a cura, uma influência perniciosa e perturbadora, incompatível com nosso cultivo social, pretenda criar-se um regime de exceção em garantir do seu desrespeito aos dispositivos legais.<sup>284</sup>

No dia 22 de julho de 1903, Faustino Ribeiro Junior foi denunciado pelo promotor público de Salvador, pelo “fato criminoso” de exercício ilegal da medicina.<sup>285</sup> O argumento era que diante do “flagrante desrespeito às leis reguladoras da arte de cura” dos regulamentos sanitários do Estado, a Inspetoria de Higiene, “no dever de velar pela saúde pública”, multou Faustino e recomendou que não mais voltasse a exercer seu pretendido processo de cura, um método sem critério científico.<sup>286</sup>

Não encontramos registro sobre as multas, mas o fato é que Faustino continuou a peregrinar realizando suas curas por Salvador difundindo “uma influência perniciosa e

<sup>284</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Op. Cit.*, p. 4.

<sup>285</sup> JORNAL de Notícias. Salvador, 22 jul. 1903. p. 3.

<sup>286</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Op. Cit.*, p. 3.

perturbadora” que, segundo os argumentos do Inspetor de Higiene, em epígrafe, era incompatível com o convívio social, enfatizando que era preciso respeitar os dispositivos legais da República. Ressaltando que o ajuntamento de pessoas era prejudicial à saúde pública, que gerava uma influência perniciosa sobre a população e que as leis do estado não deveriam ser violadas, Pacífico Pereira materializou o argumento central para a movimentação do processo contra Faustino Ribeiro Junior.

Não obstante, Professor Faustino, além de continuar a realizar suas curas, movimentou-se em busca de sua liberdade individual, através de um *habeas corpus*. Nele, o “mago Fausto”, por ousadia ou convicção, em 12 de agosto de 1903, intermediado pelo bacharel João Paulo de Souza Vasconcellos, alegou que estava sendo ameaçado de constrangimento ilegal, pela Inspetoria de Higiene, ao passo que isso o impedia de exercitar sua profissão de curar enfermos.<sup>287</sup> Os contra-argumentos do Inspetor de Higiene, Antonio Pacífico Pereira, foram significativamente resolutos. Para o médico,

Faustino Ribeiro Junior não sofre nem está ameaçado de sofrer coação ou violência alguma por ilegalidade ou abuso de poder, por parte desta inspetoria. Entregando-se ao exercício da profissão de curar enfermos, está infringindo a lei n. 112 de 14 de agosto de 1885, que só permite o exercício da arte de curar, em qualquer de seus ramos e por qualquer de suas formas, às pessoas que se mostrarem habilitadas, por título conferido pelas faculdades de medicina da República dos Estados Unidos do Brasil. Faustino Ribeiro Junior não está em nenhum dos casos em que a lei permite o exercício da profissão, e incorre, portanto, nas penas do art. 48 [inciso] 1, da mesma lei, além das que cominam os art. 156, 157, do código penal, por exercer medicina, em um de seus ramos sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos e por inculcar curas de moléstias curáveis e incuráveis para fascinar e subjugar a credulidade pública.

A defesa de Pacífico Pereira é indicativa da fragilidade e da concorrência com as práticas de cura “leigas” no florescer da República. Concorrência que se acentuava ainda mais diante da insalubridade, das epidemias, do regime alimentar de déficit nutricional e principalmente pelas tradições da população que recorriam aos mais diversos agentes de cura. Entretanto, as práticas que antes eram apenas mal faladas, com a implementação do regime republicano, começaram a padecer a partir dos artifícios judiciais. Nesse sentido, o Inspetor de Higiene apelou para as prerrogativas constitucionais para legitimar a profissão médica.

---

<sup>287</sup> PROFESSOR Faustino “habeas corpus” preventivo. *A Baía*, Salvador, 14 ago. 1903. p. 1.

Faustino Ribeiro julga-se, porém, com o direito de exercer livremente a profissão médica, escudado pela Constituição da República, como se fosse possível interpretar o texto constitucional, admitindo essa liberdade ilimitada, que, na ordem social, conduziria os maiores absurdos e os mais graves perigos, entregando o exercício dessa delicada profissão, com todos os riscos e dificuldades que lhe são inerentes aos especuladores e ignorantes, que, sem consciência da grave responsabilidade que assumem, põem em jogo a saúde e a vida dos indivíduos e o bem estar da coletividade. Não é certamente o magistrado, que recebe todos os dias os largos subsídios que lhes presta a medicina legal na administração da justiça, que poderá nivelar os profissionais instruídos e doutos com os ignorantes curandeiros e charlatães.<sup>288</sup>

A existência de uma legislação sobre a salubridade e a segurança do trabalho nas profissões, em que a ação oficial intervinha por medidas de repressão e vigilância, se fazia necessária, na visão de médicos higienistas como Antonio Pacífico Pereira. Segundo o discurso do Inspetor de Higiene, propalado pelo periódico *A Bahia*, se liberdade profissional “absoluta não é admissível ao exercício de qualquer profissão, muito menos seria quanto ao exercício de medicina”.<sup>289</sup>

Em termos jurídicos, havia um conflito entre as prerrogativas da Constituição de 1891 e o Código Penal de 1890. A divergência dizia respeito às liberdades profissionais. De modo geral, enquanto a Constituição predeterminava a liberdade religiosa, o Código Penal a proibia. Esse conflito permaneceria até a produção de um novo código em 1932.<sup>290</sup> Pacífico Pereira se manifestou a respeito desta discussão. Valendo-se da retórica do médico maranhense e professor da Faculdade de Medicina da Bahia, Raimundo Nina Rodrigues, afirmou que qualquer que fosse “a diferença de redação entre os dois textos constitucionais, a questão é fundamentalmente a mesma.”<sup>291</sup>

As constantes batidas policiais aos candomblés na Bahia fizeram Nina Rodrigues mergulhar nas discussões acerca das interpretações do Código Penal de 1890 e da Constituição de 1891. Para o médico, tais dispositivos legais não entravam em conflito. Nesse sentido, buscava entender em que se baseava a constante repressão a tais

<sup>288</sup> O PROFESSOR Faustino. Habeas-corpus negado a concorrência do tribunal. *A Baía*, Salvador, 22 ago. 1903. p. 1.

<sup>289</sup> Ibid.

<sup>290</sup> Um dos grandes problemas do pensamento jurídico liberal brasileiro no limiar do século XX foi a priorização de uma análise individualizada do comportamento em detrimento do contexto no qual os sujeitos estavam inseridos. Em linhas gerais, foi feita uma “cirurgia teórica”, termo de Ana Schritzmeyer, que removeu do conjunto de ideias chegadas no Brasil apenas os aspectos que interessassem o governo republicano. Sobre esse aspecto ver: SCHRITZMEYER, Ana Lucia Pastore. Saber. *Op. Cit.*; SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

<sup>291</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 22 ago. 1903. p. 2.

práticas, materializadas na violação dos templos, na destruição dos “ídolos e imagens” e na prisão, “sem formalidades legais, dos pais de *terreiro*”.<sup>292</sup> O médico deu a resposta de seguinte maneira: os atentados nasciam da “incapacidade” da “polícia judiciária de sentir o respeito aos direitos individuais e do seu menosprezo inconsciente pelas formas reguladoras do processo que, nos povos civilizados, despoja a intervenção da lei”.<sup>293</sup>

A síntese do contra-argumento do Inspetor Geral de Higiene, baseado em Nina Rodrigues, era que no Brasil era livre o exercício da profissão médica, sendo necessário apenas que as medidas regulamentares fossem respeitadas. As medidas tinham por fim, segundo o inspetor, não somente proteger os médicos, mas prevenir atentados e crimes, com o objetivo central de “manter a ordem interna”. Esse era um argumento da ordem do dia, pois manter a ordem interna e preservar os hábitos eram os pressupostos de um projeto de modernização para uma sociedade que se pretendia civilizada – ao menos era o que aparecia no discurso de médicos e autoridades diversas que se manifestavam nos jornais de Salvador.

Professor Faustino reincidiu bastante em “seus crimes” contra a saúde pública através das viagens que realizava, continuando com suas curas. Nos casos de exercício ilegal da medicina as penas eram gradativas. Iam da proibição, passando pelas multas, até chegar ao processo judicial. No dia 6 de agosto de 1903, Faustino foi proibido pelo Inspetor de Higiene de “dar consultar a doentes.”<sup>294</sup> Semanas após a proibição, por continuar realizando seu processo curativo, foi multado pela Inspeção de Higiene.<sup>295</sup> No mês de novembro teve início o julgamento do processo contra Faustino Ribeiro Junior, apesar de a denúncia ter sido feita em 14 de agosto de 1903.<sup>296</sup>

Os argumentos listados acima foram fundamentados em um relatório encomendado por Antônio Pacífico Pereira. O relatório é fruto das observações dos doutores Ribeiro de Barros e Manoel Gordilho, produzido pelo doutor Candido Elpídio de Souza Figueiredo, indicados por Pacífico para fazerem uma visita ao consultório de Faustino Ribeiro Junior, na rua Visconde de Itaparica (em Salvador). Como vimos, a visita técnica foi encomendada depois que Faustino deu sua declaração à secretaria de

---

<sup>292</sup> RODRIGUES, Raymundo Nina. “Sobrevivências religiosas, religião, mitologia e culto”. Em: *Os Africanos no Brasil*. [online] Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 272.

<sup>293</sup> *Ibid.*, p. 273.

<sup>294</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 07 ago. 1903. p. 1.

<sup>295</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Op. Cit.*, p. 18.

<sup>296</sup> *Ibid.*, p. 1.

segurança informando que curava por uma influência que o “povo experimenta e afirma que ele mesmo ignora, supondo-se essa sua crença que trata-se [...] de uma manifestação do Supremo Pai de Infinito amor e misericórdia”.<sup>297</sup> Segundo o relatório, Faustino era um “sugestionador” – o que além de causar um “prejuízo à saúde pública, à influência moral”, despertava também o fanatismo, sinônimos de “atraso e decadência”.<sup>298</sup> Nesses termos, não era apenas uma questão de saúde pública, mas também de “higiene social”.

Entretanto, muito embora o “projeto modernizador” dos higienistas baianos se materializasse através de um discurso legalista bastante autoritário, isso não impediu que Faustino, como muitos outros “curandeiros” e “feiticeiros”, reagissem à natureza intransigente da Inspeção de Higiene e da forma de pensar de muitas autoridades e médicos do início do século XX. A diferença entre Professor Faustino e os muitos “agentes de cura” da Bahia residia em elementos como o letramento, a matriz africanizada das formas de curar e pensar de vários agentes de cura e os chamados “feiticeiros” baianos. Assim, não obstante esse fator não ter privilegiado Faustino diretamente em seus embates, contribuiu para que tivesse a simpatia explícita de membros da elite baiana, como apontamos no capítulo anterior.

A partir do exposto, podemos tecer a seguinte reflexão em relação à perspectiva racial da Inspetoria de Higiene: Faustino era branco; filho de um juiz de direito de São Paulo; professor formado pela Escola Normal Superior de São Paulo e praticava uma arte curativa europeizada. Esses elementos confundiam a elite jurídica, médica e política da época, que viam apenas nas práticas festivas, religiosas e culturais dos africanos e seus descendentes os entraves ao “projeto modernizador” que buscava sanear socialmente os espaços urbanos. Faustino fugia a essa perspectiva, confundia os sinais para as autoridades da época pelas características que possuía. Ainda assim foi proibido de curar, multado e processado.

Mas parece que a questão central reside em outra característica do “mago Fausto”. Ele mobilizava a população, sobretudo, a negra que, “doentia” e “fragilizada”, como vimos no artigo de jornal, tinha na recorrência aos curandeiros e pais de santo, para curar suas enfermidades, uma prática cultural bastante disseminada. Sugerimos que

---

<sup>297</sup> Ibid., p. 5.

<sup>298</sup> Ibid., p. 6.



Faustino foi perseguido pela inspeção muito mais por instigar e fazer com que o povo ressaltasse suas tradições. O professor foi perseguido por fazer com que o povo buscasse alternativas próprias, espaços de autonomia, longe do controle dos médicos. Segundo os relatores, era possível compreender bem a influência “perturbadora” que a prática curativa de Faustino, sem critério dito científico, poderia exercer sobre a “massa ignorante e crédula que constitui a maioria da população e especialmente sobre o espírito do decadente ou abatido pelo sofrimento ou pela moléstia”<sup>299</sup> – ao menos no entender daqueles médicos, que achavam que somente a “massa incrédula” procurariam Faustino.

Entretanto, se o “doutor bota-mão” foi hostilizado pela Inspeção de Higiene sob a acusação de perturbar a moral e ser um caso de “higiene social”, por outro lado, mobilizou alguns meios de se defender daqueles ataques sofridos, em um cenário tão conflituoso. Em entrevista com os doutores do relatório, Faustino disse que não tinha “a mínima responsabilidade no fato de ser ardentemente procurado pelo povo que chegava lhe perturbar o repouso e a alimentação.”<sup>300</sup> Igualmente, declarava não ser médico e sim professor formado pela Escola Normal de São Paulo, onde fora inspetor escolar, “cargo este que deixara por se ver obrigado a atender cotidianamente a uma cifra já [avultada] e sempre crescente de enfermos que o procuravam com a maior insistência.”<sup>301</sup>

Os argumentos de Faustino parecem visar afastá-lo de uma associação com as práticas de curas tradicionais que tinham por base o receituário de ervas, benzimentos e rezas. Nesses termos, afirmou que não lhe era possível “compreender e explicar a natureza” de seu poder curativo, da imposição das mãos, e dela faz “aplicação em todos os casos mórbidos, mesmo a mais complicada.”<sup>302</sup> Mas Faustino não falou somente através da pena dos relatores Manoel de Sá Gordilho e Antonio Ribeiro de Barros, tampouco por meio dos escrivães. No dia 29 de agosto de 1903, destilou sua indignação acerca das restrições pelas quais vinha passando. De acordo com Faustino Ribeiro Junior,

Continuando a perseguição odiosa e sistemática contra mim, a pretexto de um delito que não existe, de um fato que já está julgado; e cômico de que não estou infringido a lei, ao contrário, apoiado por essa constituição que nunca passou de letra morta, protesto

---

<sup>299</sup> Ibid., p. 6.

<sup>300</sup> Ibid.

<sup>301</sup> Ibid., p. 7.

<sup>302</sup> Ibid., p. 8.

energicamente contra o procedimento do Inspetor geral de Higiene que, sumariamente, sem forma de processo, proibiu-me sumariamente, de ser visitado pelas pessoas de minha amizade, de sair à rua, impondo-me, por último, uma multa iníqua, absurda, vexatória e irrisória.

Trata-se de uma perseguição adrede combinada e nada mais; de mais uma manifestação do regime de força que em nosso país, tem desconhecido todos os direitos, mantendo o povo num verdadeiro estado de escravidão e de miséria. Não posso submeter a minha liberdade, e, portanto, a minha honra aos caprichos malévolos de autoridades prepotentes.<sup>303</sup>

Faustino deixou de usar apenas elementos retóricos que buscavam o afastar da associação com as práticas de cura leigas, e passou a manifestar sua indignação nas páginas do *Jornal de Notícias*. Acreditando e querendo fazer crer que não estava infringindo a lei, pautado na Constituição, que para ele não estava sendo respeitada. Assumindo uma linha de ataque, o curador afirmou que “custe o que custar” não pararia de executar seu processo curativo. Essa indignação estava projetada apenas, ao menos até aquele momento, na arbitrariedade do Pacífico Pereira, por proibi-lo de ser visitado por pessoas de sua amizade e pela aplicação de uma multa, “sem forma de processo”. O que Faustino não sabia, em 29 de agosto, era que sua ação litigiosa estava em fase de instrução, a fase do processo em que as provas são coletadas para fundamentar a acusação. A partir daí, teve início o julgamento, ocorrido em 18 de novembro de 1903. Enquanto ele se defendia publicamente nas páginas do *Jornal de Notícias*, sem uma filigrana que atrasasse o julgamento do processo – muito provavelmente devido à ausência de um advogado acompanhando seu caso – agentes da inspeção recolhiam ou forjavam provas contra ele.

Mas havia aqueles que saíam em sua defesa. No dia 6 de agosto, na iminência da materialização do julgamento de seu processo, o *Jornal de Notícias* lançou uma matéria em defesa do professor. De acordo com o articulista, dentre as muitas infrações que o poder público e a lei poderiam reprimir, como a loteria que era “vexatória”, ou alguma medida do governador para fazer economia em benefício da receita, diante do “estado precário das finanças públicas”, não o faziam porque a lei não permitia. Na sequência, o periódico afirmava que era o que se passava com o caso de Faustino, pois não se queria que ele curasse porque a “Lei” não permitia. Segundo a matéria,

parece absurdo dizer que há uma Lei que proíba a qualquer indivíduo dar alívio aos sofrimentos humanos.

---

<sup>303</sup> PROFESSOR Faustino. *Jornal de Notícias*, Salvador, 29 ago. 1903. p. 2.

A Lei não pode visar senão o bem público, e como por mais perfeita e previdente que ela seja jamais se poderá acomodar com justiça a todos os fatos da vida, cumpre aqueles que a têm de aplicar considerar, antes de tudo, se a sua aplicação é um bem ou um mal. [...]

No caso do professor Faustino, o que se deve fazer é indagar se realmente ele cura e, se para conseguir essas curas, usa de drogas ou artifícios que possam ser prejudiciais aos que o consultam.

Tanto quanto podemos julgar pelas inúmeras informações que temos colhido e mesmo por diversos fatos dados no seio da nossa família, podemos afirmar que esse professor consegue aliviar muitos sofrimentos com a simples imposição das mãos sobre as partes mórbidas. Não se utiliza de nenhuma droga, nem de nenhum outro meio condenado ou que possa ser prejudicial. Porque cura é o que não sabemos, nem tão pouco achamos que haja quem se julgue bastante sábio para condenar uma coisa, só porque não a sabe explicar.

[...]

Esperamos que o muito ilustrado diretor de higiene, antes de proibir que o professor Faustino cure, indague se são pela simples aplicações das mãos. Se assim for, se ele não se utiliza de nenhum meio que possa ser prejudicial ao público, então feche os ouvidos à Lei e deixe-o fazer o bem. O contrário seria impedir que aos que sofrem sejam levados a lenitivo e o alívio, o que não se coaduna com o espírito cristão e a missão do médico.<sup>304</sup>

A defesa que o autor do texto faz da atuação de Faustino se baseou na falta de provas de que a prática curativa de Faustino fosse ineficiente. Dito de outro modo, a ciência, que tutelava principalmente as questões de saúde à época, tinha que mostrar os meios pelos quais Faustino curava. Para o articulista, “o povo” acabava “convencendo-se de que a Lei em vez de ser um bem, é um mal e que melhor é viver sem ela”.<sup>305</sup> Ainda assim, a defesa materializada no periódico não constituía recurso suficiente para retardar o processo, cujas provas eram coletadas e produzidas pela Inspeção de Higiene.

A prova principal para a tramitação do processo foi o relatório já referido, requerido por Pacífico Pereira, produzido por Candido Figueiredo, através das observações dos assistentes Manoel de Sá Gordilho e Antonio Ribeiro de Barros. Nele, como vimos páginas acima, além da descrição do processo curativo de Faustino, havia algumas impressões dos doutores acerca do “doutor bota-mão”. Foi a partir deste relatório que o juiz Argeu Antônio de Freitas intimou os doutores relatores e outros médicos para darem seus depoimentos contra Faustino Ribeiro Junior. Foram intimados cinco doutores a comparecerem no fórum, no Mosteiro de São Bento, no dia 4 de novembro: Aristeu Ferreira de Andrade, Manoel de Sá Gordilho, Antonio Augusto

<sup>304</sup> A LEI e o Professor Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 6 ago. 1903. p. 2.

<sup>305</sup> *Ibid.*

Figueiredo Pitta, Antonio Ribeiro de Barros, Adolpho Luiz do Rego e José Gabriel de Lemos Brito.<sup>306</sup>

Das seis testemunhas listadas, cinco compareceram ao fórum para deixar seus depoimentos, exceto José Gabriel de Lemos Brito. Todos eram médicos. Três eram formados pela Faculdade de Medicina da Bahia: Antonio Augusto Figueiredo Pitta, Antonio Ribeiro de Barros, Manoel de Sá Gordilho. Havia um estudante: Adolpho Luiz do Rego. Sobre o outro, Aristeu Ferreira de Andrade, não encontramos registros da instituição de formação, já que o processo estava em estado de decomposição avançado. Não obstante, é importante notar o arsenal científico, nos depoimentos, que se quis construir contra o “doutor bota-mão”.

Os testemunhos não se constituíram de caráter acusativo direto. Quando o juiz, em seu procedimento jurídico, questionava sobre a denúncia que acabara de ser lida a respeito de a Inspeção de Higiene ter intimado Faustino a “não continuar nessa prática [curativa] [...] por não atender essa notificação [da justiça] e continuar como continua a praticar ilegalmente exercício da medicina sugestiva”, as testemunhas se pronunciavam.<sup>307</sup> Sá Gordilho, por exemplo, não querendo se comprometer, respondeu que o “que sabe é o que está no domínio público, que a convite de seus colegas [...] foi a [...] casa do Sr. Professor Faustino, observar o que há de real a respeito do caso” e que percebeu a casa cheia de pessoas com as mais variadas moléstias.<sup>308</sup> Todos os testemunhos se referiam à visita realizada na casa de Faustino Ribeiro Junior. Comedido e pouco agressivo: esses foram os tons de todos os depoimentos. Mesmo assim, de uma maneira ou de outra, reiteravam a acusação de exercício ilegal da medicina.

Parece mesmo é que as peculiaridades de Faustino – branco, letrado, filho de um juiz de direito em São Paulo, que buscava se distanciar das práticas curativas africanizadas e que possuía relações com pessoas influentes em Salvador, como o governador Severino Vieira e o juiz de direito, Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho, de algum modo, fizeram com que o discurso dos doutores tomassem uma tonalidade branda, mesmo que acusativa. Esse caso explicitava as contradições presentes na sociedade baiana daquele momento.

---

<sup>306</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Op. Cit.*, p. 27.

<sup>307</sup> *Ibid.*

<sup>308</sup> *Ibid.*, p. 27.

Em sua defesa, durante a confrontação dos depoimentos, Faustino questionou o fato de que os intimados para depor contra si eram membros da Inspetoria de Higiene. Além disso, argumentou que havia contradição entre as declarações do doutor Ribeiro de Barros e Sá Gordilho. Quanto ao testemunho do doutor Barros, ele teria afirmado, segundo a interpretação de Faustino, que seu tratamento teria surtido efeito em uma surda e outra histérica. O protesto foi ignorado, sob a alegação de que a Inspetoria de Higiene era parte interessada no processo e, portanto, as objeções não poderiam ser aceitas.<sup>309</sup> Mesmo buscando demarcar que sua prática curativa era diferente, ou seja, sem vínculo com o espiritismo ou com outros saberes, a sentença foi dada pelo crime de exercício ilegal da medicina. Faustino Ribeiro Junior, incurso no artigo 156 do código penal, sujeito a prisão, cabendo fiança. Assim, em 17 de dezembro de 1903, o juiz Argeu Antônio de Freitas arbitrou em duzentos mil réis, 200\$000, a fiança.<sup>310</sup>

Apesar da sentença não ter sido favorável a Faustino Ribeiro, o que indica um descrédito de seus argumentos, o doutor Ribeiro de Barros demonstrou indignação, através das páginas do *Diário de Notícias*, diante dos argumentos contraditórios do doutor da Inspeção de Higiene. Segundo Faustino, o doutor Sá Gordilho havia afirmado que assistiu “em meu gabinete o tratamento de duas pessoas históricas e uma surda, notara que nenhuma havia aproveitado [o tratamento]. Ribeiro de Barros asseverou, ao contrário, que uma histérica e a surda haviam aproveitado [...]. Onde a verdade?”<sup>311</sup> Segundo Ribeiro de Barros, ele não teria afirmado que a doente tinha aproveitado o tratamento, apenas reproduzido o que a paciente tinha externado. Para o doutor Barros, não havia contradição nenhuma em seu depoimento e ele só escrevia, a contragosto, para que o seu silêncio não servisse de aprovação para os argumentos do curador.

No *Jornal de Notícias*, com manchete assinada por *Os cegos que pedem luz*, questionou-se a validade do relatório produzido pela inspetoria através de seus assistentes. Se Faustino fosse “diplomado em medicina, podia ou não curar com a sua *theosophia* mantendo a mesma promiscuidade de indivíduos acometidos de morbus variados?...” Esse questionamento surgiu, porque segundo os assinantes da manchete pareciam fracas e insuficientes as provas que a Inspeção de Higiene recolheu das três

---

<sup>309</sup> Ibid.

<sup>310</sup> Valor estimado em aproximadamente R\$ 11,200 reais. Ver: REAL - histórico. Disponíveis em: [http://www.portalbrasil.net/economia\\_real\\_historico.htm](http://www.portalbrasil.net/economia_real_historico.htm). Acesso em: 26 mar. 2015.

<sup>311</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador. 5 dez. 1903. p. 3.

senhoras, através de seus assistentes, as quais Faustino impões as mãos.<sup>312</sup> Os assinantes da matéria questionaram a validade do relatório e propuseram algumas alternativas para o Inspetor Antonio Pacífico Pereira da seguinte maneira,

1ª, histérica, que piorou com a cura; 2ª, idem, que nenhuma alteração demonstrou; finalmente, a 3ª, surda, que nada aproveitou.  
 Perguntamos: a terapêutica é infalível?  
 As circunstâncias da ocasião nos impele a citarmos os seguintes fenômenos de nosso conhecimento:  
 1º Esposa de importante negociante desta praça; dispéptica há anos, curada;  
 2º Esposa de outro negociante de ferragens; surda, ouve perfeitamente;  
 3º Mãe de outro negociante de fazendas; muda, já fala;  
 4º Em nossa casa, um caso de congestão uterina; cura completa com uma única imposição!!  
 5º A mesma senhora dores nevrálgicas nas costas, espáduas e espinha; com uma só imposição, resta leve dor nos quadris, por não ter sido possível conseguir 2ª aplicação.  
 6º uma senhora em certo colégio, só andava auxiliada por duas bengalas; hoje anda livremente.  
 Desculpe-nos a higiene a ousadia da lembrança.  
 Sua excelência só poderia colher informações seguras, se solicitasse de todas as pessoas curadas para lhe informar por carta fechada e autenticada, no caráter confidencial exclusivamente ao seu exm. diretor dr. Pacífico, citando rua e número; porquanto nem todos querem vir pela imprensa tratara de semelhante assunto, receando a sátira e o pessimismo dos *sábios* opositores.<sup>313</sup>

A Inspeção parecia não ter muita credibilidade diante daqueles que se colocavam ao lado de Faustino, pois, com ousadia, o periódico listou seis casos de cura, como alternativa às observações de Sá Gordilho e Ribeiro de Barros, que a pouco tentava se eximir das contradições de seu depoimento. Entretanto, não adiantou a apelação de *Os cegos que pedem luz*, porque àquela altura, em dezembro, a sentença de Faustino já havia saído.

No mesmo dia em que pagou a fiança, na data provável de 24 de dezembro de 1903, Faustino recorreu ao Tribunal de Apelação e Revista.<sup>314</sup> Em seu recurso, pedia a “reforma” da sentença. Segundo o curador, a declaração do juiz que “o denunciado exerce ilegalmente a medicina” não era verdadeira, pois “nos autos não existe uma só

<sup>312</sup> OS CEGOS que pedem luz. O Professor Faustino e a lei. *Jornal de Notícias*. Salvador, 17 ago. 1903. p. 2.

<sup>313</sup> Ibid.

<sup>314</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Op. Cit.*, p. 53; 57.

prova testemunhal nesse sentido.”<sup>315</sup> Além disso, para o curador, o juiz o perseguia e não aceitou sua defesa, por contradições no prazo, aceitando apenas o seu depoimento.<sup>316</sup> Assim, no dia 30 de novembro de 1903, antes mesmo de apelar ao Tribunal, Faustino, publicou sua defesa por escrito num dos jornais de grande circulação de Salvador, o *Diário de Notícias*. Os argumentos giravam em torno do elemento religioso, político e jurídico.

O curador paulista iniciou sua defesa com um misto de poesia e prece, na qual questionava como poderia ter ofendido o juiz, fazendo referência à perseguição que dizia sofrer. A defesa dizia o seguinte,

Sr. Juiz:  
 Se te ofendi, dizes em que?  
 Se não, porque me feres!...  
 Jesus Cristo  
 Padres que corrompem as doutrinas do  
 Homem do Calvário; ministros que fazem da  
 Justiça mercadoria em almoeda e que se  
 entregam a quem mais dá: convosco eu estarei  
 Sempre, porque isto é o que me apraz  
 No meu império das suntuosidades  
 (ParadysLost.) [sic] SATAN.<sup>317</sup>

Faustino se colocou como um mártir, utilizando-se das referências bíblicas e da corrupção das doutrinas do Homem do Calvário, para falar do que vinha sofrendo sob a égide de uma instituição corrompida, a jurídica. Prosseguiu, afirmando que mobilizou os recursos jurídicos para defender-se perante as leis, mas poderia limitar a defesa a uma “simplíssima” frase: “Faça-se a vontade do Pai, e não a minha.” Apesar de Faustino se considerar um homem de fé que confiava na vontade do “Pai”, não poderia deixar de se defender levando tudo o que considerava violentar seus direitos.<sup>318</sup>

O que há de importante nessa descrição da defesa de Faustino, na qual a “vontade do Pai” deveria prevalecer e a corrupção do “Homem do Calvário” seria evidente, é a aproximação que Faustino faz com o Cristianismo. Se por um lado ele buscava se distanciar das práticas de cura africanizadas, como forma de se proteger a ganhar legitimidade diante do público; por outro, buscava uma aproximação com as prerrogativas cristãs que iriam ilibar sua “alma caridosa” diante do tribunal.

---

<sup>315</sup> Ibid., p. 58.

<sup>316</sup> Ibid., p. 58.

<sup>317</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 1 dez. 1903. p. 3.

<sup>318</sup> Ibid.

Na sequência, ele continuou sua defesa pública enfatizando o papel da “corrupta oligarquia paulista” que estava corrompendo a nossa pátria, “intoxicando a organização social hodierna [sic] com a baba virulenta do vício e da corrupção.”<sup>319</sup> Nas entrelinhas da defesa de Faustino havia um discurso que buscava formalizar sua prática curativa, buscando afastar-se de outros agentes de cura os quais eram encarados como incivilizados e causadores do mal-estar pelo qual o Estado passava. O professor tentou mostrar que uma contenda política em sua terra natal era o motivo para tais perseguições. Para Faustino, havia uma justificativa plausível para que se referisse a oligarquia paulista. Segundo o professor,

Se me refiro a essa oligarquia, sr. Juiz, é porque estou intimamente convicto de que parte dela a ação perseguidora é minha individualidade, por motivos inteiramente estranho [sic] à questão jurídica que ora se ventila. Mesmo assim, lá eu triunfei, caindo por terra a hidra perversa, que agitando as suas faces, parecia querer tragar-me!<sup>320</sup>

O argumento de Faustino é que a oligarquia paulista era uma “hidra perversa” e com suas várias cabeças atingia a política dos estados brasileiros. As “ações tirânicas” que ocorriam pelo país eram fruto da política paulista. O curador afirmou que, se “Luiz Vianna mandou espingardear o comércio da Bahia, Prudente de Moraes ordenou que em Canudos “não ficasse pedra sobre pedra.”<sup>321</sup> Para Faustino, assim como “Satanás, para iludir os crentes, se apresenta de mil maneiras, ora como a figura de uma moça bela e sedutora, ora como um cavalheiro simpático, um velho sábio ou uma criança ingênua, assim também as situações da política oligárquica-paulista não passam de cenas ilusórias de um cinematógrafo ilusório.”<sup>322</sup>

Existia um motivo, segundo Faustino, para seus argumentos contrários à oligarquia paulista, que desde o fim da República da Espada (1889-1894) estava alternando o poder executivo com a oligarquia mineira. Suas explicações para tal fato vinham através de uma visão muito interessante sobre a atuação de Campos Sales (1898-1902). Para o curador,

Sales procurou sitiar o povo pela fome, incinerando o meio circulante, e sobrecarregando-o de impostos absurdos e vexatórios. Criou a crise

---

<sup>319</sup> Ibid.

<sup>320</sup> Ibid.

<sup>321</sup> Ibid.

<sup>322</sup> Ibid.



do Comércio e cavou a ruína da Lavoura. Restringiu o crédito particular e suprimiu o trabalho. Fechou oficinas, pondo na rua milhares de operários sem pão e sem teto.<sup>323</sup>

Na visão de Faustino, o presidente Campos Sales estava acabando com a economia do país, o que jogava o povo na miséria. A política econômica de Campos Sales não agradou a população à época. Entretanto, o que chama a atenção para a querela entre Faustino e Campos Sales, pode dizer respeito muito mais a questões pessoais do que propriamente políticas, haja vista que tanto Sales quanto Faustino se aproximavam de um discurso liberal. Entretanto, José Murilo de Carvalho aponta que entre as várias concepções de cidadania que povoaram o Brasil no limiar do século XX, havia a liberal baseava na liberdade de pensamento, de reunião e de profissão.<sup>324</sup> Mesmo elaborando falas que se aproximam do discurso liberal, não quer dizer que houvesse harmonia entre ambos.

É possível que o curandeiro paulista estivesse falando das ambiguidades e contradições de um governo que, teoricamente, era destinado a servir à coisa pública ou ao interesse coletivo. Era igualmente provável que estivesse se referindo a “política dos governadores”. Ela tinha por objetivo principal, segundo a historiadora Maria Resende, estabelecer “relações de compromisso entre o executivo federal e os executivos estaduais, de modo a possibilitar a formação de um legislativo coeso no plano federal, visando dar sustentação às políticas a serem implementadas em seu governo”.<sup>325</sup>

Ainda segundo a historiadora, a política dos governadores – ou política do café com leite – era regida por dois princípios. O primeiro, de natureza política, que visava harmonizar as relações entre o poder executivo e o legislativo, “independentemente da interferência de formações partidárias”. O segundo princípio referia-se às prioridades “urgentes” das questões econômicas. De acordo com Resende, para “Campos Sales, a estabilização monetária e financeira está condicionada à estabilização política. Essas são as razões básicas imediatas para a formação da política dos governadores.”<sup>326</sup>

---

<sup>323</sup> Ibid.

<sup>324</sup> CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

<sup>325</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. Em FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida. *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1903*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. p. 114.

<sup>326</sup> Ibid.

Aí residia o mote da crítica de Faustino. Segundo ele, primeiro o governo fracassava no âmbito econômico, sitiando “o povo pela fome”. Em segundo lugar, a partir da política dos governadores, a oligarquia paulista, como uma “hidra perversa” e “tirânica” começava a se imiscuir pelas arenas políticas de outros estados. Acreditamos residirem as justificativas para sua perseguição na Bahia. Para Faustino, as perseguições que sofria na Bahia eram fruto, de alguma maneira, de seus desafetos em São Paulo que, naquele momento, afigurava-se como o estado mais poderoso do país, podendo agir como uma hidra em casos necessários.

Para ele, mesmo as sucessões presidenciais não livrariam o país daquele novo modo de fazer política. De acordo com o curador, em sua defesa no Tribunal de Opinião – a imprensa –, tinha sido Campos Salles “quem elegeu o senhor Rodrigues Alves.” Sucedem-se “os chefes, mas a política terrível não muda, porque o senhor Campos Salles continua a ser a alma das situações.”<sup>327</sup>

O curador se dirigia ao juiz daquele modo porque tinha “a mais absoluta certeza” de que, contra ele, movia “aquela oligarquia uma perseguição sistêmica, no intuito de afastar-me destas plagas onde a energia e o brio não puderam ainda ser extintos.” As plagas onde a energia e o brio ainda não tinham sido extintos era o Norte, região a qual Salvador fazia parte no período em questão.<sup>328</sup>

Os termos de Faustino são bastante significativos para pensarmos a extensão da “política do café com leite”, onde se supunha uma hegemonia de São Paulo e Minas Gerais, a partir do pressuposto da “estabilidade”. Essa tese se sustentava na perspectiva econômica, pois se pensava que a República estava “refém dos interesses corporativos dos cafeicultores, propondo e executando medidas de seu exclusivo interesse.”<sup>329</sup> Tal abordagem desconsiderava as peculiaridades do jogo político de cada estado.

Este argumento foi questionado por Cláudia Viscardi no limiar do século XXI. Para tanto, a autora lançou mão das contribuições de “economistas” e “historiadores da economia” para relativizar essa abordagem. Nessa seara, Viscardi percebeu que na maior parte do período republicano as “elites políticas brasileiras estabeleceram

---

<sup>327</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 1 dez. 1903. p. 3.

<sup>328</sup> Sobre a construção da ideia de nordeste ver: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo, Cortez, 2009.

<sup>329</sup> VISCARDI, Cláudia M. R. “O Federalismo Oligárquico Brasileiro: uma revisão da política do café com leite”. *Anuario Del Iehs*, Tandil - Argentina, v. 16, p. 73-90, 2001. p. 1.

políticas monetária, creditícia e cambial que não vinham necessariamente ao encontro das expectativas dos setores cafeeiros.” Muito pelo contrário, a opção pelo tradicionalismo financeiro “ou pelo atrelamento da moeda nacional ao padrão-ouro foram medidas muitas vezes prejudiciais aos cafeicultores, contando, em alguns momentos, com sua forte oposição.”<sup>330</sup>

O argumento alternativo a esta tese, sustentado por Viscardi, é que o modelo político que vigorou durante a República teve a sua “estabilidade” garantida pela “instabilidade” das alianças entre os estados politicamente mais importantes da Federação. Isso impedia “que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva.” Para a autora, tal “instabilidade pôde conter rupturas internas, sem que o modelo político fosse ameaçado, até o limite em que as principais bases de sustentação deste modelo deixaram de existir, ocasionando a sua capitulação.”<sup>331</sup>

Dialogando e concordando com os argumentos de Viscardi, Maria Resende assinala que é importante ressaltar que a política dos governadores, em seu processo, consolidou o domínio das oligarquias estaduais e liquidou, igualmente, “qualquer possibilidade de virem a surgir partidos nacionais, bem como uma oposição no plano legal.”<sup>332</sup> Esta maneira de fazer política consolidou o regime federativo no país, mas entrou em crise nos idos dos anos 1920.

É possível que os argumentos de Faustino, em sua defesa perante a Opinião Pública, tenham sido uma inquietação diante dos caminhos que a República estava seguindo com o federalismo, rompendo “com o sistema de relação direta entre os detentores do poder local e o centro de poder nacional prevalecente no Brasil Império.”<sup>333</sup> A postura de Faustino em relação a Campos Sales e a organização federativa do governo poderia advir de uma possível simpatia pelos militares. Essa hipótese é plausível, pois anos mais tarde, o professor apareceria nas páginas dos jornais paulistas com o título de major – Major Faustino Ribeiro Junior<sup>334</sup>, anos antes do início do governo de Hermes da Fonseca (1910-1914). Ou, por outro lado, esse posicionamento fosse fruto de uma simpatia de quem havia nascido no império e sido educado por alguém que compartilhava daqueles princípios. Referimo-nos ao seu pai,

---

<sup>330</sup> Ibid.

<sup>331</sup> Ibid. p. 3.

<sup>332</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Op. Cit.*, p. 119.

<sup>333</sup> Ibid., p. 95.

<sup>334</sup> GUARDA Nacional. *Correio Paulistano*. São Paulo, 28 jan. 1908. p. 3.

que deve ter se imiscuído pelos caminhos da monarquia. Hipóteses a parte, Faustino nos esclarece seu posicionamento em sua própria defesa. Segundo ele, o federalismo estava causando o “esfacelamento da pátria”.

E vejam como os ferozes e rapaces jacobinos gritam contra o Parlamentarismo, contra a revisão da constituição para estabelecer-se a República unitária!...

Eles não querem o verdadeiro regime representativo, a garantia do voto, a soberania do poder legislativo, a demissão de ministros pelas moções parlamentares, a destituição do presidente pela maioria do Parlamento, a independência do poder judiciário; o regime de responsabilidade, em suma: querem a liberdade de ação...<sup>335</sup>

A referência que Faustino faz aos jacobinos enquanto “rapaces”, “aves de rapina”, responsabilizando-os pela fragmentação da República, era na realidade fruto de sua aversão aos republicanos históricos, a exemplo de Campos Sales.

Em síntese, havia um elemento retórico que visava desacreditar da política dos governadores, lançada por Campos Sales, o que dava muitos poderes a oligarquia paulista que atuava como uma “hidra perversa” sobre muitos estados. Por outro lado, Faustino enaltecia o Norte, como a região que tinha escrito as “páginas mais brilhantes na história da nossa nacionalidade”<sup>336</sup> – acreditando que a “hidra perversa” não atingira tal região – como um discurso que pudesse sensibilizar o juiz com seu argumento. Essa tática vinha sendo costurada desde a chegada do professor à Bahia, quando começou a estreitar laços com pessoas abastadas ou da cúpula política, como o governador Severino Vieira. Na sequência da defesa, apelou mais uma vez para uma retórica que enfatizava sua vulnerabilidade diante do sistema jurídico que não se apegava na verdade. Sintetizou sua defesa na seguinte maneira:

Não se trata de um fato punível pela nossa legislação criminal, conseqüentemente não pode haver um processo fundado na justiça e na verdade. É um manejo indecoroso que visa tão somente coarctar [sic] a minha liberdade, coagindo-me à submissão indigna, com o fito único de impopularizar-me. [...] Não apelo para a nulidade do processo, porque esta circunstância não constitui defesa séria. O processo é inteiramente nulo, pela suspeição das testemunhas. O dr. Promotor Publico agiu mediante representação do dr. Inspetor Geral de Higiene, conforme consta dos autos. [...] Em conclusão, sr. Juiz, não há delito nem provas. Não há delito porque o fato escapa da esfera da nossa legislação penal, que não o distingue. Não há provas porque as testemunhas, apesar de suspeitas, nada asseveraram que justifique uma classificação consciente, sensata e racional do fato que me é

<sup>335</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 1 dez. 1903. p. 3.

<sup>336</sup> *Ibid.*

imputado.<sup>337</sup>

Não havendo provas, nem delito, os motivos seriam de ordem particular, pois, o promotor público que o denunciou havia agido sob a influência de Pacífico Pereira. Reiterou esse mesmo argumento um pouco mais tarde, no final do mês, quando sua sentença já havia sido decretada e quando já recorria ao Tribunal de Apelação e Revista. Faustino afirmou que “ninguém sabe o que *deve* ou *pode*, porque a lei *ilude* quanto à garantia dos direitos, e o poder preceitua deveres segundo as conveniências particulares.”<sup>338</sup> Além disso, considerava ingênuos aqueles que procuravam “apoiar os seus direitos em disposição expressa da lei, porque acima desta estão os funcionários que a podem torcer e mascarar.”<sup>339</sup>

De uma maneira ou de outra, Faustino continuou a protestar contra o testemunho dos inspetores da higiene pública. O professor entoava uma retórica que tentava formalizar sua prática curativa, em relação a outros curandeiros com os quais concorria em Salvador. De uma maneira bem específica, Faustino tentava se afastar da relação que os médicos baianos teimavam em fazer com as práticas de cura africanizadas, que sofriam à época intensa repressão. Para o curador paulista, as testemunhas – três delas – eram ajudantes da inspetoria, que não estavam bem intencionadas, subalternos e dependentes do inspetor, mas que não afirmaram que Faustino exercia qualquer dos “ramos da medicina discriminados no art. 156 do código penal. Apenas uma delas afirmou que o suplicante cura por meio da sugestão.”<sup>340</sup> Segundo o apelante,

sugestão não é crime previsto pela nossa legislação penal, que apenas reconhece como ramos da ciência médica – a alopatia, a homeopatia, a [ilegível], hipnotismo e magnetismo. É um princípio de direito universalmente reconhecido, que onde a lei não distingue, não é dado ao intérprete distinguir. Deste princípio conhece-se que a prática de outros sistemas de curas não previstos pela lei, não pode constituir delito.<sup>341</sup>

Faustino se apegou aos princípios jurídicos para recorrer ao tribunal. Para ele, se não estava previsto em lei, não era crime. Nos termos de hoje: “não há crime sem lei anterior que o defina”, prerrogativas do princípio da legalidade. Nessa perspectiva,

---

<sup>337</sup> Ibid.

<sup>338</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 28 dez. 1903. p. 3.

<sup>339</sup> Ibid.

<sup>340</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Op. Cit.*, p. 58.

<sup>341</sup> Ibid.

elencas algumas emendas para ressaltar as divergências entre o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891. Faustino apontou que o artigo 72, inciso 24 da Constituição Federal preceituava que era “garantido o livre exercício de qualquer profissão moral, intelectual e industrial.” Informou ainda que esta prerrogativa constitucional foi materializada pela emenda ao artigo 80, inciso 5 do projeto da comissão do governo provisório que preceituava que todos “podem escolher e seguir a profissão que mais lhe convenha.”<sup>342</sup>

Tais contradições começaram a se manifestar mais intensamente no país a partir dos anos 1870, com a introdução de teorias até então desconhecidas como o positivismo e o darwinismo social.<sup>343</sup> Sidney Chalhou, analisando *Memórias póstumas de Brás Cubas*, argumenta que Machado de Assis satirizou as ideologias que se popularizavam no Brasil e que o “bruxo do Cosme Velho” também estava atento ao potencial racista do reducionismo biológico. O racismo científico baseava-se na aproximação de características físicas com o grau de “evolução” dos “povos”. O objetivo era, segundo Chalhou, “fazer com que tais características [fossem] determinantes para atribuir maior ou menor civilização a essa ou aquela nação” e no caso brasileiro, além disso, funcionava como forma de explicar as origens e a reprodução das desigualdades sociais.<sup>344</sup>

Para Sidney Chalhou, na década de 1880, Machado de Assis “parecia perplexo com o esforço de políticos e intelectuais brasileiros” para firmar no Brasil as derivações racistas do darwinismo social.<sup>345</sup> Não obstante essas teorias oferecerem contraditórios modelos explicativos a respeito de um mesmo fenômeno – costumes africanos e de seus descendentes, superstições e, mais especificamente, práticas curativas –, foram

<sup>342</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 28 dez. 1903, p. 3.

<sup>343</sup> Renato da Silveira traça uma espécie de genealogia das teorias raciais na Europa. Segundo o autor, a Revolução Francesa serviu como marco para que os cientistas ganhassem lugar de destaque na condução do Estado francês, o “desafio de ajudar a construir a nova sociedade, transformando a ciência em força produtiva massiva.” A partir desse momento, passou-se a afirmar, a partir de elementos pressupostamente históricos, que os seres humanos “tinham sido vítimas das suas ideias errôneas”, até o momento em que a “ciência ocidental saneadora” começasse a afirmar a necessidade de um processo transformador encabeçado pelos homens ocidentais com os fins de “impor a autoridade dos seus superiores naturais.” Segundo o autor, foi a partir daí que a noção de raça na segunda metade do século XIX tornou-se central na reflexão dos cientistas sociais. Conduzindo uma espécie de genealogia arrola os principais pensadores que contribuíram para tal: Boulainvilliers; Buffon; Camper; Franz Gall; Gobineau; Lombroso e tantos outros que reiteraram em maior ou menor grau o racismo científico. SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. *Afro-Ásia*, n. 23, 1999. p. 91-93.

<sup>344</sup> CHALHOU, Sidney. “Para que servem os narizes?” Em: CHALHOU, Sidney et al (orgs). *Op. Cit.*, 2003. p. 48.

<sup>345</sup> *Ibid.*, p. 49.

absorvidas pelos intelectuais brasileiros como sendo de um único bloco teórico. Essas teorias refletiram no corpo jurídico brasileiro, sobretudo no Código Penal e na Constituição, ambas com o objetivo de proteger a população “supersticiosa”.

Em sua defesa diante do “Tribunal de Opinião”, referindo-se a imprensa e a legitimidade que acreditava nela ter, Faustino argumentou que o senhor Demetrio Ribeiro, membro do congresso, apresentou um aditivo ao artigo 79. Segundo o dispositivo: “Independente de títulos ou diplomas de qualquer natureza, cessando desde já todos os privilégios que a eles se liguem ou deles dimanem.”<sup>346</sup> Em seguida, apresentou a emenda de Barbosa Lima que dizia que era “livre o exercício de todas as profissões, independente de qualquer título escolar acadêmico ou outro qualquer.”<sup>347</sup>

Tudo que Faustino apelava fazia sentido se pensarmos que o modelo da Constituição republicana de 1891 era a Constituição dos Estados Unidos da América. Com este modelo, o Brasil enquadrava-se na tradição liberal norte-americana e como novidade na organização federativa e no individualismo econômico e político.<sup>348</sup> O liberalismo norte-americano aplicado a uma realidade díspar e contraditória, como o próprio liberalismo brasileiro, materializado na Constituição de 1891, creditava ao artigo 72 que não era necessário um diploma para o exercício das profissões.

Segundo Ana Schritzmeyer, o Código Penal de 1890 foi elaborado às pressas e recebeu várias críticas por sua perspectiva cientificista e “orientação excessivamente clássica, muito preocupada em contemplar as formulações da criminologia positivista”.<sup>349</sup> É importante lembrar que o positivismo compôs o cenário das ideias que povoavam o Brasil no final do Império e conflitava justamente com a corrente de pensamento liberal, associada ao princípio da liberdade humana. Além disso, havia a importação de teorias antropológicas sobre magia, religião e lei que orientaram a concepção de médicos e juristas no diagnóstico e julgamento dos casos de “sortilégios curativos”.<sup>350</sup> Segundo a autora, quando nasceu o darwinismo social, nos indos do século XIX, os antropólogos discutiam qual o ponto de partida das espécies mediante a

---

<sup>346</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 28 dez. 1903, p. 3.

<sup>347</sup> *Ibid.*

<sup>348</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Op. Cit.* p. 93.

<sup>349</sup> SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Op. Cit.*

<sup>350</sup> *Ibid.*, p. 18.

evolução. O questionamento sobre o ponto de partida foi apresentado pela tradição francesa, que interligou Antropologia e Sociologia.<sup>351</sup>

A partir da concepção de que o “homem primitivo” seria superado pelo “complexo” – homem moderno ocidental europeu – alguns antropólogos enfatizavam que práticas “religiosas primitivas” antecederiam as religiões modernas, denominadas à época de “religiões iniciais”. Segundo a Schritzmeyer, os antropólogos tinham por objetivo provar que religiões primitivas eram anomalias intelectuais e que, portanto, “as modernas religiões, decorrentes de tais aberrações, tinham caráter supersticioso, ilusório e até enganoso.”<sup>352</sup>

A partir da contradição do fluxo de ideias, materializadas nas tensões entre o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891, Faustino buscava persuadir agora, não mais o juiz, mas a opinião pública acerca da sua inocência e da sua moral. Finalizou sua defesa perante o Tribunal de Opinião, mencionando o parecer do jurista doutor João Barbalho que afirmava ser

garantido como manifestação do direito inerente a cada indivíduo de, segundo sua própria determinação, aplicar e desenvolver suas faculdades naturais e adquiridas, na prática de algum mister, ofício, trabalho de qualquer gênero, a sua escolha e independentemente de licença da autoridade, etc. E assim consagrada o livre acesso e prática das profissões, proibida está a regulamentação delas, bem como, matrículas, registros, inspeção por agentes de governo ou corporações prepostas ao exercício e direção das mesmas e em geral quaisquer medidas de caráter preventivo, etc.<sup>353</sup>

Faustino estava convicto de que não praticara ato ilícito, apesar de ter tentado fugir das prerrogativas do Código Penal, uma estratégia para não chegar ao ponto que chegou. Desse modo, mobilizou uma série de informações jurídicas em torno da liberdade profissional. Dentre elas, o curador lançou mão também de um caso de jurisprudência de um processo por exercício ilegal da medicina, instaurado pela justiça do Rio de Janeiro, quase um ano atrás, em 22 de dezembro de 1902, contra Domingos Ruggiani. Ele era um agente de cura que usava da imposição das mãos para curar pessoas e que foi incurso no artigo 156 do código penal.<sup>354</sup> No Tribunal de Apelação, Ruggiani argumentou que o artigo 72, inciso 24 da Constituição,

---

<sup>351</sup> Ibid., p. 25.

<sup>352</sup> Ibid.

<sup>353</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 28 dez. 1903, p. 3.

<sup>354</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Op. Cit.*, p. 60.



consagra o regime da plena liberdade profissional, excluídas quaisquer limitações e exigências regulamentares no tocante à comprovação prévia de habilitação para o exercício de qualquer espécie de profissão. Regiões há no país em que as leis respectivas e jurisprudência de seus tribunais locais assinalam o predomínio, sem contraste, de semelhante doutrina.<sup>355</sup>

Esses termos ressaltavam a fragilidade do legislativo, através de um conflito de interpretações entre o Código Penal e a Constituição Federal. A partir dessa brecha, Faustino buscou se apropriar do caso de Domingos Ruggiani, o qual usou como jurisprudência para elaborar e dar legitimidade a seu recurso. Os argumentos de Faustino parecem os de um jurista bastante experiente e com conhecimentos da trajetória do conflito jurídico sobre o exercício livre das profissões e, sobretudo, entre os projetados entre o Código Penal e a Constituição. É possível que, como não constava nenhum advogado de defesa nos autos, Faustino tenha se defendido autonomamente. Mas isso não descarta a possibilidade que ele tenha recorrido à ajuda do pai, o jurista paulista, Dr. Faustino José D' Oliveira Ribeiro. É plausível, igualmente, que o curador tenha solicitado ao próprio juiz baiano que se absteve de participar do seu caso, por ser seu amigo – o doutor Vicente Tourinho. Tais táticas foram utilizadas para tomar conhecimento docasos e para elaborar seus argumentos jurídicos, tanto no Tribunal de Apelação, quanto para manifestar sua indignação no Tribunal de Opinião, ou seja, nas páginas do periódico baiano, *Diário de Notícias*.

As táticas de Faustino surtiram efeito: ressaltar as divergências interpretativas, elaborar defesa a partir de jurisprudência, falar em conspiração da oligarquia paulista, além de mencionar uma perseguição e julgamento “em família” para se referir às intenções de um grupo político que o perseguia, materializado na pessoa do juiz Argeu Antônio de Freitas e, talvez, também, nas páginas dos periódicos que requeriam sua prisão. Assim, no dia 6 de maio de 1904, aconteceu o arquivamento do processo.<sup>356</sup> Naquele mesmo dia, na seção “publicação a pedido” do *Jornal de Notícias*, Faustino desabafou. Segundo o professor,

Por muito violento e pavoroso que seja um incêndio, nem tudo as chamas conseguem destruir; apenas bafejam e aquecem as muralhas e os cofres de ferro. Assim, resistindo à *débâcle* que reina no país, ameaçando consumir as instituições mais sagradas, eleva-se majestoso o egrégio TRIBUNAL DE APELAÇÃO do estado da Bahia, sacrário da Justiça, onde a iniquidade e a perseguição esbarrondam-se como as

<sup>355</sup> EXERCÍCIO Ilegal da Medicina. *Diário de Notícias*. Salvador, 26 dez. 1903. p. 3.

<sup>356</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Op. Cit.*, p. 67.

ondas do mar revolto e encapelado desfazem-se de encontro aos rochedos.

Aquele sapientíssimo Tribunal, por acordam de hoje, acaba de anular, por unanimidade, o processo que moveram contra mim os meus gratuitos inimigos.

Lutando só, braço a braço, sem um advogado sequer, contra perseguidores poderosos, que empregaram o máximo esforço no sentido de inutilizar-me para a sociedade, sinto agora a emoção compreender de uma vitória estrondosa.

Glória a Deus nas alturas e paz na terra dos homens de boa vontade. Glória a Ele que concedeu-me fortaleza e sabedoria para defender-me vantajosamente contra os doutores que me perseguíam.<sup>357</sup>

Sempre com muitas metáforas, Faustino louvava a Deus por sua vitória na luta “braço a braço, sem um advogado sequer”, contra seus perseguidores. Nas linhas acima percebe-se os recursos linguísticos utilizados pelo curandeiro para se defender. Elogia no momento que tem que elogiar, e ataca de forma bem argumentada e lógica quando era preciso. O “sapientíssimo Tribunal” foi elevado às alturas no discurso de Faustino o que, de alguma maneira, significava que ele queria mostrar para a sociedade soteropolitana que tinha sido absolvido em segunda instância da Justiça local, reforçando seu prestígio diante da população de Salvador. Essa foi a deixa para que Faustino começasse a arrumar as malas e saíssem em sua peregrinação rumo ao Pará.

Faustino e sua querela com o judiciário, projetada, a princípio, a partir dos conflitos com Pacífico Pereira e depois com o juiz Argeu Antonio Freitas, remontam as fragilidades institucionais que a República vivenciava no limiar do século XX. Fragilidades que diziam respeito, sobretudo, aos termos da organização legislativa e judiciária. Divergência e confrontos políticos e interpretativos inviabilizavam, de alguma maneira, a garantia de direitos básicos para aqueles que, como Faustino, ousavam questionar a ordem da época. É possível que o “doutor bota-mão”, como muitos outros de sua alçada, tenha sido utilizado como uma forma de exemplo a ser dado, mesmo diante das controvérsias da lei, aqueles que questionassem direta ou indiretamente o projeto de modernização idealizado pelas elites da época. Ainda que seu processo tenha sido arquivado.

As leis, mais especificamente o Código Penal de 1890 e a Constituição de 1891, em suas contradições, desvelam os conflitos e tensões sociais materializadas a partir de Faustino Ribeiro Junior e seu confronto com a Inspeção de Higiene e a Justiça. Assim como a ciência – trabalhando em conjunto, mesmo com suas divergências – a lei

<sup>357</sup> FAUSTINO Ribeiro Junior. Professor Faustino. *Jornal de Notícias*. Salvador, 6 maio 1904. p. 2.

funcionava como um mecanismo em favor dos grupos dominantes para sanear os espaços e os costumes, fazer valer os interesses do grupo médico, ainda que heterogêneo, e colocar em prática seu “projeto modernizador” com bases europeias.

Enfim, logo quando chegou à Bahia, Faustino Ribeiro causou muito alarde na imprensa baiana e nos órgãos de saúde. Pouco tempo depois, inquietou um dos grandes nomes da saúde na Bahia, o renomado médico e Inspetor Geral da Higiene, Antonio Pacifico Pereira. Isso marcaria o início de uma querela que se estenderia de maneira mais contundente até os fins de 1903, quando saiu a sentença desfavorável do processo.

É possível que o mês de janeiro de 1904 tenha sido tenso, na espera por seu julgamento no Tribunal de Apelação. O curandeiro sumiu das páginas dos jornais! Apenas no dia 4 e 6 de fevereiro de 1904 Faustino voltaria à cena, com suas notas informativas. Em uma delas Faustino anunciou que o seu gabinete seria reaberto logo após o julgamento do processo.<sup>358</sup> No mês de fevereiro parecia que Faustino tinha planos de ainda ficar na capital, talvez pela vasta rede de relacionamento que construiu na Bahia, o que depois do processo julgado a seu favor, possibilitaria mobilidade quase que irrestrita no âmbito jurídico.

No mês de março as coisas começariam a mudar. Faustino parecia não ter mais interesses em estar em Salvador, mesmo após o processo ser finalizado. Então tornou pública a dispensa do doutor Joviniano Costa, médico responsável pelo gabinete,<sup>359</sup> quem o acompanhara nas nuances de seus percalços pela Bahia. Talvez o curador tivesse recebido convite para realizar suas curas em outras localidades. Isso porque, após a ter proferida a sentença o absolvendo, em 24 de maio de 1904,<sup>360</sup> Faustino foi noticiado no periódico *Folha do Norte*, do estado do Pará em 13 de novembro de 1904.<sup>361</sup> Começava ali, outros caminhos da trajetória de Faustino Ribeiro Junior.

---

<sup>358</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 6 fev. 1904. p. 1.

<sup>359</sup> PROFESSOR Faustino. *Diário de Notícias*. Salvador, 29 mar. 1904. p. 1.

<sup>360</sup> GAZETA de Petrópolis. Rio de Janeiro, 24 maio 1904. p. 1.

<sup>361</sup> NO DOMÍNIO do maravilhoso: o professor Faustino: a cura pela imposição das mãos. *Folha do Norte*, 13 nov. 1904. p. 1. *Apud* RODRIGUES, S. F. *Op., Cit.*, p. 66.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Os cegos que pedem luz*, que assinavam as manchetes do *Jornal de Notícias*, por muitas vezes solicitaram que os doutores da Inspeção de Higiene, mais especificamente Antônio Pacífico Pereira, ao invés de reprimir o “curandeiro” – alcunhado, por muitas vezes, de “discípulo de Mesmer” – estudassem, através da ciência que defendiam, os meandros da cura de Faustino.

Aproximadamente cem anos depois, as universidades brasileiras deram o retorno que *Os cegos* requisitaram do renomado médico da Inspeção de Higiene. Uma série de pesquisas acadêmicas em torno das práticas de imposição das mãos começou a ser desenvolvida em Universidades Brasileiras. Dissertações de mestrado, teses doutorais e artigos científicos se voltaram para esse objeto de pesquisa, obtendo resultados positivos, como coadjuvantes de tratamentos tradicionais.<sup>362</sup>

Mas, naqueles tempos, o contexto era outro e o que se fazia como “ciência” na época de Faustino, fundamentava-se em outros princípios. Além disso, não se tratava de justificar, para aqueles que recorriam ao “curandeiro”, que sua prática tinha validade científica, pois o que prevalecia era a “eficácia simbólica”. A escolha de um tratamento “recaía na crença no poder ou no carisma de determinados agentes de cura”.<sup>363</sup> O carisma de Faustino foi ignorado pelos órgãos de saúde e ele logo foi associado às práticas africanizadas, mesmo sendo branco e letrado. Essas práticas, como a historiografia já mostrou, não eram bem vistas pela sociedade da época.

A diferença entre Faustino e as pessoas que se relacionavam com a arte curativa africana e afrodescendente é que, na maioria das vezes, esses sujeitos faziam isso de maneira velada, não denunciando sua posição, relacionando-se com o mundo da crença africana de forma silenciosa, possivelmente para não serem punidos e mal vistos pela sociedade. Faustino, entretanto, atuava de forma pública, pois pelo fato de não praticar

---

<sup>362</sup> Ver: SAVIETO, Roberta Maria; SILVA, Maria Júlia Paes. “Toques terapêuticos na cicatrização de lesões da pele de cobaias”. *Revista Brasileira de Enfermagem*. V. 57, n. 3. 2004; OLIVEIRA, R. M. J. Avaliação de efeitos da prática de imposição de mãos sobre os sistemas hematológico e imunológico de camundongos machos. *Dissertação*. [Mestrado em Ciências Médicas]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2003. 95f; OLIVEIRA, V. L. M. O Toque Terapêutico no alívio da dor e seu desconforto em doentes vasculares amputados com enfermidades arteriais de membros inferiores. *Dissertação*. [Mestrado em Enfermagem]. Guarulhos: Universidade de Guarulhos; 2000. 103f; SÁ, A. C. Aplicação do Toque Terapêutico em mulheres portadoras do câncer de mama sob tratamento quimioterápico. *Tese*. [Doutorado em Enfermagem]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2001.143f.

<sup>363</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude, 1975, *apud* SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.*, 2009, p. 231.

uma arte de curar africanizada, nem lançar mão de ervas, talismãs e afins, pensava que não sofreria as consequências impostas pelos órgãos repressores da época. Ainda porque afirmava desconhecer as origens de seu poder curador, atribuindo-os ao “divino Pai”.

Afirmar desconhecer as origens do processo curativo não foi uma tática tão consistente diante do aparato jurídico da época – ainda que ele fosse contraditório. Desde o Império, a Higiene Pública requisitava diplomação para o exercício da cura, mesmo que essa exigência fosse contrariada, muitas vezes, no caso dos médicos estrangeiros, devido as relações que eles possuíam com os chefes das províncias.<sup>364</sup> Faustino não teve êxito, pois as exigências de diploma passaram da alçada da Higiene Pública no Império, para a do Código Penal na República. Isso quer dizer que, mesmo tentando se afastar das práticas curativas africanas e do espiritismo, Faustino estava incorrendo nos ilícitos de exercício ilegal da medicina, previsto no Código Penal de 1890, por não possuir diploma fornecido por faculdade de medicina do Brasil.<sup>365</sup>

Faustino curava através da influência do espiritismo. A imposição das mãos era uma característica das prescrições Kardecistas. A *Revista Espírita* traz uma série de reflexões sobre os “passes magnéticos”. Nessa concepção, o corpo material e o espiritual são permeados pelos fluidos que permitiam a comunicação entre o mundo da matéria e o dos espíritos. A doença adviria de um desequilíbrio entre esses fluídos e o médium teria a função, com um dom inerente, de reequilibrar tal distúrbio a partir do passe atuando através do perispirito, o canal de ligação entre os corpos. Mas aos órgãos reguladores, os periódicos e a Justiça essa concepção não interessava.

Faustino então lançou mão de outros artifícios para se fortalecer diante do cenário que se afigurava. Caminhou por algumas cidades do interior baiano expandindo sua rede de solidariedade para além das relações com o governador e o juiz que se absteve de dar conta de seu caso, para se relacionar com promotores, padres, professores, comerciantes e ex-senhores de engenho. Isso garantiria, talvez, maior fôlego diante do cenário hostil que estava para enfrentar, sobretudo com a materialização do processo sobre o exercício ilegal da medicina.

---

<sup>364</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.*, 2001. p. 131.

<sup>365</sup> Sobre a criminalização do espiritismo, da homeopatia, da cartomancia e do exercício ilegal da medicina a partir do Código Penal de 1890 ver: MAGGIE, Yvonne. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

Nele, os órgãos de saúde e a Justiça destilaram sua verve contra Faustino. Foi possível perceber, então, como as contradições das leis se materializavam na sociedade baiana da época. Havia um conflito entre as prerrogativas da Constituição e do Código Penal, sobretudo em relação às liberdades profissionais. A contradição nos possibilitou perceber como as leis funcionavam e funcionam a favor de grupos dirigentes, se projetaram sobre o que se apresentava como sinônimo de retrocesso, na concepção das elites da época. A “ciência” funcionava como braço forte das concepções civilizadoras da época, legitimando de algum modo tais práticas jurídicas.

A história de Faustino se entrelaça com a de muitos outros “curandeiros” que pisaram no solo social do Brasil nos fins do século XIX e início do século XX, como Juca Rosa, Domingos Sodré, o Alufá Rufino e o Pai – Doutor – Manuel, entre muitos outros “curandeiros” e “feiticeiros” que como ele se imiscuiu na polêmica que era ordem do dia: podem ou não pessoas sem o diploma das Faculdades de Medicina exercer a medicina? O dilema narrado a partir dessa assertiva nos conduziu em nossa pesquisa. O professor Faustino emaranhou-se nesse cenário possibilitando-nos desvendar alguns aspectos específicos da sociedade baiana do limiar do século XX.<sup>366</sup>

Através da “descrição densa” das fontes, foi possível elaborar uma narrativa que retirou Faustino do esquecimento e o colocou no emaranhado social de Salvador e de cidades circunvizinhas sem, contudo, deixar de perceber aspectos relacionais entre o específico e o geral. A história e os caminhos percorridos por esse sujeito não se encerrou, entretanto, nos caminhos da Bahia...

---

<sup>366</sup> DINIZ, Ariosvaldo da Silva. “As artes de curar nos tempos de cólera – Recife, 1856”. Em: CHALHOUN, Sidney et al (orgs.). *Op. Cit.*, 2003; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.*, 2009; REIS, João José. *Op. Cit.*, 2008; REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos; CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O Alufá Rufino – tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico Negro*. Campinas: Companhia das Letras, 2010.

## FONTES

### FONTES MANUSCRITAS

#### Arquivo Público do Estado da Bahia. (APEB)

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Processo Penal. *Recurso Criminal*. Nº 169, Salvador, Bahia, 23 de setembro de 1903. Salvador, 1904. Cx. 551. 80f. s/p.

### FONTES IMPRESSAS

#### Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Setor: Periódicos raros. (BPEB)

A Ordem, 1903.

Diário da Bahia, 1903.

Diário de Notícias, 1903-1904.

Jornal de Notícias, 1903-1904.

**Biblioteca Nacional. Site: *Hemeroteca Digital*. Disponível em:**  
<http://hemerotecadigital.bn.br/> (BN)

Correio da Manhã, 1903.

Correio Paulistano, 1903.

Gazeta de Petrópolis, 1904.

Jornal do Brasil, 1899.

O Malho, 1905.

**Centro de Estudos Afro-Orientais. O negro na Imprensa baiana do século XX. Disponível em:** <http://www.negronaimprensa.ceao.ufba.br/>. (CEAO)

A Bahia, 1903.

Correio do Brasil, 1903.

**Acervo Digital Gazeta Médica da Bahia. Disponível em:**  
<http://www.gmbahia.ufba.br/>

Gazeta Médica da Bahia, 1903; 1922.

**Acervo Digital da Federação Espírita Brasileira. Disponível em:**  
<http://www.febnet.org.br/>

Revista Espírita, 1860; 1864; 1869.

#### Acervo Particular de Antônio Sergio Farias de Souza, Catu-BA.

Revista do Instituto Genealógico da Bahia, 2005.

### OBRAS LITERÁRIAS

MARQUES, Xavier. *O Feiticeiro*. Rio de Janeiro: GRD, 1975.  
AZEVEDO, Alúcio. *O Mulato*. São Paulo: Editora Ática, 1998.

## OUTROS

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Araújo Góes. *Longos Serões do Campo – Infância e Juventude*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.  
FERREIRA, José Carlos; VIANNA, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Salvador: Diário da Bahia, 1893.  
RIBEIRO JUNIOR, Faustino; SCHUTEL, Cairbar. *Espiritismo e Protestantismo: em face dos evangelhos e da ciência*. São Paulo: [...], 1908.  
TESES doutorais da FAMEB: 1840-1928. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 4, n. 1. Salvador, 2004.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, L. S. Quando as regras são transgredidas: Trabalhadores, outros sujeitos e a “legalidade urbana” da cidade de Nazareth (1890-1920). 2014. 196f. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, UNEB. 2014.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo, Cortez, 2009.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil. Cia das Letras, 2009.

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *A Bahia e os seus Governadores na República*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, UEFS Editora, [1923] 2010.

ARAS, Lina Maria Brandão de; PINHEIRO, Alexander Magnus. “A Faculdade de Medicina da Bahia na Guerra de Canudos”. Em: CHAVES, Cleide de Lima (Org.). *História da saúde e das doenças no interior da Bahia: séculos XIX e XX*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

ARRIBAS, Célia da Graça. Afinal, espiritismo é religião? A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. 2008. 226f. *Tese* (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 2008.

BENCHIMOL, Jaime L. “Domingos José Freire e os primórdios da bacteriologia no Brasil”. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, mar-jun. 1995.

BERTUCCI, Liane Maria. “Práticas de cura no período da gripe espanhola de São Paulo”. Em: CHALHOUB, Sidney et al. (Org.) *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

BRAGA, Julio. “Candomblé da Bahia: repressão e resistência”. *Revista USP*, n. 18, São Paulo, 1993.

CARRETA, Jorge Augusto. “Oswaldo Cruz e a controvérsia da sorologia”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro. v.18, n.3, jul.-set. 2011, p. 677-700.

CHALHOUB, Sidney. “Para que servem os narizes?” Em: CHALHOUB, Sidney et al (orgs). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_. “Classes perigosas”. *Revista trabalhadores*. Campinas: Associação Cultural do Arquivo Edgard Leuenroth. SMCSP. n. 6, 1990.

CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ÉMILE Coué: Father of Applied Conditioning. Disponível em: <http://emilecoue.wwwhubs.com/>. Acesso em: 17/05/2014.

DAMAZIO, Sylvia. *Da Elite ao Povo: advento e expansão do espiritismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

DARNTON, Robert. "Apresentação". Em: *O grande massacre de gatos e outros episódios de História Cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. *O lado oculto da Revolução: Mesmer e o final do Iluminismo na França*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA, 1996.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. "As artes de curar nos tempos de cólera – Recife, 1856". Em: CHALHOUB, Sidney et al (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil – capítulos de história social*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003;

ÉMILE Coué: *Father of Applied Conditioning*. Disponível em: <http://emilecoue.wwwhubs.com/>. Acesso em: 17/05/2014.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. "Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador. (1890-1937)". In: *Afro-Ásia*, 21-22 (1998-1999).

FONTES, Nancy Rita Vieira. "Uma narrativa testemunhal: as memórias de Anna Ribeiro". *Cadernos Pagu*, v. 11. São Paulo, 1998.

FRANCO, Ariovaldo. *O Século XIX – O apogeu dos padrões burgueses: a indústria de alimentação*. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

GEERTZ, Clifford. "Um jogo absorvente: Notas sobre a briga de galos balinesa". Em: *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIUMBELLI, Emerson. *Cuidado com os Mortos: Uma história da Condenação e Legitimação do Espiritismo*. Rio de Janeiro. Arquivo Nacional: 1997.

GUIMARÃES, Maria Regina Cortim. "Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império". *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*. v. 12, n. 2, Rio de Janeiro, 2005.

LIMA, K. S. N. "De vila à cidade: os impactos de uma ferrovia". Em: *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929)*. 2010. 148f. *Dissertação* (Mestrado em História Social). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2010

LEITE, Márcia Maria Barreiros. *Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870-1920)*. Salvador: Quarteto, 2005.

LEITE, R. C.. E a Bahia civiliza-se... Ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador 1912-1916. *Dissertação* (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

LEWGOY, Bernardo. "A transnacionalização do Espiritismo Kardecista brasileiro: uma discussão inicial". *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 28, n. 1. 2008.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

MARRECO, M. I. M. Anna Ribeiro de Góes Bittencourt: a atuação marcante de uma escritora oitocentista. Em: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 10.

Anais eletrônicos., VI.10. Florianópolis, 2013. Disponível em: site.<  
<http://www.fazendogenero.ufsc.br/>>

MESMER, Anton. *Propositions Concerning Animal Magnetism*. Disponível em: <  
<http://web.archive.org>>. Acesso em: 22/06/2013.

MESMER, Franz Anton. *Memoire de F. A. Mesmer*. Disponível em: <http://www.pnl-nlp.org/download/mesmer/>. Acesso em 21/06/2013.

MONTANARI, Massimo. *A fome e a abundância: História da alimentação na Europa*. São Paulo: EDUSC, 2003.

MOREIL, André. *Vida e obra de Allan Kardec*. São Paulo, EDICEL, 1986.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. *Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro*. Salvador: EdUNEB.

\_\_\_\_\_. “Memórias de uma senhora de engenho: lembranças e esquecimentos nos Longos Serões dos Campos de Anna Ribeiro”. *Patrimônio e Memória*, v. 4, n. 1, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. Xavier Marques entre os interpretes do Brasil: raça e nação na Primeira República. 2013. 241f. *Tese* (Doutorado em História) Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, R. M. J. Avaliação de efeitos da prática de impostação de mãos sobre os sistemas hematológico e imunológico de camundongos machos. *Dissertação*. [Mestrado em Ciências Médicas]. São Paulo: Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo; 2003. 95f;

OLIVEIRA, V. L. M. O Toque Terapêutico no alívio da dor e seu desconforto em doentes vasculares amputados com enfermidades arteriais de membros inferiores. *Dissertação*. [Mestrado em Enfermagem]. Guarulhos: Universidade de Guarulhos; 2000. 103f;

PADILHA, Estela Maura *et all*. “Perfil epidemiológico do beribéri notificado de 2006 a 2008 no Estado do Maranhão, Brasil”. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 27, n. 3. Rio de Janeiro, 2011.

PARÉS, Luis Nicola. “Prefácio”. Em: SANTOS, Edmar Ferreira. *O poder dos Candomblés: perseguição e resistência no recôncavo da Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2009.

PATTO, Maria Helena Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. *Estudos Avançados*, v. 35, nº 13, 1999.

PIMENTA, Tânia Salgado. “Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX”. Em: CHALHOUB, Sidney et al (orgs.) *Artes e ofícios de curar no Brasil – Capítulos de história social*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José; GOMES, Flávio Santos. CARVALHO, Marcus Joaquim de. *O alufá Rufino: tráfico, escravidão e liberdade no Atlântico negro (1822-1853)* São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

REIS, M. L. A.. A cor da notícia: discurso sobre o negro na imprensa baiana. 1888-1937. 2000. 156f. *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, UFBA, 2000.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. “O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico”. Em FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucila de Almeida. *O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1903*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

RIOS, V. D. B. Entre a vida e a morte: medicina, médicos e medicalização na cidade de Salvador, 1860 – 1880. 2001. 186f. *Dissertação* (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2001.

ROCHA, R. R. O feiticeiro: a representação da cultura negra em Xavier Marques. *Trabalho de Conclusão de Curso*. (Graduação em História) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas. 2012.

RODRIGUES, Raymundo Nina. “Sobrevivências religiosas, religião, mitologia e culto”. Em: *Os Africanos no Brasil*. [online] Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2010.

RODRIGUES, Renata. *As faces do Positivismo Criminológico: o criminoso de Lombroso e a sua correlação com o conto "O Alienista" de Machado de Assis*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/>. Acesso em: 10 ago. 2014.

RODRIGUES, S. F. Esculápios Tropicais: a institucionalização da medicina no Pará, 1899-1919. 2008. 163f. *Dissertação* (Mestrado em História) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SÁ, A. C. Aplicação do Toque Terapêutico em mulheres portadoras do câncer de mama sob tratamento quimioterápico. *Tese*. [Doutorado em Enfermagem]. São Paulo: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2001.143f.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador: Estudos Baianos, 1978.

\_\_\_\_\_. Verbete biográfico. Diário de Notícias. Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 07 de abr. de 2012.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

\_\_\_\_\_. *Nas trincheiras da cura*. As diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

SANTOS, J. W. A.. Formação da grande imprensa na Bahia. 1985. *Dissertação* (Mestrado em Ciências sociais), Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1985.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *A Negação da Herança Social: africanos e crioulos no âmbito de uma economia em expansão*. 2013. *Tese* (Doutorado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2013.

SANTOS, Mario Augusto dos. *A República do Povo: sobrevivência e tensão – Salvador (1890-1930)*. Salvador: Edufba, 2001.

SANTOS, M. O. O viver na “Cidade do Bem”: tensões, conflitos e acomodações na Vila Operária de Luiz Tarquínio na Boa Viagem/BA. 2010. 233f. *Tese* (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SANTOS, Robério. *Tudo pelo trabalho livre! Trabalhadores e conflitos no pós-abolição (Bahia, 1892-1909)*. Salvador: EdUfba, 2011.

SARMENTO, Silvia Noronha. *A Raposa e a Águia: J. J. Seabra e Rui Barbosa na política baiana da Primeira República*. 2009. 144f. *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador, 2009.

SAVIETO, Roberta Maria; SILVA, Maria Júlia Paes. “Toques terapêuticos na cicatrização de lesões da pele de cobaias”. *Revista Brasileira de Enfermagem*. V. 57, n. 3. 2004.

SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Sortilégio de saberes: curandeiros e juizes nos tribunais brasileiros (1900-1990)*. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil do século XIX – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Paulo Santos. “Historiografia Baiana nos últimos cinquenta anos”. Em: GLEZER, Raquel (Org.). *Do passado para o futuro: Edição comemorativa dos 50 anos da ANPUH*. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, C. S. *Com um fórceps na mão, há de se parir uma nação: Ensino e prática da Obstétrica e Ginecologia em Salvador (1876-1894)*. 2011. 135f. *Dissertação* (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, 2011.

SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. *Afro-Ásia*, n. 23, 1999. pp. 87-144.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*. Rio de Janeiro: Fio Cruz; Salvador: Edufba, 2009.

UZEDA, J. A.. “Apresentação”. In: *A morte vigiada: a cidade do Salvador e a prática da medicina urbana (1890-1930)*. *Dissertação* (mestrado). Salvador, 1992. 156f.

VISCARDI, Cláudia M. R. “O Federalismo Oligárquico Brasileiro: uma revisão da política do café com leite”. *Anuario Del Iehs*, Tandil - Argentina, v. 16, 2001. p. 73-90. 2001.

XAVIER, Regina. *Dos males e suas curas: práticas médicas na campinas oitocentista*. In: CHALHOUB, Sidney et al (orgs.). *Artes e ofícios de curar no Brasil – capítulos de história social*. São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

WARREN JR, Donald. “Spiritism in Brazil”. *Journal of Inter-American Studies*, Vol. 10, No. 3, Jul., 1968. (pp. 393-405).

WEBER, Beatriz Teixeira. *As Artes de Curar: Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense – 1889/1928*. Santa Maria: Edusc, 1999.

\_\_\_\_\_. “Medicina intuitiva, homeopatia e espiritismo na Revue Spirite – 1858-1869”. *Revista Territórios & Fronteiras*, v. 6, n. 2, Cuiabá, 2013.

WITTER, N. A.. “...os que não puderam se tratar em suas casas”. Em: *Males e Epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. 292f. *Tese* (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niteroi. 2007.